

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Engenho Velho:
Uma Comunidade Varrida do Lugar

EDILANIA ARRUDA ROSENDO

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

PORTO VELHO
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Engenho Velho:
Uma Comunidade Varrida do Lugar

EDILANIA ARRUDA ROSENDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

PORTO VELHO
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E EXATAS DA TERRA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**Engenho Velho:
Uma Comunidade Varrida do Lugar**

EDILANIA ARRUDA ROSENDO
Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

Banca Examinadora

Profº Drº Josué da Costa Silva

Profº Drº Dorisvalder Dias Nunes

Profº Drº Ricardo Gilson da Costa Silva

**PORTO VELHO
2012**

RESUMO

Esta dissertação objetivou fazer uma leitura geográfica da comunidade ribeirinha do Engenho Velho impactado pela barragem de Santo Antônio e que por força de um deslocamento compulsório, foi varrida do seu lugar. Nessa leitura, recorri como fundamento, os pressupostos da nova Geografia Cultural proposta por Paul Claval (2007) para entender os aspectos culturais da população ribeirinha atingida por barragem. Com o intuito de conhecer o homem amazônico em sua organização espacial e cultural tomei como aporte as contribuições teóricas de Silva (2002), Silva (2003) Caldas (2000), Santos (2002) que no conjunto abordaram o espaço amazônico e construíram um pensar sobre o homem e a mulher ribeirinhos. Entretanto, Falar das experiências, criações e transformações no espaço vivido daquela população é, principalmente, falar da Amazônia. Em função disso, busquei-se Becker (2004), Cavalcante (2008), Verdun (2007) e Magalhães(2007), dentre outros estudiosos das políticas públicas instituídas na Amazônia, com foco nas transformações infraestruturais empreendidas para essa região na atualidade, para compreender as transformações que afetaram aquele povoado. Como orientação metodológica, nesta pesquisa utilizei a intersecção entre os métodos “espaço vivido” proposto por Frémont (1980) e o de “história oral” de Meihy (2005), referências essas que utilizei para apreender o lugar na fala dos nossos narradores e cujo aporte propiciou-me uma interlocução como as teorias de Yu-Fu Tuan (1983). Inseridos nas dinâmicas dos projetos desenvolvimentistas das sociedades contemporânea os ribeirinhos do antigo Engenho Velho(o lá-lugar), se viram compulsoriamente deslocados do seu lugar de origem fato que alterou, suas formas de relações e de interações no espaço e no tempo; Expostos aos desdobramentos dos interesses desenvolvimentista (do Estado e do capital), os mesmos cientes de que não tinham mais um “lá”, e sim um „cá“, eles se movimentam. Nesta dinâmica, é no „cá“ que eles negociam para ter menos impactos sociais, econômicos, patrimoniais, emocionais e culturais. Concluir, finalmente, que eles não querem impedir o desenvolvimento, mas querem, sim, ganhar no processo. Eles não querem acumular só perdas. Há uma consciência, ainda que não organizada, de que é preciso resistir de alguma forma. Resistir, não para obter lucros. Mas sim, balizado por uma consciência de direitos que os colocam em posição negociável, em busca de possibilidades.

Palavras-chave:

Geografia Cultural, Deslocamento Compulsório, Experiência. Espaço Vivido. Lugar.

ABSTRACT

This dissertation aimed to make a geographical reading of the riverside community of the Old Mill impacted by the dam of St. Anthony and under a compulsory displacement, was swept from his seat. In this reading, I turned as a basis, the assumptions of the new Cultural Geography Claval proposed by Paul (2007) to understand the cultural aspects of the local population affected by the dam. In order to meet the man in the Amazon and its spatial organization took as input cultural theoretical contributions of Silva (2002), Silva (2003) Caldas (2000), Santos (2002) who addressed the assembly in the Amazon region and built a thinking about man and woman riverside. However, Speaking of experiences, creations and transformations in living space that population is mainly talking about the Amazon. As a result, I sought to Becker (2004), Cavalcante (2008), Verdun (2007) and Magellan (2007), among other scholars of public policies established in the Amazon, with a focus on infrastructural changes undertaken in this region at present, with understand the changes that have affected that town. As a methodological orientation, this research used the intersection between the methods "lived space" proposed by Frémont (1980), and "oral history" of Meihy (2005), these references that I used to grasp the place of our narrators in speech and whose contribution given me a dialogue with theories of Yu-Fu Tuan (1983). Inserted in the dynamics of the development projects of the contemporary societies bordering the former Old Mill (the place-there), found themselves forcibly moved from their place of origin, a fact that has changed, its forms of relationships and interactions in space and time; Exposed to developmental outcomes of interest (the State and capital), they were not aware that another "there", but a 'here', they move. In this dynamic, is the 'here' they negotiate to have fewer negative social, economic, heritage, cultural and emotional. Conclude, finally, they do not want to stop development, but want to, yes, winning in the process. They just do not want to accumulate losses. There is an awareness, though not organized, that we need to resist in some way. Resist, not for profit. But, buoyed by a sense of rights that puts them in position negotiable, in search of possibilities

Keywords:

Cultural Geography, Displacement compulsory. Experience. Lived space. Place.

Canto de um Povo de um Lugar
Caetano Veloso

“Todo dia o sol levanta
E a gente canta
Ao sol de todo dia
Fim da tarde a terra cora
E a gente chora
Porque finda a tarde
Quando a noite a lua mansa
E a gente dança
Venerando a noite
Madrugada, céu de estrelas
E a gente dorme
sonhando com elas”.

Dedicatória

Dedico ao meu avô Antonio Mariano de Sá,
pelo grande incentivo espiritual.

Aos meus pais Gerusa Arruda Rosendo e
João Joaquim Rosendo, que com muito amor
e esforço, permitiram-me alcançar o mérito
dessa nova conquista.

Ao meu irmão Edivan Mariano Rosendo (*In
memorian*) que no auge de suas descobertas
teve a vida interrompida.

A Edneide Arruda Pereira, irmã pela
confiança, sobretudo, por ter me ensinado a
caminhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Josué da Costa Silva pela direção e dedicação a esta pesquisa.

A Regina e Orlando companheiros de importantes e fundamentais discussões, incentivo, crédito, projetos, sonhos, solidariedade e parceria de vida.

Aos narradores deste trabalho, o meu afeto e gratidão pelas contribuições que se constituíram de fundamental importância na travessia desta caminhada.

Aos professores Nilson Santos e Alberto Lins Caldas, pela trilha metodológica e pelas batalhas em prol da pesquisa voltada para o humano.

A Dr^a Graçinha e ao Dr^o. Dorisvalder que tanto contribuem para que nosso mestrado cresça cada vez mais.

A Universidade Federal de Rondônia, Instituição Pública que acredito e defendo e em cuja base firmei minha vida instrucional.

Ao Programa de Mestrado em Geografia, lugar no qual me permitiu mergulhar nos fios da ciência geográfica.

Ao CNPQ por ter me acolhido e oferecido bolsa de pesquisa como suporte essencial para efetivação desta pesquisa.

A todos de minha turma de mestrado, que nas discussões muito contribuíram para esta pesquisa.

A Maria Irenilce Soares de Araújo, Joelma Oliveira Souza, e a toda equipe pedagógica da Escola 4 de Janeiro pelo grandioso apoio profissional e humanístico a mim dedicado.

A Maria Zélia de Souza pela força, incentivo e companheirismo, sobretudo, pelos momentos especiais da vida.

A Sofia Menezes e Maria Auxiliadora Ortiz, pessoas que mais proximamente dividi dúvidas e perspectivas.

A Ana Maria e Josara N. Santos, por terem me apontado as linhas do equilíbrio.

Aos meus sobrinhos (Camila, Adino Mateus, Eriane, e Erian) pelo incentivo e confiança a mim dedicados.

A Erivan Arruda Rosendo, pelo fundamental alicerce de apoio familiar somados nesta jornada.

LISTA DE SIGLAS

AHE SAE	Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio
AID	Area de Influencia Direta
AII	Area de Influencia Indireta
APP	Área de preservação permanente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MESA	Madeira Energia Sociedade Anônima
HO	História Oral
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Plano Básico Ambiental
PA-SAE	Política Ambiental do AHE Santo Antônio.
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PL	Processo de Licenciamento
PCS	Programa de Comunicação Social
PC	Programa de Compensação
PEA	Programa de Educação Ambiental
PRPA	Programa de Remanejamento da População Atingida
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAESA	Santo Antonio Energia S. A.
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SG	Sistema de Gestão
SIGAL	Sistema de Gestão Ambiental Local
TC	Termo de Consentimento
UHE	Usina Hidrelétrica
PACUERA	Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório do AHE SAE

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Coletânea de pensadores da ciência geográfica.....	21
Figura 02:	Obra principal UHE Santo Antonio – Arranjo Geral.....	38
Figura 03:	Planta do Reassentamento Agrovila – Arranjos das casas.....	39
Figura 04:	Foto de pescadores fazendo redes.....	41
Figura 05:	Apresentação gráfica da quantidade e identidades dos colaboradores.....	52
Figura 06:	Panorâmicas das transformações na Amazônia.....	54
Figura 07:	Natureza homens e Memórias.....	67
Figura 08:	Foto da antiga moradia do Sr. Josias.....	96
Figura 09:	Aérea do Reassentamento Agrovila Novo Engenho Velho.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Síntese do Método Geográfico de Armand Fremont.....	46
Quadro 02:	Síntese Metodológica de Historia Oral de Meihy.....	50
Quadro 03:	Marco do Tempo.....	101
Quadro 04:	Impactos do deslocamento compulsório.....	114

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO 1 - Fios Conceituais da Geografia: Tecendo Saberes.....	21
1.1 Percursos geográficos: vários saberes.....	22
1.2 Do espaço ao espaço vivido.....	25
1.3 A categoria de lugar.....	27
1.4 Geografia cultural.....	29
1.5 A Comunidade ribeirinha: algumas conceituações	32
1.6 Engenho velho: uma apresentação.....	35
 CAPÍTULO 2 - Fios Metodológicos: Entrelaçando Fazeres.....	41
2. 1 – Método: caminhos e perspectivas.....	42
2.2 - Geografia e oralidades: uma possibilidade.....	42
2.3 - História Oral e Método geográfico: uma intersecção.....	43
2.4 - As proposições do método Geográfico de Armand Fremónt.....	46
2.4.1 - O inquérito	47
2.4.2 - O documento.....	47
2.4.3 - O instrumento.....	47
2.5 – Método de História Oral de Meihy	48
 CAPÍTULO 3 - Fios de interação entre os homens, os recursos e a natureza.....	54
3.1 - Amazônia em Fluxo.....	55
3.2 - Amazônia uma Rede em Fios.....	57
3.3 - Interligando os fios Amazônicos	57
3.4 - Hidrelétricas na Amazônia : possibilidades e limites.....	59

CAPÍTULO 4 – Fios narrativos: projetos de vidas sob as margens de um rio energizado.....	66
4.1 - Narrativa e instrumental técnico: uma explanação.....	67
4.1.1 - Diário de campo: registros perceptivos.....	67
4.2 – Fios narrativos.....	77
4.2.1 - Maria Amazonina Gomes de Freitas.....	77
4.2.2 - Francisco Gomes de Freitas.....	79
4.2.3 - Josias Galvão de Lima.....	80
4.2.4 - Arnaldo da Silva Lima.....	84
4.2.5 – Sr. Agricultor.....	88
4.2.6– Sr. Pescador.....	90
 CAPÍTULO 5 - Nos fios da Interpretação: Desdobramentos Possíveis.....	95
5.1 – O em si fazendo do humano na trajetória da experiência e do lugar.....	96
5.2 – Lugar e experiência: uma espacialidade compartilhada	100
5.3 – Considerações analíticas dos impactos da usina na comunidade do antigo Engenho Velho.....	111
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

Apresentação

Como migrante nordestina, aportei em solo rondoniense em 1984, período de florescimento do recém-criado Estado da federação brasileira. Aspirei o que pairava na memória coletiva daquela época, materializado na euforia e nas expectativas de desenvolvimento em contraposição às muitas deficiências estruturais no município de Porto Velho.

Neste percurso, tive a oportunidade de vivenciar a história dessa localidade como cidadã (que sentia as limitações do poder estatal), como estudante (que maturava no seio social), como educadora (já no exercício da formação profissional) e como especialista (estudiosa dos processos de desenvolvimento cultural e educacional local).

Durante estes ciclos de vida, surgiu uma inquietação que me estimulava a buscar e compreender as intrincadas redes sociais que transitavam entre as forças de permanência e transformações, entre carências e demandas sociais, entre o político e o econômico, entre o social e o cultural, entre o religioso e o profano.

Ao procurar essas respostas, visualizei a academia. Dialogando inicialmente com os estandartes da historiografia, trilhei na companhia de historiadores internacionais e nacionais que redimensionaram minha visão de mundo e formataram meu olhar para o protagonismo social da cidade e seus enredos. Desta feita, a graduação me trouxe o culto, o erudito. Ainda assim, não me contive.

Havia para além daquelas vozes sociais (os autores) um eco que vulcanicamente bradava e, entre tantas teorias, germinava na minha consciência um outro jeito de olhar a historicidade humana. Esse jeito pulsava vida, pulsava voz, pulsava história. Mas história de vida, sentida; ora contida, ora vivida, essencialmente, construída. Era uma voz que se consumia e ardentemente bradava para se fazer ouvida, revelada, registrada. Que voz era essa?

E, na incompletude da aprendiz, ecoava uma ardente sede de conhecer: que saber era esse que ainda não estava dito? Onde estava o acontecido? Que valor tinham tais acontecimentos? Que autonomia lhes cabia? Que caminhos seguiam? E eram tantas inquições que nortearam em mim uma identidade, uma

vontade, uma vocação: deixar inscrito, não a resposta, mas um repertório que captura e divulga um olhar, uma leitura do povo e da sociedade.

Paralelo a isso, vinha amadurecendo minhas participações em dois outros grupos de estudo: o Centro de Hermenêutica e o Centro de Estudos em História Oral cujas discussões transitavam sobre a existência do ser humano e suas teias socioculturais, territórios que sedimentaram minha entrada, em 2009, no Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia dessa Instituição de Ensino Superior (IES). Neste cenário, introduzi-me em outro nível de aprendizado que se diferenciava, na raiz, entre o papel de leitora e intérprete das teorias para a de interlocutora de idéias. Inseri-me no mundo da pós-graduação.

Desta feita, fazer o mestrado foi o desafio maior a que me propus realizar e, fazer esta dissertação, a trajetória mais difícil de ser cumprida. Ao longo da elaboração do texto que ora apresento como fruto do esforço por mim empreendido, várias etapas foram deslanchadas com as devidas confluências e turbulências que o exercício da academia e do sujeito social que sou me permitiu viver.

Em primeira instância, vivi o anseio de ser pesquisadora ambição comprometida com um fazer social ideológico da minha formação político-acadêmica. Num segundo estágio, depois dos diálogos com os suportes teóricos da Geografia Humana, ofertadas pelas disciplinas de: Teoria Geral da Geografia, Populações Amazônica e Cidadania, Método Qualitativo, Espaço Urbano, Espaço Rural, Gênero e Geografia, parti para a aplicação da pesquisa de campo. E num movimento que se alternava entre avanços e retomadas, enfrentei esta etapa com toda a força que a empreitada exigia e, eu, particularmente, imputava-me.

Diversas foram as sensações desse fazer científico. Entre as lidas das materialidades que a lei da sobrevivência ordenava, dividi-me por vezes entre os papéis sociais do ser trabalhadora e pesquisadora, vibrando e produzindo intensamente nos momentos de *insight*, por vezes, frustrando-me quando não os tinha.

Mas como nem tudo foi calma, há um grande viés na travessia: historiadora por formação, necessitava mergulhar nas correntezas teóricas e

epistemológicas da Geografia, e aí surgiram outros questionamentos: onde História e Geografia se encontravam, e onde residiam seus limites? Como geografizar meu olhar científico? Como trabalhar com clareza dois campos do conhecimento que não se contrapõem em essência? Como resguardar suas particularidades teórico-metodológicas? Estava posto o primeiro desafio que teria adiante: me situar epistemologicamente nesse campo do conhecimento e, a partir daí, amadurecer minha formação no pensamento geográfico.

Diante desta constatação, trabalhei para conhecer a evolução do pensamento da ciência geográfica, focando nesse processo de estudo, o ciclo de surgimento, formulações conceituais e reestruturações teóricas, visando mapear e compreender as distintas lentes paradigmáticas de interpretação das redes sociais, físicas e naturais que, sobretudo, demarcaram a trajetória e identidade teórica da ciência geográfica como instrumento de apreensão da relação homem-meio-poder.

Desta forma, nasceu: “Engenho Velho: uma comunidade Varrida do Lugar”. Como perguntas de corte estabeleceram as seguintes indagações: Como natureza e condições de produção se inserem na vida daqueles agentes sociais? Como os sujeitos são envolvidos, nos processos mobilizadores da construção social? Que concepções orientam as reconfigurações espaciais em que estão inseridos? Como se vêem nos mais distintos momentos dessa configuração?

Nesse sentido, dediquei-me à compreensão do objeto de estudo, abri ações de campo, estabeleci relações com os colaboradores e com os órgãos públicos locais e nacionais correlacionados. Essencialmente, apreendi a diferença entre ser professor e ser pesquisador acompanhando as transformações sociais, econômicas e estruturais pelas quais Rondônia passa atualmente.

Desta feita, visualizei o valor cultural de poder acompanhar e registrar a velocidade e a intensidade dos atos humanos dos povos ribeirinhos e das interferências institucionais que os mesmos sofrem atualmente e que por mais simples ou grandiosos que sejam, têm algo para contar de nossa região e de nossa temporalidade.

Como pesquisadora, vejo na escolha da Geografia Cultural, a fundamentação teórica desta pesquisa, um alicerce para a ampliação de bens culturais da espacialidade humana. Para tanto, pautei-me no resgate documental

(escrito e memorial) capturado por meio de uma pesquisa qualitativa realizada às margens de um rio que traz laços de pertencimento e de identidade social, emocional e cultural. Hoje, abraço a pesquisa com a alegria do enfrentado, do refletido, do construído e, certamente, do não acabado. E o tomo com a força do credo nos ensinamentos de Paulo Freire: “o ser humano é um ser inacabado”. Se inscrevo aqui o que considero minha dissertação, tenho ciência de que tal obra, em verdade, se constitui uma reflexão, uma colaboração, um deleite científico do grande mosaico do espaço amazônico brasileiro.

Acredito, por fim, ter registrado as dinâmicas da espacialidade da comunidade do Engenho Velho, hoje relocada para o espaço denominado de Agrovila Novo Engenho Velho, sedimentado nos registros das memórias de importantes personagens sociais daquela localidade que, a despeito da vontade de seus habitantes, é notícia no mundo, particularmente, com a construção da usina hidrelétrica de Santo Antonio e seus complicadores socioambientais.

Introdução

Este trabalho se pautou pela necessidade de abordar o espaço vivido da comunidade do antigo Engenho Velho e as mudanças e desafios enfrentados pelos seus moradores, no processo de seu deslocamento para a recém-criada Agrovila Novo Engenho Velho. Esta comunidade originou-se da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio cujos moradores eram ribeirinhos residentes no espaço conhecido antigamente como Engenho Velho. Estes ribeirinhos se constituíram como o primeiro grupo deslocado por estar geograficamente situada no lugar que o empreendimento reservou para ser o canteiro de obras.

O meu primeiro contato com este cenário de pesquisa ocorreu em 2008, quando fui convidada pela analista socioambiental da empresa Santo Antonio Energia (SAE), para ajudar no deslocamento daquela população. Entre conversas e embalagens dos pertences de alguns membros daquela comunidade, observei a dificuldade de desligamento com cada canto, cada lugar que se manifestavam como força de resistência mediada por outra lógica de valores e de relações dos ribeirinhos com o espaço que lhes estava sendo vilipendiado.

O debate teórico-conceitual deste estudo, que trabalhará com as categorias *espaço* e *lugar*, buscou decifrar os fatores que atuaram na dinâmica de desestruturação e de reconstrução daquela comunidade. De forma mais específica, problematizando o que observei, procurei identificar que lugar é esse de que falam? O que existe no espaço ribeirinho que é tão significativo para eles? O que é ser ribeirinho? Como se deu a apropriação desse espaço? Que espaço é esse?

Abordar o vivido da comunidade do antigo Engenho Velho e as mudanças e desafios vivenciados pelos ribeirinhos levou-me a pensar sobre os modos de vida amazônica e as políticas públicas que lhes são impostas. Sobre tudo, compreender o modo de habitar, as atividades econômicas, os usos que se fazia naquele território, as mentalidades e os valores que existiam entre os homens e o meio natural.

Um empreendimento hidrelétrico organiza-se em torno do cumprimento do calendário de execuções, que compreende contratualmente a obediência de prazos e resultados, tudo isto ordenado sob a égide da lógica do capital. Por sua vez, a Amazônia peculiarmente, no que diz respeito ao comportamento temporal obedece a

uma lógica de outra ordem geográfico-ambiental e cultural, vivenciando seu ciclo natural de enchentes e vazantes numa dinâmica que se divide em seis meses de chuva e seis meses de verão. Essa realidade, segundo os interesses dos empreendedores, tornava necessário, a antecipação da remoção e deslocamento da população atingida residente naquele território.

A determinação de fazer a imediata retirada dos bens móveis e humanos daquela localidade e a consequente remoção dos imóveis existentes na mesma, desencadeou uma intervenção que começou com uma proposta de desagregação espacial, passou por um plano compensatório e consequente reorganização socioespacial da comunidade.

Este processo interferiu nas condições geopolíticas vivenciadas pelos grupos humanos residentes no espaço apropriado pelos poderes público e econômico. Desta forma, necessário se faz analisar as dimensões que configuraram o homem ribeirinho amazônico, agora recolocado, além de seus eixos produtivos e de sua existência ao tempo que identifica as forças do desenraizamento por eles sofridos.

A considerar que, na ordem infraestrutural, um dos maiores projetos de desenvolvimento e de integração da Amazônia brasileira reside hoje na exploração dos recursos hídricos, cujo desdobramento, toma os rios amazônicos como propulsores de energia, o que se defende aqui é a idéia de que a vida da população ribeirinha encontra-se interligada a uma rede de energia conectando os seus fios (sociais, culturais, econômicos, energéticos e políticos).

A sustentação explicativa para a articulação em fios dos fenômenos ocorridos na Amazônia origina-se do fato de que, atualmente, a mais expressiva fonte de interferência no mundo amazônico advém da construção das duas usinas hidrelétricas no rio Madeira. Consequentemente, como os principais mecanismos condutores da energia produzida pelo rio são os fios elétricos, figurativamente adotamos o termo “fios” como elemento conectivo dos processos sociais, espaciais e temporais ocorridos nessa região.

Como estratégia analítica esta dissertação se organizou a partir do entendimento de que a Amazônia encontra-se conectada em fios, quais sejam: fios sociais, que abrangem os aspectos, econômicos, políticos, sociais e culturais; fios históricos, que se reportam às adversidades vivenciadas pelos ribeirinhos, cujas

conexões exprimem singularidades e historicidade de cada ser; fios geográficos, cujas dinâmicas e combinações nos reportam às configurações e relações que no conjunto revelam a espacialidade de cada lugar.

Desta maneira, por imposição ou não, essa corrente constrói um “certo tipo” de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reordena as condições de produção, promovendo o deslocamento compulsório das comunidades assentadas nas áreas diretamente atingidas.

Será nesse sentido que toco na questão Amazônica, ambiente cuja riqueza natural sofre atualmente um reordenamento político, humano e, conseqüentemente, uma nova configuração nos universos espacial e social do vivido da população local; destacadamente, da comunidade do antigo Engenho Velho.

Desta forma, esta pesquisa se organizou em cinco capítulos. No primeiro capítulo, denominado de **“Fios conceituais da geografia: tecendo saberes”** foram discutidos os conceitos balizadores e os respectivos aportes teóricos que sustentam e consubstanciam este estudo, destacadamente, os da Geografia Cultural que fundamentou este trabalho.

Todo esse processo se deu á luz de pesquisa documental (teorias e conceitos; pesquisas em periódicos pertinentes ao campo da ciência geográfica) e foi referendado nos pensadores do conhecimento geográfico tais como: Paul Claval, Armand Fremónt e Yu Fu Tuan. Assim, discutimos as percepções conceituais sobre o ser ribeirinho à luz de Silva (2002), Silva (2003) e Santos (2002), que abordaram o espaço amazônico e construíram um pensar sobre o ser ribeirinho.

No segundo, chamado de **“Fios metodológicos: entrelaçando fazeres”**, nele está exposta a escolha metodológica adotada por este estudo para mediar o processo de apreensão, interpretação e compreensão de uma determinada realidade. Para tanto, me aprofundei nas elaborações conceituais dos métodos do Espaço vivido proposto por Fremónt(1980) e da História Oral elaborado por Meihy (2005) para traçar uma descrição do *corpus* procedimental dos métodos adotados.

No terceiro capítulo, intitulado de **“Fios de interação entre os homens, os recursos e a natureza”** visualizei o aparato governamental e os mecanismos de fomento e controle dos processos de planejamento, implementação e desenvolvimento das políticas públicas a ela destinadas. Neste ponto recorremos

aos autores Becker (2004), Cavalcante(2008), Verdun (2007), entre outros estudiosos da temática Amazônica, com foco nas transformações infraestruturais empreendidas para essa região na atualidade. Visando, especificamente, apreender as experiências vivenciadas por aquele povoado adotei o conceito de deslocamento compulsório desenvolvido por Magalhães (2007).

No quarto capítulo denominado **“Fios narrativos: projetos de vidas sob as margens de um rio energizado”**, trato da disposição das narrativas dos colaboradores. Neste momento, trago dois feixes que se abriram por conta da pesquisa de campo que são os apontamentos feitos no diário de campo ou impressões-reflexões da pesquisadora e as narrativas propriamente ditas ou os relatos do vivido dos colaboradores desta pesquisa.

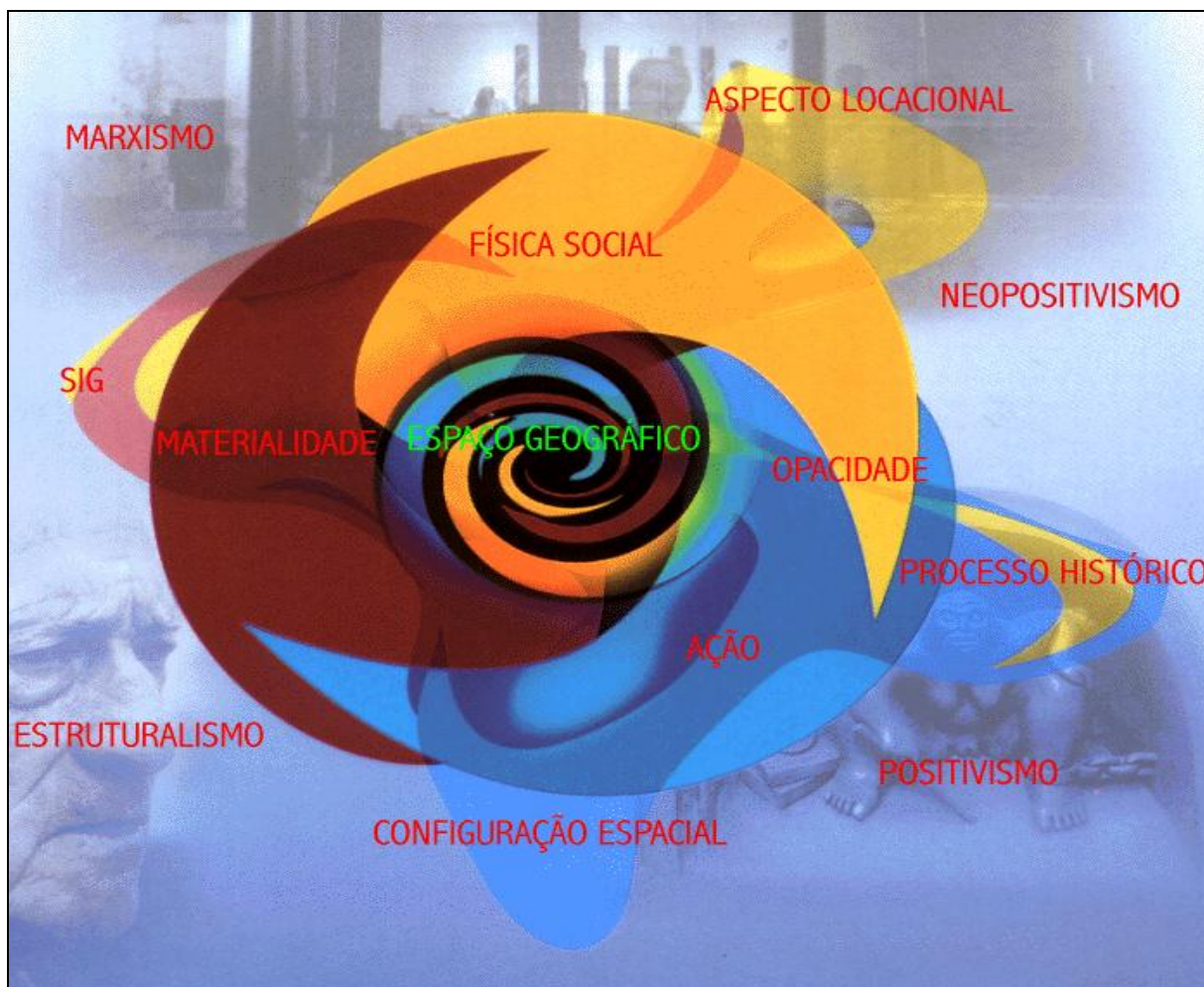
Finalmente, no quinto capítulo definido **“Nos fios da interpretação: desdobramentos possíveis”**, traço um percurso interpretativo dos fenômenos transcorridos no espaço vivido dos ribeirinhos atingidos pelo empreendimento. Para tanto, por meio das narrativas, aprofundei-me na configuração espacial da comunidade atingida traçando as ramificações materiais e imateriais inerentes ao deslocamento compulsório por eles vivenciado.

Por fim, apresentamos as considerações finais, pautada pelo entendimento de que ao longo do tempo, na história da humanidade, a espacialidade foi alterada, gerando impactos de toda ordem. No contexto local, com a construção da Usina de Santo Antonio, no Engenho Velho, não foi diferente. Os impactos foram identificados nos sentimentos e em todas as atividades desenvolvidas pelos colaboradores pesquisados. A partir das falas destes indivíduos afetados, detectamos impactos negativos e positivos, mas descobri, especialmente que com uma consciência de direitos e uma vez organizados, os atingidos imprimiram uma marca: a via negocial para garantir sua felicidade.

CAPÍTULO 1

Fios Conceituais da Geografia: Tecendo Saberes

Figura 01: Coletânea de pensadores da ciência geográfica



Fonte: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho (S/D)

Dir-se-ia que a geografia não buscou ser um pensamento sobre o pensamento, mas um pensamento sobre as coisas. Tampouco uma disciplina cuja única pergunta – cativa e segura – seja “onde?”. Ao contrário, sua preocupação vai além. A geografia procura refletir como, onde, quem, por quê, para quê e para quem o espaço é produzido e usado.

(Maria Laura Silveira, 2006)

1 - Percursos geográficos: vários saberes

A geografia como campo do conhecimento desenvolveu diferentes perspectivas para apreender a relação homem, meio e poder. Ao longo desse percurso construiu diferentes parâmetros teóricos e metodológicos, estabelecendo-se assim as riquezas de contribuições e limites conceituais de cada postulação.

Seguindo as idéias contidas na obra “Filosofia y Ciencia en la Geografia contemporânea” de Horácio Capel (1981), o saber geográfico no campo do conhecimento do século XIX, insurgiu-se no seu próprio amadurecimento dentro do berço cultural que fora as ciências naturais, aliadas às ricas contribuições prenunciadas por Alexandre de Humboldt e Carl Ritter. Reservadas as circunstâncias temporais e espaciais, construíram importante base para agregar valor científico a já existente prática de sistematização dos saberes desenvolvido por eminentes predecessores do fazer geográfico.

Considerando que intervenções fundantes de idéias ou ideais resultam em desdobramentos que afiliam seguidores aos centros de pensamento, as raízes teóricas fincadas nas escolas Alemã e Francesa influenciaram toda uma mentalidade européia propiciando uma alavancada no processo de expansão e de significação do pensamento geográfico no campo do saber científico, humano e mundial.

Neste sentido, dos retalhos que se teciam no percurso do que se entendia chamar de Geografia era, tão somente, resíduo de um olhar sobre a *físis*, fundamentalmente, orientada por uma concepção determinista que seguramente ratificava as desigualdades e legitimava as injustiças, além de contribuir com os interesses de perpetuação e de controle dos grupos dominantes.

De acordo com a discussão apontada por Capel¹ até o período de Humboldt, não se podia falar em Geografia propriamente dita, tendo em vista que esta era apenas um mosaico de informações, advindas de formulações levantadas por conhecimentos da Zoologia, da Geognosia, Botânica, geologia, oceanografia, hidrologia, climatologia, metereologia, geomanteísmo, dentre outras, e conseqüentemente, sistematizadas por um processo de cunho descritivo.

¹ Sobre isso ver Horácio Capel “Filosofia y Ciencia en la Geografia contemporânea” (1981).

Vivendo na Europa do século XVIII e questionando o modelo do sistema científico vigente Humboldt estabeleceu um diferencial no processo de investigação, condução e desfecho dos estudos realizados, constituindo-se num marco metodológico para a teoria geográfica, conforme expressa a seguinte fala de Capel (1981, p.11):

Humboldt adopta un punto de vista totalmente diferente y se plantea el problema de comprender las relaciones que unen en un mismo espacio a fenómenos e elementos aparentemente inconexos, o cuya conexión no pode deducir-se de um sistema taxonómico.

Consequentemente, tal elaboração colocaria a geografia um degrau acima de sua significação social no campo do saber, dada a rica sensibilidade epistemológica proposta por esse autor.

O principal elemento fomentador da investigação científica de Humboldt, observado em Capel residia na busca pelo conhecimento das relações entre os distintos fenômenos. Para tanto, ele adotou uma nova postura metodológica que posteriormente viria a influenciar a ciência geográfica, singularizando-se com a criação e aplicação das orientações indicadas no seguinte trecho da carta endereçada a Von Moll²: “mis ojos deben estar siempre fijados sobre la acción combinada de las fuerzas, la influencia de la creación inanimada sobre el mundo animal y vegetal, sobre esta harmonia”. Esta empreitada carregava nitidamente sua visão epistemológica.

A ambição de desenvolver um trabalho que fosse ele próprio uma rede engenhosa do mundo físico e em franca conexão dos elementos entre si, que não só se ocupasse em comunicar uma descrição geográfica, mas que concebesse o homem e meio em intensa relação, operacionalizou-se e foi registrada na obra “Kosmo” (1845-1847).

Amparado nas bases filosóficas das concepções kantianas sobre a fisiologia do saber, Humboldt ratifica suas proposições conforme citadas por Capel (1981, p. 7), da seguinte forma: “Solo se encuentra lo que se busca, lo que previamente ya ha intuído, lo que ha sido objeto de una formulación anticipada que permite seleccionar y organizar los conocimientos posteriores em función da primera idea”.

² *Op. Cit.*, p. 6.

Humboldt, entre avanços e entraves conceituais do seu tempo, configurou-se como um importante inovador do pensamento geográfico, na medida em que conseguiu trabalhar a modelagem da produção científica das ciências naturais predominantes do século XVIII e agregar em sua prática investigativa uma nova modalidade metodológica que era a utilização do método comparativo somada à perspectiva histórica, para obter a compreensão da influência da natureza física sobre o homem.

Ao propor em 1793, a integração dos diversos conhecimentos, Humboldt age a respeito dos entendimentos da cadeia científica vigente ao mesmo tempo em que delineia uma nova concepção metodológica. Utilizando-se do método comparativo, desenvolve uma concepção sobre a unidade no todo e rompe com a “inocência determinista”, tratando de elevar os fenômenos físicos a uma reflexão científica, a partir do que antes era considerado „um puro azar incompreensível”.

Neste cenário, acompanhando o histórico de avanços no pensamento geográfico, Carl Ritter desenvolveu importante contribuição quando trouxe para sua prática de pesquisador, toda a influência de sua formação filosófica e humanística, construindo uma geografia que valoriza o meio, a partir das vicissitudes do humano.

Geograficamente Ritter olha para os feitos humanos no espaço e considera suas intervenções e compreende filosoficamente o papel de alguém que vê o seu meio e coloca-se a contemplá-lo, que seja passível de se relacionar com a natureza, de valorizá-la e modificá-la com sua presença.

Na compartimentação do que se tinha como geografia, Ritter busca identificar os elementos constitutivos do espaço geográfico e, fundamentalmente, apresenta um objeto para este campo do saber e para as insígnias do denominado mundo científico. A partir de então, na geografia, abria-se um lugar para pensar a forma de como se davam as relações entre os homens e a natureza.

Ritter, igualmente a Humboldt, interessava-se pelas relações, mas um dos pontos que os diferencia é o fato de o primeiro produzir suas idéias estritamente focadas nas conexões e cenários em que se desenvolviam as atividades humanas, conforme o trecho de Ritter de 1804³:

³ , p. 46.

La tierra y sus habitantes se hallan em las más estreitas relaciones mutuas y um elemento no pueden ser considerado en todas sus fases sin los outros (...) el territorio actúa sobre los habitantes y lo habitantes sobre el territorio

Essa passagem reforça o entendimento como ratifica Henri Bauling (1982, p. 62), para Ritter “o objeto da Geografia consiste nos „conteúdos materiais de espaço”, encarados não como matéria, formas, forças o que se relaciona com a física, mas em sua repartição e em suas combinações espaciais”.

Apesar das limitações epistemológicas dessas produções do pensamento geográfico para nossa época, é inegável que Humboldt e Ritter se configuram como pioneiros de um importante campo de significação denominado Geografia Moderna. Com o passar do tempo, a força com que surge a pesquisa geográfica permite o surgimento de ramificações que vão caminhar expressando a potencialidade e significação dessa ciência para conceber e (re) dizer o meio e o homem.

Nessa trajetória, o espaço emerge como uma importante categoria passando a ser tomada como objeto de reflexão do pensamento geográfico, sendo tido como instrumento analítico das dinâmicas e dos processos sociais, sobretudo, porque vem se tornando uma referência para a ação dos sujeitos sociais, do Estado e suas instituições e dos agentes econômicos.

1.2 – Do espaço ao espaço vivido

O espaço passou, inicialmente, por uma total desconsideração pela vertente tradicional até a sua crescente evolução conceitual na ciência geográfica, assumindo sua posição de centro das discussões no temário geográfico.

O espaço como constructo social, caracteriza-se como uma dimensão que absolve todas as demais dimensões, ou seja, onde todas as coisas e objetos estão inseridos. Onde os homens demarcam sua espacialidade e organizam seu agir no mundo. Segundo Santos (2006, p.86): “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido”.

Mas o espaço não é constituído apenas de objetos e coisas, nele, fundamentalmente, tem a presença humana, a existência do ser e, por conseguinte, o espaço encontra-se ligado ao social, à sociedade. Desta forma, ainda que se o apreenda como fenómeno analítico, é lícito que se considerem os grupos e seus comportamentos, suas temporalidades, seus valores, sentimentos e afetuosidade, suas subjetividades.

Têm-se no espaço as diferentes relações que atuam sobre os seres humanos: as interferências econômicas, as instabilidades políticas e a mais atuante delas, as construções culturais – ideologias que se entrelaçam e pressionam o cotidiano de cada indivíduo.

Sabe-se que o homem não é um ser neutro. É parcial, passional, racional, mas de uma racionalidade que sua cultura lhe forma e ao longo do seu amadurecer físió-biológico e cognitivo⁴ vai adquirindo e atribuindo valor às experiências vividas no seu espaço⁵.

Tomando por base as leituras feitas por Frémont (1980), depreende-se que a reconstrução de um determinado espaço em bases estritamente econômicas ou demográficas não permite captar na realidade a totalidade das relações que unem os homens aos lugares. Com base nessa crítica, ele formula a idéia de que as relações dos homens com os lugares é que parece ser o objeto fundamental da geografia, cujas luzes analíticas se ampliaram com a interlocução da ciência geográfica com os campos da história, das ciências naturais, da economia, da sociologia e juntas contribuem para uma melhor compreensão do espaço humanizado.

Uma das qualidades do humano é elaborar conhecimentos que lhes permitem relacionar-se com os recursos da natureza. Nesse processo, coloca-se como um agente que atua no espaço imprimindo-lhe transformações de acordo com as suas necessidades e interesses. Assim vai norteando ações, satisfações e

⁴ Conforme depreensão das teorias da psicologia, do desenvolvimento humano, dos comportamentos e das percepções.

⁵ Segundo Frémont (1980, p 26): “as estruturas da percepção e da inteligência do espaço assentam como todas as estruturas psicológicas, em esquemas cada vez mais adaptados às novas situações, por assimilação e acomodação. O espaço vivido é uma experiência contínua”.

frustrações, emite opiniões, marca posições deixando seus laços de afetividade com os lugares e, como tal, vivencia um espaço que é cultural.

Neste sentido, para propiciar uma leitura geográfica sobre as transformações socioespaciais da comunidade do antigo Engenho Velho no processo de construção da UHE Santo Antonio, recorreremos à teoria do espaço vivido elaboradas por Frémont (1980, p.17) que entre outras afirma:

o „espaço vivo“, em toda a sua espessura e complexidade aparece assim como revelador das realidades regionais; essas têm certamente componentes administrativo, históricos, ecológicos, econômicos mas também, e mais profundamente, psicológicos.

Ao interligar os aspectos sociais e culturais ao estudo do espaço vivido dos ribeirinhos do antigo Engenho Velho, põe-se foco nas experiências vividas pelos sujeitos, privilegiando as relações, os valores subjetivos e afetivos que os ligam ao lugar e, a partir daí, dar visibilidade a região da forma como a mesma é vista, apreendida, sentida ou como nos fala Frémont (1980, p. 17): “modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam”.

1.3 - A categoria de lugar

Num avanço teórico, a geografia das humanidades toma como referência a compreensão do homem, das suas condições e produções de vida e das relações que estabelecem com o meio em que vive. Desse conjunto, busca-se explicar e entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana. Tratando sobre o crescimento das preocupações humanista Claval (2007, p. 53) diz:

A geografia humana nasceu como ramo das ciências naturais: isto explica o fato de que os geógrafos tenham, por muito tempo, resistidos a levar em consideração certas dimensões da realidade humana e tenham sido mais sensíveis à diversidade das paisagens que à originalidade dos homens e das iniciativas que tomam.

Ao discutir sobre a relação lugar e geografia cultural, implica em evidenciar uma profunda relação subjetiva, valorativa e experiencial, ou seja, em especial a

geografia cultural, fundamenta-se, nos significados e valores que o homem atribui à sua existência ao lugar.

Para Frémont (1980, p. 121-122):

os lugares, no entanto, formam a trama elementar do espaço constituem numa superfície reduzida e em redor de um pequeno número de pessoas as combinações mais simples, as mais banais, mas talvez também as mais fundamentais das estruturas do espaço

Olhar para o homem é olhar para o espaço vivido, e este se reflete nas relações e movimentações que os mesmos desenvolvem no espaço, precisamente, por meio dos lugares pode-se localizar os homens e as coisas.

Outro autor que contribuiu na conceituação de lugar foi Yu Fu Tuan (1983), para quem as idéias de espaço e lugar não podem ser vistas uma sem a outra, na sequencia, destaco algumas definições dada por ele para lugar:

- 1) se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.
- 2) um sentido de território e lugar. Os espaços são demarcados e definidos contra invasores. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação.
- 3) “Espaço” – é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Claval (2011, p. 222), na obra “Epistemologia da Geografia” ao discutir sobre a redescoberta da discussão do lugar promovida pela fenomenologia afirma que ela:

transformou as perspectivas dos geógrafos que a descobrem, porque lhes revela que os lugares não são pontos anônimos num espaço neutro; a terra não é uma superfície geométrica. É feita de meios físicos onde a vida está em toda parte presente e os homens moldaram a sua imagem.

Nessa perspectiva é que tomaremos o lugar ribeirinho como dimensão entrelaçada aos aspectos espaço e tempo, uma vez que é no lugar que estão às

representações e os sentidos que sinalizam as experiências vividas e onde os homens criam suas histórias.

Dito isto, buscaremos, no lugar, perseguir a trilha epistemológica proposta por Claval (2011, p. 226) que propõe ao geógrafo:

por-se no lugar das pessoas observadas, de ver como essas percebem o mundo, de apreciar os horizontes que se abrem aos olhos delas, de descobrir os problemas que elas têm no íntimo, de compreender as suas perspectivas, as suas esperanças e os valores que as motivam.

É por meio das percepções, valores e sentidos que os homens criam seus mundos e por meio das experiências vividas ancoram suas ações e reações no espaço. A partir dessas premissas apropriei-me da geografia cultural como alicerce para ampliar as possibilidades de compreensão sobre o que dá sentido ao lugar.

1.4 – Geografia Cultural

Toda pesquisa geográfica com enfoque cultural está fundamentada nos significados e valores que o indivíduo atribuiu à sua existência ao lugar, bem como as relações sociais e espaciais com o meio. Esta proposição baliza a compreensão das relações entre o homem e seu espaço, enfocando as transformações culturais vivenciadas e sua influencia na organização do espaço de um determinado grupo social.

Uma das suas principais ousadias foi o de inserir-se no cerne das discussões sobre o espaço e desenhar uma nova forma de compreendê-lo. Nessa perspectiva passou a defender que: “o espaço é um reflexo das ações culturais do homem”. Esse entendimento propicia ao geógrafo cultural olhar as criações e interações do homem sobre a natureza como ações culturais de um determinado grupo e, a partir daí, trabalhar o mundo, ou melhor, os mundos através da pluralidade das suas expressões, sejam estas vividas ou interpretadas.

Ao discutir sobre isso, Serpa (2007) e Mitchel (1996), sinalizaram que qualquer análise em Geografia Cultural deve ocupar-se com a compreensão de como a “idéia de cultura funciona em meio e através das relações sociais de

produção e reprodução”, verificando como esta idéia de cultura age no sentido de controlar e ordenar fenômenos de um mundo aparentemente indisciplinado, mas altamente estruturado .

Ao refletir sobre a relação do ribeirão com seu espaço, sua organização social, seu lugar e os valores atribuídos ao lugar é que encontramos com a Geografia Cultural como trajetória analítica possível que nos guiasse na abordagem das experiências e vivências do homem com o seu espaço e nos permitisse uma leitura dos sentimentos, valores culturais e das concepções e percepções que os mesmos tinham entre si e com o meio.

A cultura enquanto dimensão analítica no âmbito dos fatos geográficos, passou por momentos de ostentação e outro de declínio. Entretanto, após a década de 70 do século passado, com o advento das mudanças estruturais que abarcou as sociedades modernas e a consequente reordenação epistemológica propiciada pelos movimentos teóricos surgentes na época ela retomou sua importância no cenário dos temas geográficos.

Os redimensionamentos conceituais atribuídos pelos movimentos de “valorização cultural” propiciaram um avanço nas leituras geográficas, tanto das sociedades tradicionais, como das ditas modernas (urbano-industriais), isto porque os geógrafos culturais passaram a ampliar o campo analítico da cultura, abrangendo tanto os aspectos considerados “materiais”, quanto os aspectos mais subjetivos e simbólicos neles encontrados.

Como cultura, não é um conceito de fácil definição, ela pode assumir diversas acepções e usos. Pelo seu caráter polifônico, pode ser tomada em diversos sentidos: artístico, instrucional, econômico, dentre outros. No caso desse estudo, o enfoque que será dado ao termo cultura parte da compreensão conceitual defendida por Claval (2001, p. 63):

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. (...) Os membros de uma civilização compartilham códigos de comunicação. Seus hábitos cotidianos são similares. Eles têm em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo. Eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhadas.

À luz do que está posto neste estudo, abordaremos a dimensão cultural do humano, constituído de um conjunto de saberes que são construídos pelas experiências e transmitido como herança, numa relação que envolve valores⁶, crenças, normas de conduta, a linguagem, os símbolos e toda teia de significados presentes no processo de difusão e construção cultural.

Ao discorrer sobre cultura e lugar Claval (1999, p.11), afirma que:

A cultura é um dado fundamental na compreensão dos lugares. Ela permite perceber os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham.

Nesta afirmação, o autor entrelaça a cultura nos lugares, uma vez que o ser humano a ele atribui valores que fazem parte do acervo cultural do indivíduo, proporcionando uma identificação do ser para com o lugar e uma organização social caracterizando cada grupo social.

Segundo Gusmão (2008, p. 28):

Todo olhar é cultural, todo olhar é sempre um “sobre” algo e nunca a sua versão definitiva. No entanto, o que diferencia a Geografia Cultural das demais “Geografias” é o olhar sobre o simbólico, sobre as representações sociais, sobre a religião, sobre modos de vida, inclusive sobre memória, proporcionando, portanto, leituras culturais.

A partir dessa compreensão contida na construção teórica da geografia Cultural partimos para abordar os sentimentos, valores culturais e experiências vividas pelos ribeirinhos, mediado por um olhar diferenciado sobre a dimensão humana e de suas relações com o espaço, o lugar e os valores por eles atribuídos a cada um desses elementos.

Ao abordar as mudanças sofridas pela comunidade do Antigo Engenho Velho, esta pesquisa, em verdade, segue os preceitos da geografia cultural que toma como centro de suas preocupações, algo que pode ser encontrado nos prenúncios de Eric Dardel⁷ para os geógrafos: “Os homens não param de se questionar sobre as razões de sua presença na terra; eles sentem a necessidade de dar um sentido à sua

⁶ Segundo Clava I(2007, p.82): os valores estruturam-se em conjunto de crenças e de normas abstratas de comportamento que são do domínio da religião ou da metafísica.

⁷ Citado por CLAVAL (2007, p. 53)

existência e ao mundo no qual vivem. É disso que os geógrafos devem partir sua análise”, ou seja, uma abordagem humana.

Com este intuito é que buscamos refletir sobre as populações ribeirinhas e sua relação com as novas dinâmicas de organização do espaço geográfico, das quais se desenrolam conflitos de ordem territorial, alterações nas paisagens e nos espaços vividos dos mesmos. Desta feita, os fenômenos acima estão intrinsecamente relacionados com a idéia de perda e construção de vínculos com o espaço vivido.

Nesse cenário, como ponto de reflexão analítica, reporteime as proposituras de Yu Fu Tuan (1980), que no escopo de sua produção geográfica ocupa-se do aprofundamento do “elo que as pessoas manifestam com sua região de origem e à experiência dos meios populares”.

Para tanto, ele desenvolve sua teoria pautando-a sobre “o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas”, para a partir daí, obter um estudo aprofundado das realidades culturais; tarefa que o levou a considerar certas dimensões da realidade humana por meio da percepção.

1.5 - A Comunidade ribeirinha: algumas conceituações

Olhar geograficamente para os fenômenos ocorridos na comunidade do antigo Engenho Velho é enfrentar dois grandes desafios: o primeiro, compreender suas organizações, suas percepções e seu modo de vida. Estas ações exigem que se apreenda as combinações e as relações que se interagem no espaço e no tempo. O segundo, diz respeito ao fato de que, falar das experiências, criações e transformações no espaço vivido daquela população é também e, principalmente, falar da Amazônia, esse vasto universo composto de diversidades ambientais e culturais.

Entretanto, pensar essa espacialidade no seu todo recai no que nos alerta Silva (2002, p. 26-27) na passagem abaixo:

Qualquer análise populacional ou ambiental que se faça, utilizando a escala de Amazônia é necessário que se torne grande cuidado, pois corre-se o risco de construir um discurso que é aplicável em determinadas condições específicas de uma comunidade, de um espaço, de um determinado tempo.

Assim as generalizações impedem que se veja a imensa diversidade de culturas e ambientes que constitui a Amazônia

Tomando como referência o pressuposto acima, esta análise se propõe a pensar as transformações transcorridas no espaço amazônico levando-se em conta, essencialmente, a pluralidade cultural que o constitui.

O primeiro passo foi buscar conhecer o ser humano na Amazônia em sua cultura e organização social para isso nos amparamos nas discussões traçadas por Silva (2002), Silva (2003) Santos (2002), Ribeiro (2010), cujas bases permitiram-me compor algumas definições conceituais, teóricas e históricas tomadas como importantes lentes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Como pontos de provocação apresentamos os seguintes questionamentos: Quem é esse ser social da nossa investigação? Como o denominar? O que o define? Como apreendê-lo sem que o tome por amarras tecnicistas? Por último tínhamos outro desafio: como alcançarmos seus sentidos, suas percepções? Com essas inquietações, o foco dirigiu-se para as análises bibliográficas oriundas da produção acadêmica local, advindas do amadurecimento do pensamento geográfico propiciado pelo Programa de Mestrado em Geografia da UNIR.

Visando uma definição de comunidades tradicionais encontramos duas proposições: a primeira, que discute a variável “povos da floresta”; a segunda, “populações tradicionais”. Em ambas exposições, conota-se uma crítica concernente às imprecisões contidas nas linhagens teóricas que tratam de estabelecer as referidas conceituações⁸.

Com base nas proposituras acima explanadas, esta análise desenha criticamente o raciocínio de que essas denominações rotulam os que habitam na mata, sugerindo identidade comum a seringueiros, índios, ribeirinhos, pequenos produtores agrícolas, madeireiro, garimpeiros e outros grupos. Sobretudo, sinalizam para o esvaziamento de valores, singularidades e historicidades tão próprias desse povo, ou seja, denuncia a negação das subjetividades e individualidades que constitui o ser.

A partir do entendimento conceitual de que populações tradicionais são grupos que caracteristicamente assentam-se em territórios delimitados, exploram e

⁸ Sobre isso ver Silva (2002), Santos (2002) e Gusmão (2008).

conservam recursos comuns, sempre politicamente subordinados, com identidade cultural forte e diferente daquela nacional adotamos o conceito desenvolvido por Silva (2002, p. 27) que formulou:

Quando utilizamos o termo „ribeirinho“, não estamos somente nos referindo a quem mora às margens de um rio ou igarapé, mas aquele que essencialmente mantém uma organização social diferenciada da urbana, com sua sobrevivência econômica baseada principalmente na pesca, pequena produção agrícola (caracteristicamente mandioca para produção de farinha, frutos como a melancia, plantada nas várzeas dos rios e plantações perenes como o cupuaçu, a pupunha e o açaí) e que pratica a coleta de produtos da mata como castanha-do-brasil, o açaí, a abacaba e o patoá nativos.

Assim fica claro que não é somente o fato de morar as margens de um rio ou igarapé que caracteriza o ribeirinho, isso seria uma classificação simplória diante da diversidade da forma de viver da população amazônica.

Dentro da discussão conceitual acima, abrimos um feixe analítico, cuja preocupação inclui uma perspectiva de gênero⁹ no interior da temática ribeirinha. Desta maneira, este estudo identifica a mulher ribeirinha como pescadora, agricultora, extrativista, funcionária pública, trabalhadora, dona de casa e líderes comunitárias e que, segundo Santos e Silva (2012, p.121), vivem à margem e conhecem “a profundidade da ausência do Estado”.

A mulher ribeirinha em foco, também é participante do espaço de produção articulando o enfrentamento da sobrevivência com sua capacidade técnica, se inserido e firmando-se nas atividades de subsistência da comunidade.

São mulheres que ao longo de sua rotina produtiva desempenha ao mesmo tempo, os papéis biológicos, sociais e culturais, mas não sucumbem às tarefas do cotidiano doméstico de reprodução, cuidado com os filhos e com a casa. Além disso, essas mulheres convivem diariamente em um cotidiano de mistérios próprios da floresta, habitados pelos seus rios e igarapés elementos que atuam na formação do imaginário da população ribeirinha.

Originariamente, na raiz histórica do que configura o ser ribeirinho encontra-se uma forte descendência nordestina e indígena que ao longo dos processos sociais de produção regional foram identificados como seringueiros ou de caboclo

⁹ Temática amadurecida nas discussões ocorridas na disciplina Gênero, Estado e Políticas Públicas ministrada pela Professora Maria das Graças S. N. Silva no curso de Mestrado em Geografia da UNIR. 2009.

amazônico. Para ratificar a afirmativa acima tomamos como referência as proposições elaboradas por Silva (2003, p. 91) que disse:

nestes locais onde foram instaladas as bases, ou seja, os postos de „pacificação” indígena, surgiram vilas ao longo do Rio Madeira no período da primeira corrente migratória.

Outras vilas nasceram dos pequenos núcleos, apoiados por uma estrutura mínima do barracão, que eram instalados em locais estratégicos, sempre às margens dos rios e igarapés, com o objetivo de prestar alguma assistência aos seringueiros, bem como a compra da produção.

Em linhas gerais dos dados organizados pela autora, depreende-se que, o fim da atividade extrativa do látex promoveu um reordenamento espacial para os seringueiros que passaram a enfrentar uma nova acomodação espacial, desenvolvendo outra dinâmica sociocultural que, por sua vez, vão dar origens as conhecidas comunidades ribeirinhas. Pelas palavras da autora (2003, p.95):

Quanto aos seringueiros, muitos vieram para a cidade em busca de trabalho e estudo para filhos, e a maioria procurou as margens dos rios, lagos e igarapés e fixou residência definitiva e, paulatinamente, teve que readaptar seu modo de vida de tal forma que a extração de látex foi abandonada, passando a adotar a atividade da pesca e da agricultura em pequena escala, principalmente a lavoura branca

Com base nas formulações acima, pode-se dizer por fim, que a partir do encontro da tríade Amazônia, Nordeste e o fim de extração de látex, o ser ribeirinho começa a se desvelar, desenhando nas margens dos rios o seu espaço e a sua espacialidade, marcando, fundamentalmente, as impressões e percepções do espaço vivido. Em, essência, esses grupos amazônicos, se tornaram alvo imediato de políticas públicas que os deixam vulneráveis aos interesses macros do ente federativo e de outros organismos nacionais e ou internacionais.

1.6 - Engenho velho: uma apresentação

Inicialmente será feita uma caracterização da localidade considerada como povoado de origem, ou seja, do universo socioespacial que vai dar base à formação da Agrovila Nova Engenho Velho.

Localizava-se à margem esquerda do rio Madeira, à jusante da cachoeira de Santo Antônio, a 05 km da cidade de Porto Velho, aproximadamente, com o acesso feito pelo Porto do Cai N'água, a 08 Km, dos quais 01 km por água (travessia do rio), quando o acesso era realizado pela comunidade de Santo Antônio, margem direita do rio Madeira.

A comunidade era formada por 09 (nove) propriedades rurais, as quais eram compostas de 24 (vinte e quatro) moradias, num total de 30 (trinta) grupos familiares que ao longo de sua distribuição territorial detinham áreas variando entre 12 e 228 hectares, sendo o estrato modal de 20 hectares¹⁰.

Sobre a origem do nome Engenho Velho, segundo informações coletadas junto a alguns moradores da localidade, está associado à existência de uma antiga moagem de cana utilizada para produzir cachaça e que, mesmo depois de desativada, continuou sendo repassado aos seus descendentes, por força do costume dos moradores que continuaram no local.

A ascendência da população da Agrovila Novo Engenho Velho é predominantemente oriunda de nordestinos recrutados para a Amazônia e vieram no período áureo do ciclo da Borracha. No entanto, por força da expansão das atuais descendências, as novas gerações populacionais daquela comunidade trazem o modo de ser amazônico, tanto nas suas características físicas, como nos seus hábitos e práticas sociais.

O contingente humano¹¹ existente naquela localidade era composto por 132 moradores, cujo agrupamento conjuga-se com uma das principais características de organização socio-espaço-cultural das comunidades ribeirinhas na Amazônia. Nelas, os imóveis abrigavam desde famílias individuais, famílias conviventes, ocorrendo ainda situações de imóveis com moradias de várias famílias compostas por grau de parentesco. Sobre isso Silva (2003, p.100) diz: “a morada em terras de parentes é um fato comum entre os ribeirinhos. Originado de casamento de filhos, os espaços são ocupados e vão se formando grupos familiares”.

O espaço do antigo Engenho Velho até 2008, era composto de um desenho geográfico onde havia uma distribuição ordenada das casas, uma bem próxima à

¹⁰ De acordo com Relatório Situacional da UHE Santo Antonio Energia (2009).

¹¹ Idem.

outra, com frente voltada para o rio, resguardando os limites de segurança para eventuais enchentes e ou desbarrancamento das margens, fato advindo dos processos naturais provocados pelo rio que por força de suas dinâmicas ia governando as espacialidades e as mobilizações materiais e produtivas daquela comunidade.

Dentre os moradores da agrovila encontravam-se os que economicamente viviam da pesca, da pecuária e da agricultura. Ao longo de sua disposição territorial, visualizava-se extensões de pomar, frutífero, áreas agrícolas e áreas de pequena criação, formando as estruturas de produção daquele povoado. Uma das características econômicas do grupo concentrava-se, predominantemente, numa economia de subsistência e o excedente da capacidade produtiva dos grupos familiares era destinado à comercialização em Porto Velho com intermediários ou diretamente aos consumidores na feira do Cai N'Água (feira livre próxima ao Porto), realizada aos domingos.

Nas propriedades, a agricultura era a atividade econômica mais explorada pelas famílias, com ênfase no plantio de mandioca – pela forma artesanal usada na produção de farinha; a produção frutífera do cupuaçu e o açaí nativo, também ocupava importante lugar na economia daquela comunidade; o plantio de feijão e melancia era também praticado, na várzea.

Outras atividades desenvolvidas que merecem destaque eram: criações de animais, (bois, vacas, cabras, bodes, porcos) e de aves (galinhas, patos); transporte de pessoas e da produção pelos “bandeirinhas” (barqueiros), que se intensificavam na época da seca do rio Madeira quando afloram inúmeras várzeas (praias), pontos de atração.

Contavam com serviços de energia elétrica. A água consumida pelas famílias era oriunda de nascentes e igarapés. Os veículos de comunicação utilizados eram o rádio, televisão e telefonia móvel. Como fonte de mobilidade central, utilizavam-se de canoas e voadeiras para atender às suas necessidades biológicas, sociais, comerciais e culturais e, como instrumentos comunitários dispunham de uma Igreja evangélica (Assembléia de Deus), um campo de futebol e uma associação de moradores.

No que se refere à saúde, a comunidade era atendida diretamente por uma agente comunitária, efetuando no local a coleta de lâminas para exames de malária. No geral, os moradores, comumente utilizavam os postos de saúde e hospitais localizados na área urbana do município de Porto Velho. Tratando dos aspectos educacionais, as crianças e jovens em idade escolar frequentavam a escola municipal de Santo Antonio e a de Ensino Fundamental Ermelindo Brasil na comunidade de São Sebastião.

A região em estudo estende-se ao longo do eixo principal do rio madeira e foi escolhida em função de dois fatores: primeiro, embora no projeto de construção das usinas estivessem previstos dois empreendimentos, esta pesquisa delimitou-se apenas ao espaço circunscrito para a operação do canteiro de obra da UHE Santo Antonio. Segundo, pela consonância entre os interesses do capital (que orientava-se pelo cronograma operacional – tempo/dinheiro) e a combinação com as condições naturais da região(ciclo de chuvas), foram tomadas medidas para dinamizar o andamento das relações de compensação e, conseqüente deslocamento da comunidade da área a ser construída para abrigar a engenharia técnica da usina hidrelétrica de Santo Antonio projetada na imagem abaixo:

Figura 02: Obra principal UHE Santo Antonio – Arranjo Geral

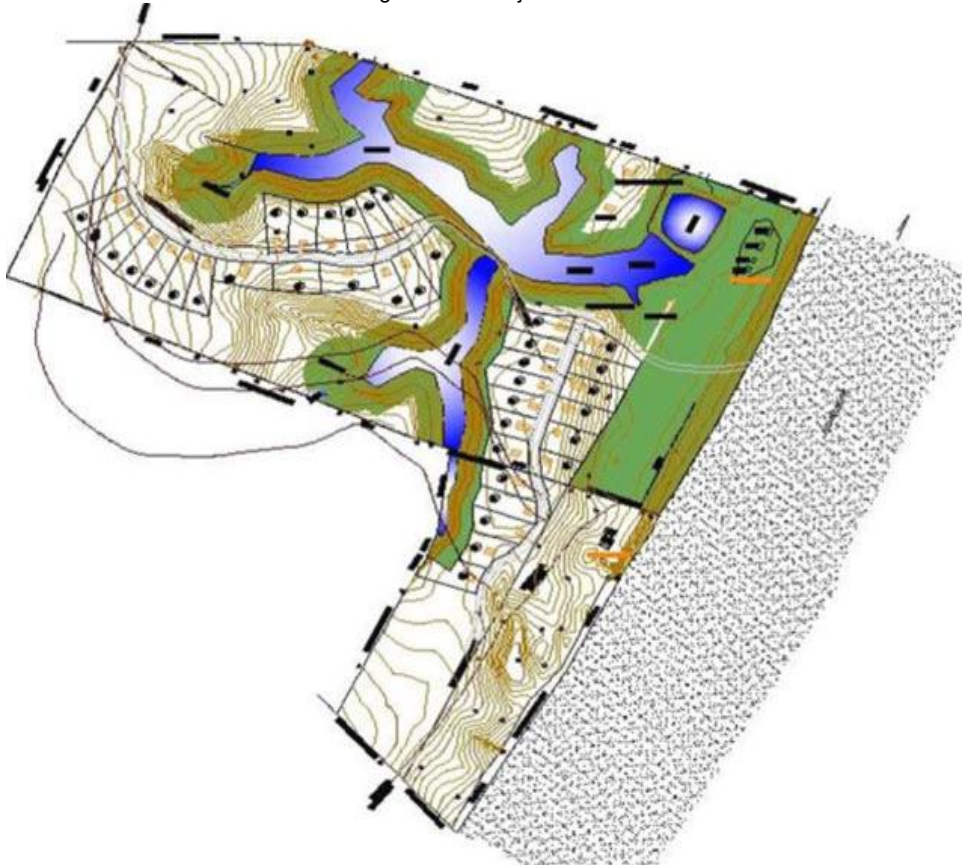


Fonte: Madeira Energia Sociedade Anônima. (MESA) .2009. Este arranjo representa graficamente o projeto que encontra-se respaldado pelos poderes instituídos para promover o deslocamento compulsório das comunidades ribeirinhas diretamente atingidas.

Como ponto de partida territorial, o ambiente privilegiado para hospedar a primeira usina foi o rio Madeira, situado geograficamente na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia. Tal feito demandou uma cadeia de ações e intervenções no ambiente natural, paisagístico, demográfico e cultural, tanto no espaço a ser utilizado para implantação da usina (o canteiro) como no seu entorno.

Destacadamente, essas mudanças começam com as dimensões espaciais de vivência e produção da população diretamente afetada pela construção que para viverem foram varridas do seu lugar de origem para um novo espaço denominado de Agrovila Novo Engenho Velho, cujo ordenamento seguiu as disposições e arranjos demonstrados na figura abaixo:

FIG. 03 – Planta do Reassentamento Agrovila – Arranjos das casas



Fonte: Madeira Energia Sociedade Anônima. (MESA). 2009. O arranjo acima expressa o mundo ribeirinho que passou a ser ordenado pelo olhar do empreendedor.

A Agrovila Novo Engenho Velho foi formada pela população que vivia às margens do rio Madeira, num território que abrangia as comunidades de São

Domingos, Ilha do Presídio, Ilha do Piquenique e da margem direita da vila de Santo Antonio dentro do município de Porto Velho.

A construção de hidrelétricas no Brasil está associada historicamente a uma gama de impactos que no conjunto podem ser tomados pelos seus aspectos positivos e negativos, mas especificamente, a desestruturação daquela comunidade impactada pela obra implicou diretamente no acervo cultural e imaterial, imprimindo naquelas pessoas uma dinâmica de mudanças no âmbito humano, na estrutura fundiária, no sistema produtivo e nos padrões de suas relações espaços-culturais naquela região. Temáticas que serão tratados posteriormente no capítulo três e cinco desta dissertação.

Como forma de sobrevivência, o grupo se encontra redefinindo suas ações socioeconômicas por três importantes vieses: o primeiro, pelo plano de compensação que se dividiu em: indenização parcial em terra para morar, terra para plantar e um valor salarial durante 18 meses, proporcional aos valores de cada lote negociado; o segundo, absorção de uma grande maioria de trabalhadores e trabalhadoras ribeirinhos como mão de obra na construção da usina; e o terceiro, é pertinente a perda das atividades tradicionalmente por eles desenvolvidas tendo que recorrer para outras ramificações, como por exemplo: pessoas que passaram a desenvolver atividades informais como forma de aquisição de renda, modalidade diferenciada de sua formação histórico cultural.

CAPÍTULO 2

Fios Metodológicos: Entrelaçando Fazeres

Fig 04 - Foto de pescadores fazendo redes



Fonte: Genílson Araújo (2009). Atividade de conserto e ou confecção de redes de pesca que ocorre as tardes e serve de momento de socialização entre os ribeirinhos.

Nada de imposições, uma possibilidade entre outras; certamente que não mais verdadeira que as outras, mas talvez mais pertinente, mais eficaz, mais produtiva... E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar “peças” ou “bocados”, verdades modestas, novos relances, estranho, que não implicam em silêncio de estupefação ou em burburinhos de comentários, mas que sejam chaves de uma caixa de ferramentas”

(Ewald François, 1993)

2. 1 – Método: caminhos e perspectivas

A ciência geográfica, pela sua concepção epistemológica, já é plural no que diz respeito ao seu acervo teórico-metodológico, fato que impõe àqueles que se aventuram a adentrar nos caminhos da pesquisa geográfica, que de início tenha claro a escolha metodológica que orientará suas reflexões e o respectivo desenvolvimento das pesquisas neste campo de conhecimento.

Para dar conta das forças que permitiram e legitimaram a construção da usina e ainda lançar um olhar diferenciado nas transformações socioespaciais que a população atingida sofreu, necessário se fez tomar dois caminhos, quais sejam: primeiro, delimitar dentro da ciência geográfica o repertório teórico que serviria de fonte significativa e explicativa sobre a temática aqui abordada; segundo, levantar por meio da memória as percepções, sentimentos e valores que constituíam aquelas pessoas e as transformações ocorridas em seu espaço vivido.

Na riqueza de suas proposituras, pode-se filtrar, por exemplo, o que diz Carlos Fontes (2010):

A palavra método significa caminho ou processo racional para atingir um dado fim. Agir com um dado método supõe uma prévia análise dos objetivos que se pretendem atingir, as situações a enfrentar, assim como dos recursos e o tempo disponíveis, e por último das várias alternativas possíveis. Trata-se pois, de uma ação planejada, baseada num quadro de procedimentos sistematizados e previamente conhecidos.

Assim sendo, o método apresenta-se com um caminho para se alcançar um objetivo, cuja trajetória ordena o proceder científico. Por outros termos, o método científico é sustentado por pilares procedimentais que direcionam o processo investigativo, analítico e conclusivo dos pesquisadores.

2.2 - Geografia e oralidades: uma possibilidade

A pesquisa em História Oral (HO), tem como pré-requisito o fato de que a mesma seja considerada como experiência humana, assim como também seja considerada sua própria produção narrativa e projeção pública. Reportando-se às idéias de Vieira *et ali* (1995, p. 29), “esta experiência humana não se modifica como passado. O que se modifica é a investigação sobre ela”.

Segundo definições dos teóricos da psicologia, em linhas gerais, pode-se dizer que memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem a fatos concretos, objetivos e materiais.

Os adeptos da HO ampararam-se nesse pensamento e passaram a entender documentos como expressão da experiência humana e na produção científica adotou uma nova forma de conceber pesquisa tomando de um lado, a idéia de que as pessoas não são meros objetos dos fenômenos pesquisados, mas sim, sujeitos deste empreendimento. E do outro, o próprio pesquisador como construtor dessa realidade em estudo, redimensiona sua investigação no sentido de rever-se, relocando sua atuação também como sujeito social e histórico de seu tempo e de seus valores.

Tomando por referência a afirmativa de Santos (2002, p. 26), que preconiza: “o grande desafio da Geografia ao usar a História Oral como metodologia é fortalecer o outro e dialogar”. Pode-se dizer que a contribuição da História oral para a Geografia é abrir-se epistemologicamente por entre fronteiras do dizer-se. Valorizar e ver valorizado o que do outro está em mim, está nele e está no todo. E por estar no todo não pode ser silenciado, negado. É, proporcionalmente, reconhecer-se com e na condição do outro, mergulhar na sua interioridade, na sua singularidade e nas suas subjetividades.

2.3 - História Oral e Método geográfico: uma intersecção

Buscamos compreender, pelas narrativas, as experiências dos membros da comunidade do antigo Engenho Velho deslocadas compulsoriamente pela construção da UHE Santo Antonio. Esta compreensão é orientada pelo arcabouço teórico-metodológicos oriundos das possíveis relações entre geografia cultural e as oralidades.

Em HO, as narrativas são sempre o cerne do trabalho, o objetivo central, porque a sua busca é pela narratividade, pela singularidade e, sobretudo, pela experiência. Essa formulação constituiu um poderoso estímulo à busca de um método adequado à compreensão da realidade a ser capturada e pela função de

centralização da pesquisa este instrumento foi e é muito utilizado pelas ciências sociais.

No campo da ciência geográfica a pluralidade das concepções metodológicas se ambientou, marcando-a ao longo de seu amadurecer epistemológico. Neste sentido, optou-se por trabalhar com uma intersecção de duas propostas metodológicas como fundamentação desta pesquisa: a primeira, desenvolvidas por Armand Frémont (1980) na obra “A Região, Espaço Vivido”; a segunda, de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) desenvolvida na obra “Manual de História Oral”.

O ponto convergente entre eles diz respeito à visão norteadora do papel dos sujeitos da pesquisa, propondo uma dialogicidade entre pesquisador e narradores e uma proposição de mudança na perspectiva de estudo, apreensão e leitura das relações dos homens com os lugares, com suas historicidades, que atuam no espaço humanizado.

O primeiro autor foi tomado como eixo analítico para compreender as relações e combinações transcorridas na espacialidade da comunidade do antigo Engenho Velho, os elementos representativos e constitutivos dos membros daquele lugar. O objetivo focal da construção metodológica proposta por Frémont é poder transitar analiticamente nas dimensões que configuraram o ribeirão amazônico ao tempo que identifique as forças do desenraizamento por eles sofridos a partir da construção da Usina.

Quanto ao segundo, a escolha se deu pelo fato de propor a retomada do testemunho e do uso da oralidade como fonte de reconhecimento digno para a produção do saber. Tal atitude permite, ao mesmo tempo, contrabalançar a evidência dos documentos oficiais com o julgamento político da tradição oral popular e cuja perspectiva metodológica nos servirá como referência no trabalho de campo e analítico.

Com a intersecção destes dois autores, busca-se técnico-procedimentalmente levantar, analisar e interpretar a relação do homem com o seu espaço, o seu lugar e as representações construídas e vivenciadas pelo ribeirão. O caminho trilhado na realização deste percurso amparou-se, tanto na apreensão da fala dos colaboradores - sujeitos centrais da pesquisa -, como no aporte bibliográfico dos teóricos da ciência geográfica.

Em síntese, metodologicamente esta pesquisa combina a história oral de vida dialogada com a escolha temática do espaço vivido. Estratégia que visa buscar o enquadramento objetivo dos dados do depoente com as informações colhidas.

Segundo Meihy (2002, p.148): “essa forma de história oral tem sido muito apreciada, porque a informação, mesclando situações vivenciais ganha mais vivacidade e sugere características do narrador”. Entendimento ratificado pelo próprio autor (1991, p.21) quando afirmou: “Se integradas em um processo explicativo, histórico e transcendente, as vidas narradas fariam mais sentido”.

Com este intuito, pautei-me no resgate documental: escrito e memorial capturado por meio de uma pesquisa qualitativa que me permitiu apreender o redimensionamento das formas de relação entre homem e meio e fundamentalmente entre homem e as formas de percepção e de relação deste com o novo meio.

Esclareço a pretensão desta pesquisa, no que tange a escolha metodológica, da seguinte forma: ao trabalhar a intersecção entre estes dois métodos propiciou-me um *corpus* analítico do conhecimento subjetivo, cuja composição, contribuiu na interpretação das dimensões sociais e culturais nas quais estão inseridos os sujeitos desse estudo.

Desta maneira, busca-se, por meio da HO, visualizar o indivíduo, as individualidades e as historicidades dos sujeitos dessa investigação. No que concerne à apreensão das transformações ocorridas no lugar, referendamo-nos no método geográfico do espaço vivido. Assim, na junção dos dois métodos o que se pretende é propor uma investigação e, consequente, interpretação geográfica a cerca da história da organização social em que vivem.

Doravante será feita, uma exposição das formulações conceituais e procedimentais de cada uma delas, visando que o leitor acompanhe os percursos técnicos que me permitiram entender como foram percebidas as mudanças do espaço vivido pelos povos das margens do rio Madeira, particularmente, dos moradores residentes na Agrovila Novo Engenho Velho.

2.4 – As proposições do método geográfico de Armand Fremónt

De acordo com Fremónt, (1980, p. 91): “as ciências humanas trazem ao conhecimento do espaço vivido novas luzes que não é possível ignorar por mais tempo” e na sequência, aponta que: “os seus métodos se estão bem adaptados ao objeto da sociologia, da psicologia ou da etnologia, permanecem muito incertos quando aplicados às relações do homem com o espaço.”

O método geográfico por ele defendido pauta-se em três pilares, quais sejam:

primeiro, os meios de investigação (a palavra e o olho; o documento, o instrumento) Sinalizam os procedimentos da pesquisa de campo assim como norteia a posição comportamental da relação entre os narradores e o seu lugar ou espaço vivido;

segundo, o eixo conceitual de “combinação regional” – formulação que subsidia o entendimento das dinâmicas geográficas nos lugares (estrutura, algumas inter-relações, uma dinâmica, uma imagem);

terceiro, a escala dos fenômenos (a hierarquia das localizações, as mutações da escala, os espaço encaixados - espaço infra local/lugar/espaço social/Região/Grande espaço ou domínio), conforme sintetizado no quadro abaixo:

Quadro 01 : Síntese do Método Geográfico de Armand Fremón

Síntese do método geográfico de Armand Fremón				
1		2		3
Os meios de investigação	Sinalizam o processo da pesquisa de campo assim como norteiam a posição comportamental da Relação entre os narradores e o seu lugar (espaço vivido)	o eixo Conceitual de “combinação regional”:	pode-se depreender que a combinação regional é composta pelos elementos que a entrelaçam, ao tempo que interpenetram-se de tal forma que a visualização de cada uma delas só é possível didático e conceitualmente	A escala dos fenômenos
A palavra		Estrutura		A hierarquia das localizações
O olho		Algumas inter-relações		As mutações da escala
O documento		Uma dinâmica		Os espaço encaixados
O instrumento		Uma imagem		Grande espaço ou domínio

Fonte: organizada pela pesquisadora 2010.

2.4.1 - O inquérito

O inquérito regional do espaço vivido dirige-se a grupos caracterizados pela idade, sexo, profissões, localização ou pelo cruzamento de vários desses critérios.

No que diz respeito a formulações de perguntas, este estudioso indica a utilização de perguntas „abertas”, cuja potencialidade é qualitativamente mais rica e devem ser recolhidas pelo gravador para em seguida serem analisadas.

2.4.2 - O documento

Nas suas proposições o documento ocupa para Fremónt (1980), papel de intermediário entre o investigador e uma certa realidade a descobrir. “Não é a realidade; transcreve-a ou reflete-a. Como tal deve ser interpretada”. Tomando por referência esse pressuposto, o mesmo pode advir de fonte visual, narrativo, numérico dentre outros e funcionalmente contribuir para restituir ou revelar situações de uma determinada realidade, sem, contudo, amparar ou respaldar uma visão de qualquer nível de neutralidade.

Outra importante recomendação que o autor nos faz é a de que: “a matéria documental estende-se a tudo o que representa o espaço, mesmo quando a sua feitura é desajeitada ou sumária não deixa por isso de ser menos reveladora”.

2.4. 3 - O instrumento

A base analítica do processo de investigação se organiza em torno das informações levantadas, exigindo dos pesquisadores uma tomada de decisão quanto ao instrumental que irá utilizar. No caso da investigação sobre a temática regional, Frémont(1980), destaca três pontos de cuidados à cerca dos equilíbrios e dos limites das apreciações „qualitativas” e as análises „quantitativas”, quais sejam:

Em primeiro lugar, porque pode muito bem demonstrar com algum rigor observar-descrever-explicar-interpretar, ou reunir-selecionar-classificar-generalizar, constituem por exemplo, procedimentos lógicos que um estudo bem conduzido não menospreza, mesmo quando „qualitativo”. Em segundo lugar, porque melhor dominado por espíritos quem de há muito o praticam revela-se de uma maior eficácia que há de uma pseudo-quantificação

empobrecida. Em terceiro lugar, porque, nos melhores casos permite uma abordagem se bem que imperfeita das relações julgadas, mas inacessíveis no seu segredo, na sua subtileza ou na sua multiplicidade.

2.5 – Método de História Oral de Meihy

A partir deste ponto serão expostos as conceituações e definições do método defendido por Meihy que é a história oral:

Segundo Meihy (2000, p. 29), a História oral (HO) é:

um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistados, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, conferência do depoimento, com autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou a pesquisa.

Para esta pesquisa e a linha científica a que ela é afiliada a fonte oral constitui-se tanto quanto a fonte escrita, como um método de ricas possibilidades para se entender o humano como um todo.

Nas diversas ciências, o entrevistado recebeu diferentes tratamentos cujas definições conceituais implicaram no distanciamento ou aproximação do mesmo com o trabalho geral. Para a HO, o entrevistado é definido como colaborador¹², um ser singular, apesar de constituído e constituidor dos saberes coletivos.

Conforme pode-se depreender das leituras feitas em Meihy (2000), em HO, o coletivo não corresponde à soma dos particulares, mas sim, a observância do indivíduo em sua unidade é a base para se formular o respeito à experiência individual e justifica o trabalho com o depoimento. Neste sentido, a história oral é sempre social.

Os adeptos da HO defendem que as pessoas não são meros objetos dos fenômenos pesquisados, mas sujeitos deste empreendimento, sem, contudo,

¹² É o nome dado ao depoente, que tem um papel mais ativo em história oral, deixando de ser mero informante, ator ou objeto da pesquisa. (MEIHY: 2002, p. 192)

condicionar sua colaboração narrativa aos primados de “verdade” ou “mentira” pré-estabelecido nos tempos áureos do positivismo.

Outros conceitos como colônia, comunidade de destino e rede merecem esclarecimentos para que se tenha claro os critérios de escolha. Desta maneira Meihy (2005) classifica:

Colônia: uma coletividade ampla que tem uma comunidade de destino.
Comunidade de destino: motivo central que identifica a reunião de algumas pessoas com algumas características afins;
Rede: é subdivisão da colônia, isto é, um segmento específico de um grupo com algumas afinidades definidas

As entrevistas devem ser expressamente livres cabendo-lhe apenas uma “pergunta de corte” que tem por significado ser o elemento fundamental e comum pelo qual deve passar todas as entrevistas e referir-se a comunidade de destino.

Segundo ele (2002, p. 24): “A história oral pode derivar tanto de uma formulação oral como de uma escrita, mas passando inevitavelmente por uma fase oral, ela acaba por se materializar em documento escrito”, portanto, para HO o documento emana das fontes orais e se materializam com a passagem da oralidade para a expressão grafada.

De acordo com os procedimentos propostos pelo método em tela, a entrevista tem etapas e é dividida da seguinte maneira: pré entrevista, entrevista e pós entrevista. Meihy (2002, p. 168-169) atribuiu definições e funções específicas a cada uma delas da seguinte forma:

1 - A Pré-entrevista: corresponde à etapa de preparação do encontro que se dará para gravação. Nesta fase é fundamental que sejam acordados os horários e os locais de tal forma que possibilite aos envolvidos neste processo, um ambiente de solidariedade profissional e de confiança entre ambos.

2 - A Entrevista: neste momento, ocorre o encontro entre pesquisador e colaborador. É o ponto de fusão entre os sujeitos da pesquisa. É um procedimento técnico que amplia as possibilidades de enriquecimento informativo, propiciando ainda o inter-relacionamento humano. Entretanto, Segundo Meihy (Op. Cit, p.168): “Ainda que muitas pessoas confundam o ato da entrevista com a história oral, ela deve ser vista como uma das etapas do projeto”.

3 - Pós-entrevista: é a etapa que segue a realização da pesquisa. Nela, deve-se atentar para dois fatos importantes: em primeiro lugar, agradecer aos colaboradores e, em segundo, resguardar o tempo entre a transcrição e a interpretação da mesma, para que não se distanciem os sentidos contidos.

Quadro 02: Síntese Metodológica de Historia Oral de Meihy

Síntese Metodológica de Historia Oral de Meihy			
Etapas da pesquisa de campo		Etapas da Análise das narrativas	
Pré-entrevista Entrevista Pós-entrevista		Leitura	Transcrição
			Textualização
			Transcrição
Diário de Campo	Narrativas	Conferência	Retorno Ao Colaborador
		Interpretação	

Fonte: organizada pela autora, 2012.

Um importante debate existente no processo de maturação da HO, é sobre a relevância e a validade do quantitativo de colaboradores . Sobre isso destaco duas formulações: primeira, a de “rendimentos decrescentes”¹³ desenvolvida por Paul Thompson (1992) que orienta limitar a abordagem entrevistativa no momento que as mesmas comecem a se tornar repetitivas, ou fugindo dos objetivos propostos no projeto; a segunda, fundamenta-se em Meihy (1996) quando afirma: “o argumento decisivo para marcar o limite do número de entrevistas remete à sua utilidade e ao seu aproveitamento”.

Com base nisso, a formação do grupo de narradores se fez a partir do que se entende como “rede”, na qual os membros indicam quem será o próximo a ser entrevistado. Feitas as explanações sobre os objetivos da pesquisa para os potenciais narradores, estes nos sugeriram os próximos a serem entrevistados, constituindo-se como colaboradores-construtores da pesquisa.

Neste processo foi explicado que aquela pesquisa originava-se de uma das fases do estudo de um curso promovido pela Universidade Federal de Rondônia –

¹³ Sobre isso ver Paul Thompson (1992).

Unir, e por ter um caráter acadêmico, interessava-se em ouvir suas experiências de vida. Explicamos ainda que um dos principais pontos do método adotado dizia respeito ao cuidado com os ditos, de tal forma que os mesmos poderiam retirar ou acrescentar o que achassem inoportuno em seus depoimentos, ajustando o conteúdo escrito (frases, fatos ou eventos), conforme se sentissem melhor identificados com o narrado.

As entrevistas foram realizadas inicialmente com dez colaboradores e dos dez depoimentos obtidos, seis foram selecionados obedecendo aos critérios, abaixo citados:

- 1) Por consonância com os preceitos do conceito de ribeirinho adotado nesta dissertação;
- 2) Por contextualizar a origem e formação do ser ribeirinho na Amazônia;
- 3) Por expressar as principais atividades por eles desenvolvidas;
- 4) Por propiciar um perfil das percepções deles sobre as transformações atualmente vivenciadas.

Estão expostas, logo abaixo, as narrativas escolhidas de acordo com os critérios que cada uma contempla:

A primeira narrativa foi escolhida por uma questão de gênero demonstrando a força e a presença da mulher no processo de construção do espaço amazônico e, a segunda, foi selecionada pelo recorte temporal contido no conjunto de percepções que fala de dois tempos, dois lugares, duas realidades, ou seja, por representar exatamente a confluência das ações das políticas públicas na espacialidade amazônica como um todo, e na dos ribeirinhos em particular;

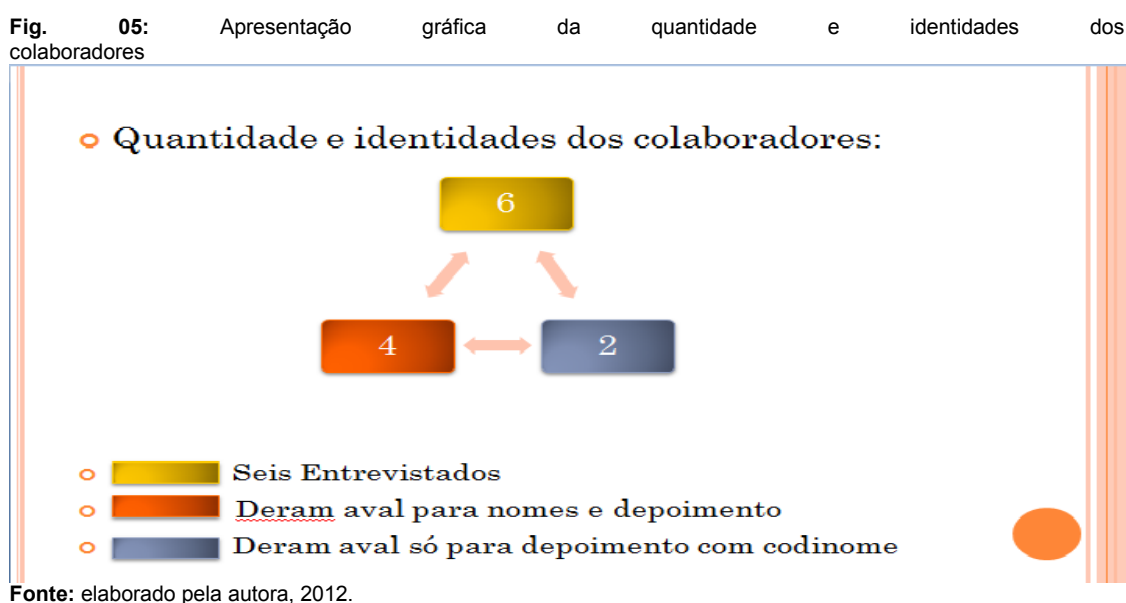
Já a terceira, em função de que, nesta narrativa, encontra-se retratada a contextualização histórica da origem e formação do ser ribeirinho, oriundos dos processos de mobilização humana empreendida pelas políticas públicas do governo brasileiro; a quarta, por trazer na sua narrativa uma preocupação sobre as relações entre o humano e o seu tempo dando margem para observar como o capitalismo dilui a qualidade de vida e norteia os ritmos da produção-consumo-acesso-exclusão;

A quinta, por trazer uma contribuição sobre as formas de se relacionar no e com o espaço, seus laços de pertencimento e suas subjetividades e a sexta, pela

força provocativa que a mesma contém, permitindo-nos lançar um olhar sobre a organização social e cultural daquela comunidade;

As duas últimas narrativas têm dois pontos em comum: primeiro, foram destacadas por visualizar os vínculos entre o homem ribeirinho com o lugar a partir da inter-relação homem, espaço e natureza; Segundo, surgiram à luz de um dos mais importantes requisitos do método adotado que é o direito ao sigilo de identidade.

Fato que contribuiu para que seja feita a seguinte explanação: das seis entrevistas selecionadas, quatro colaboradores deram o aval por meio do Termo de Consentimento (TC) para a citação de seus nomes e situações impressas nesta dissertação e dois colaboradores decidiram pelo direito de sigilo de suas identificações, autorizando somente a divulgação dos seus depoimentos, conforme detalhado na figura abaixo:



Após os mesmos exporem seus receios, acertamos que autorizariam o depoimento à luz de um codinome, cuja escolha, expressava a atividade produtiva principal por eles desenvolvida, resultando no entendimento de que fossem denominados de pescador e agricultor.

Por outros termos, ao tempo que se constitui em chamamento para exercitar os valores metodológicos escolhidos pelo pesquisador, o respeito que se deve ter

pela fonte é também um exercício do comprometimento ético entre os sujeitos da pesquisa.

Um dos marcos do método da HO é o momento de sistematização da documentação, quando o processo sofre uma mudança no seu estado, alterando do suporte oral para o escrito. O segundo marco, é o momento da interpretação, momento final do processo analítico, denominado de desdobramentos. Esse processo tem implicação direta com a maneira de ver, interpretar e se colocar no mundo.

Mas, para concluir estas etapas, prescinde-se que se passe por três momentos técnico-procedimentais, quais sejam: Transcrição, textualização e Transcriação.

Meihy (1991, p.30) define a transcrição assim: “Passagem fiel do que foi dito para a grafia (...) procurando marcar as palavras-chave”. Desta forma, a transcrição tem por função dar visibilidade ao caso tematizado, ou seja, a história narrada. Como característica técnica divide-se em textualização e transcriação.

Na primeira delas, a textualização, segundo Meihy (2000 p.88-89), “o texto passa, pois, a ser predominantemente do narrador que figura como figura única por assumir o exclusivismo da primeira pessoa”. Nesta fase, suprimem-se as perguntas delineando centralmente a importância do narrador.

Já a transcriação é entendida por Meihy (2002, p. 173), como a última etapa da transcrição “se compromete a ser um texto recriado em sua plenitude”. Finalizando-se com a legitimação do texto após sua conferência.

No conjunto desta proposta metodológica, o ponto essencial que baliza os procedimentos acima, diz respeito às narrativas e o tratamento dado a elas. Construídas a partir da experiência e dos acúmulos culturais dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa, revelam as singularidades do vivido e refletem as potencialidade do devir interpretativo.

Desse modo, como matéria lapidada, constituem-se como centro e referência para desvelar as percepções e elaborações do espaço vivido dos colaboradores que, ao abrirem suas experiências de vida, enquanto texto, revelaram as espacialidades alteradas, ajudando-me a compreender melhor o espaço de representações criados pelos homens e mulheres ribeirinhos.

CAPÍTULO 3

Fios de interação entre os homens, os recursos e a natureza

Figura 06: Panorâmicas das transformações na Amazônia



Fontes: Foto superior: construção da UHE Santo Antonio e UHE Itaipu; fotos centrais: Carta capital, mapa da Amazônia e rio Madeira, foto inferior: subestação de Itaipu/ Acervo da SAESA; Carta Capital; Ciclo de Estudos Amazônicos

“Para ser compreensiva e explicativa, a Geografia Humana não pode ater-se somente à consideração do estado atual das coisas. É preciso encarar a evolução dos fatos, remontar ao passado, isto é, recorrer à História”

(Deivisson Gusmão, 2010)

3.1 - Amazônia em fluxo

O início do terceiro milênio trouxe grandes transformações socioespaciais e territoriais nos contextos globais. As correlações de forças nas disputas de poder assumiram novos enfoques, revestiu-se de novo arsenal instrumentalizando-se de outro acervo: o tecnológico.

Considerando o que diz Cavalcante (1999): “no período atual, a ciência, a tecnologia e a informação comparecem como forças qualitativas no bojo dos discursos e das possibilidades”. Assim, foi editando novos caminhos e desenvolveu uma cadeia de conhecimentos que, funcionalmente, ficou conhecida como revolução científico-tecnológica¹⁴, conforme pode-se constatar na seguinte passagem expressa por Becker (2004):

Tal associação jaz sob a configuração de uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica, respondendo pela expansão das fronteiras de acumulação e pelos sistemas espaciais de controle. (...) Não se trata mais da apropriação direta de territórios desconhecidos pela expansão do povoamento. O domínio da informação e do conhecimento tornou-se o cerne do poder.

Por força de erros e riscos originados a partir das estratégias pensadas e adotadas nos processos de expansão e exploração dos recursos materiais e naturais praticadas pelas potências mundiais e pelo tanto de impactos causados a partir desse novo aparato tecnológico, pode-se dizer, essencialmente, que o mundo desenhou novas configurações.

No cenário da geopolítica¹⁵ mundial, é o próprio capitalismo que se renova. Renovou-se não no sentido de erradicação de pobreza ou de equiparação na distribuição de riquezas, mas, fundamentalmente, no reordenamento da valoração e controle da base de sustentação da produção das riquezas.

A tônica dessa retroalimentação é não só centrar-se nas velhas diretrizes que previa acumulação a qualquer preço, mas repensar a lógica de obtenção e controle dessa produção, ou seja, para além das bases técnico-produtivas e dos custos socioeconômicos dos antigos modelos de dominação, necessário se fez, repensar

¹⁴ Sobre isso ver Cavalcante (2008), Becker (2004) e Castell (1999).

¹⁵ Segundo BECKER (2004), Trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão.

um elemento que representa e constitui-se como fonte de sustentação que são os recursos naturais, cuja extinção ou deterioração ameaçam a própria vida.

À luz do que diz Becker (1995): “A natureza é reavaliada e, tal qual a moeda, valorizada como informação sobre a vida e recursos potenciais”, sendo tida, segundo ela, como “capital natural”. Concepção ratificada e expressa por ela da seguinte maneira: “Percebeu-se, também, que a natureza se tornara um bem escasso. Colocou-se então o desafio ecológico como dupla questão, de sobrevivência da humanidade e da valorização do capital natural”.

No contexto da globalização dos últimos decênios, o mundo capitalista, necessariamente, renovou-se na lógica de mando mediando a relação entre homem e meio à luz de concepções que privilegiam consciência e geopolítica ecológicas¹⁶. Entretanto, o redesenho dessas concepções marcam uma profunda dualidade: se por um lado, sela a idéia da promoção do desenvolvimento aliada a contenção de destruição do meio ambiente, por outro, ambienta uma nova seara de disputa das potências pelas fronteiras que detêm a posse territorial das parcas áreas que abarcam esses recursos¹⁷. Dentre os “Eldorados” em questão, se destaca as formas de intervenções e deliberações que a Amazônia vem recebendo, cujas ações promovem fluxos de profundas mudanças estruturais.

Sinteticamente, dentro do contexto da globalização, transcorre uma pressão que, em essência, tornou a Amazônia alvo da pretensão e de intervenção internacional desembocado numa dinâmica de reordenamento territorial.

Este capítulo propõe-se a enfocar, as políticas públicas empreendidas na espacialidade amazônica pensando as estratégias do capital e do Estado para incorporação dos recursos naturais no ranking do espólio globalizado e, a partir daí, compreender os pilares de sustentação da política pública que legitimou a construção das Usinas Hidrelétricas do rio Madeira em Porto Velho.

¹⁶ Temática abordada ao longo da década de oitenta do século passado, englobada tanto no Relatório de Brundtland (1983-1987), no relato Conferência para o Ambiente Global e Resposta Humana para o Desenvolvimento Sustentável (Tóquio, setembro de 1989), absolvida na Cúpula da Terra e ratificada na Eco-92.

¹⁷ Segundo Becker(1995), contemporaneamente existem três grandes Eldorados: os Fundos Oceânicos, não regulamentados juridicamente; a Antártida, partilhada entre as potências; e a Amazônia, único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado Nacional.

3.2 – Amazônia: uma Rede em Fios

Em face às rápidas e fortes transformações no mundo contemporâneo a geopolítica local também imprimiu e foi impregnado de outros saberes, dizeres, olhares, fazeres, uma vez que para efetivação dos diversos projetos pensados para a Amazônia, precisamente, abraçava a presença de contingentes humanos.

Nesse cenário, temos três focos de percepção sobre espaço e natureza na Amazônia: primeiro, as projeções empreendidas pelos poderes estatais que, ao longo da história amazônica, vêm interferindo nas concepções e configurações espaciais, em conformidade e conveniência dos interesses governamentais; Segundo, o próprio espaço amazônico, com suas características naturais marcadas por potencialidades e limitações que sob influência direta do humano e das políticas pensadas para ela sofrera grandes transformações; terceiro, o próprio humano, produtor de valores e de elaborações socioespaciais. Caracteristicamente pode-se dizer que é um agente que se mobiliza em dois importantes sentidos: constituir-se como sujeito e coletivamente organiza-se em grupos.

Obviamente, à medida que se consolidava esse triplo encontro no processo de ocupação da região amazônica, as formas e os respectivos pensares sobre esse espaço e essa natureza iam se rearranjando. Portanto, para pensar sobre as novas configurações amazônicas, prescinde que se visualize os entrelaçamentos históricos e conceituais que as formataram.

3.3 - Interligando os fios amazônicos

A identidade cultural e geográfica dos limites territoriais de Rondônia é assumidamente amazônica. Assim, as diretrizes políticas gerais aplicadas para a região amazônica como um todo, indubitavelmente, influenciaram os traços de colonização e desenvolvimento do nosso Estado. Desta feita, as oscilações demográficas registradas tanto entre os tempos áureos e de declínios econômicos vivenciados pelos grupos humanos que foram estimulados a migrarem para cá,

seguiram uma lógica de configuração espacial, que ordenava as relações da ação humana com a natureza e com o espaço a ser ocupado.

Sinteticamente as práticas econômicas predominantes no Estado de Rondônia se assentaram em pelo menos dois grandes motes produtivos: o primeiro, focado no extrativismo – visão que está mais associado a mentalidade do período do Território Federal do Guaporé e que vai até aproximadamente a década de 20 do século passado –; o segundo, o modelo de colonização agrícola incentivado pelos governo federal. Essas duas formas, embora atendam aos interesses e a lógica do lucro, imprimem distintas concepções de natureza e de ações espaciais.

Mudado o cenário da importância da borracha na economia local e mundial, a tônica da utilização espacial da região, a partir de então, passa a exercer outro modelo durante as décadas de 40 a 60. Com o advento da mecanização no campo e os conflitos sociais daí surgentes no Sudeste, na década de 70, Rondônia passa a ser vista como território para incentivos de pólos agrícolas. Nessa perspectiva, foram implementados vários projetos de colonização à luz dos estímulos governamentais que consequentemente intensificaram o fluxo migratório.

Esse volume demográfico aliado às configurações do modelo produtivo adotado, remapearam o espaço e as formas de ver esse mesmo espaço, mas por volta da década de 80, paralelo às intervenções externas foram surgindo focos de organizações dos agrupamentos humanos internos, conhecidos como comunidades tradicionais¹⁸ que passaram a ser visibilizados.

Nesse repertório de delineamentos das formas e vocações produtivas e seus reflexos sociais, são constituídas as multiplicidades do humano com o seu meio, dando-lhe sentidos e significados e projetando suas finalidades ao espaço e às suas espacialidades.

A história da Amazônia vem sendo escrita numa correlação de forças entre os grupos desenvolvimentistas de um lado, que em essência tomam os recursos amazônicos como mercadoria, explorando suas potencialidades hídricas, bióticas, florestais, entre outras, assim como redimensionam os espaços territoriais como moeda de espólio; de outro, os ambientalistas defensores das bandeiras de preservação, ainda que aliadas à ideologia da sustentabilidade;

¹⁸ sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhas entre outros;

No seio destes dois pólos existe um terceiro universo populacional constituído de uma grande diversidade étnica, cultural e econômica compreendidas como, comunidades tradicionais e, no seu conjunto, constroem uma percepção espacial, territorial e demográfico próprios apoiando-se, ora nas forças de resistências, ora nas relações de ajustes, ora nas formas de adequação contra as interferências político econômicas empreendidas, tanto do governo quanto pelo setor privado.

Neste sentido, no cenário nacional atual, a Amazônia e, em especial, Rondônia, ocupa lugar privilegiado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁹, do Governo Federal, que se articula do ideário de alimentar o potencial energético, industrial e comercial e, a partir daí, sedimentar o desenvolvimento socioeconômico.

3.4 - Hidrelétricas na Amazônia: possibilidades e limites

Ao falar das transformações que a Amazônia vem vivenciando, é importante visualizar um pouco das condições conjunturais que as originam e as executam. Neste tópico, será realizada uma análise conjuntural dos atuais fenômenos que gestaram, intrinsecamente, as grandes transformações que vem ocorrendo na região amazônica brasileira e que interferem nos rumos socioeconômicos e culturais nos níveis regionais e locais. Tal análise toma como referência os estudos desenvolvidos por Cavalcante (2008), Verdun (2007), Becker(2004) Granado(2007), dentre outros.

Para introduzir uma leitura sobre as transformações socioespaciais que a Amazônia vem sofrendo, Cavalcante (2008), trabalha com o entendimento de que essas mudanças têm sua raiz no reordenamento multi-escalar das relações mundiais promovidos pelos ideários da globalização e, articula suas proposições

¹⁹ É um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc). Foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007. No seu escopo tem o objetivo de: “estimular a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar áreas em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com o Brasil, com seus vizinhos e com o mundo”.

afirmando que: “a transformação da natureza em recursos sociais, habitualmente denominado recursos naturais, ilumina essas dinâmicas de nosso tempo”.

O sistema capitalista, desde seu surgimento até a atualidade imprime modalidades de desenvolvimento que articulam a relação homem-natureza, mediado por forças lógicas e tecnológicas capazes de se reproduzir, renovar, reestruturar e manter-se num flanco de diferentes espaços, temática fortalecida no que diz Verdun (2007, p. 16):

Ainda, que independentemente do matiz ideológico que os esteja orientando no processo de planejamento, o que se observa e se constata é que eles têm sido, inequivocadamente, formas de produção vinculadas a um sistema econômico, caracterizado pela produção e reprodução ampliada de capital. Um sistema orientado pelo paradigma (hegemônico) de integração de todos os povos e culturas dentro de um sistema capitalista de abrangência mundial.

Por meio de lógicas do sistema capitalista que privilegiam o poder econômico a participação popular no processo de tomada de decisão das questões que envolvem a instalação hidrelétrica fica intencionalmente comprometida. Pelo caráter parcial e excludente inerente a instalação ou não da obra as informações apenas chegam para ser acatadas.

A considerar as correlações de forças envolvidas na trama política de implantação das usinas anteriores, pode-se dizer que, no tocante aos marcos regulatórios que orientam hoje o processo de licenciamento de empreendimentos de grande porte, aliado à observância da fiscalização no cumprimento dos programas ambientais, ocorreu um considerável avanço, sem contudo, eliminar o potencial conflitivo inerente ao processo, conforme sintetizado no extrato abaixo²⁰:

A legislação que rege as relações dos atores socioambientais no Brasil, foi evoluindo e, com isso, reduzindo o potencial de conflitos. É evidente que não é um trabalho em que não haja conflito. Os conflitos permanecem porque estamos lidando com interesses. Estamos desalojando famílias. Enfim, muda toda uma situação de vida de um coletivo, de um município, de um Estado. E são mudanças que são positivas em alguns aspectos e em outros tenham um custo. Então vai muito também da forma como é trabalhada a implantação.(informação verbal)

A sinalização acima é mais uma tonalidade na plástica dessa tessitura. Mas, certamente, é uma esteira de aparato que subsidia os atores e agentes sociais a

²⁰ Informação obtida na exposição de trabalho de um analista Jurídico da empresa Santo Antonio Energia novembro de 2010.

redimensionar seus papéis no processo de construção dos espaços coletivos desse setor de produção.

Num contexto de expansão do capital orientado pelo primado do desenvolvimento sustentável, a construção da UHE Santo Antonio, abrange problemática de ordem ecológica, ambiental, fundiária, social e, sobretudo, cultural, tendo em vista que para sua realização, a força das águas infiltre-se comunidade adentro e consiga arrastar costumes, tradições, crenças e medos.

Em nome dessa “excelência” promoveu-se um reordenamento sócio espacial cujas dinâmicas oscilam entre perdas e perspectivas, sedimentando uma nova produção social do espaço vivido e do espaço produtivo, redimensionando as formas de relação entre homem e meio e, fundamentalmente, entre as formas de percepção e de relação com este novo meio.

Retomando o que diz Cavalcante (2008): “Os projetos de infraestrutura na Amazônia são apresentados à sociedade, sendo essenciais ao desenvolvimento” e em função disso, acolhidos como perspectivas sociais. Pela força mobilizadora dos projetos hidrelétricos, grandes contingentes humanos se incorporam no processo, oriundos dos mais diversos setores da sociedade que visualizam oportunidades e especulações, conjugadas nos velhos discursos de “promoção e desenvolvimento social”.

Segundo Becker (2008), ao longo dos últimos trinta anos se pensou em tantas políticas de ocupação para a Amazônia, que como resultado pode-se dizer, inegavelmente: “a região já está ocupada”. Portanto, o que se faz necessário é, “estabelecer uma política de consolidação do desenvolvimento”.

É aí que entra o papel do Estado: empreender políticas públicas que sejam capazes de “articular os diferentes projetos e os diversos interesses e conflitos que incidem na região”. Nessa linhagem afilia-se o PAC que, no atual cenário, delega à Amazônia o chamado nacional e internacional de se colocar no papel de expoente das riquezas brasileira, por meio das construções das Usinas Hidrelétricas (UHE) Santo Antonio e Jirau.

Correlacionando a receita capitalista que equaciona desenvolvimento tecnológico e formas de exploração dos recursos – ainda que desenfreadamente –, a Amazônia no século XIX vivenciou uma gama de intervenções nas relações

políticas econômicas e ambientais que redimensionaram, profundamente, as condições sociais, espaciais e culturais da população local.

Atualmente, o que se vivencia na Amazônia é compreendido como “exploração dos recursos hídricos”, estabelecendo um novo ordenamento espacial e produtivo na região. Neste sentido, conjunturalmente, a região amazônica mais uma vez passa por grandes mudanças oriundas de política pública que se articula em torno de uma perspectiva de reduzir as desigualdades regionais existentes no país, investindo considerável montante em infraestrutura.

Neste contexto, a população local de Porto velho, absolveu toda gama de transformações que o processo de apropriação econômica dos recursos hídricos, relacionados à instalação de represas implica, com comportamentos que ratificam o que expressou Granado (2007, P 148):

a experiência tem demonstrado que os efeitos produzidos pela intervenção dos projetos do setor elétrico em uma determinada população, resultam de um processo social que é desencadeado na região antes mesmo dessa intervenção ser efetivada. A simples notícia sobre a pretensão de sua construção é suficiente para suscitar alterações na estrutura social local, podendo gerar expectativas e estresse para a população do lugar.

Situação que foi posteriormente constado nos laudos físicos elaborados por Furnas (2010), conforme citação na passagem abaixo:

a expectativa de implantação dos empreendimentos de Santo Antonio e Jirau, localizado próximo à cidade de Porto Velho, tem influenciado substancialmente na elevação dos preços das terras localizadas às margens do rio Madeira, (área de influência direta destes empreendimentos). Observa-se, a influência de empreendedores de outras regiões e estados na aquisição de imóveis rurais nesta região.

Vivendo atualmente um novo processo de desenvolvimento os rios e as florestas amazônicas ocupam papel elementar como fonte de exploração, mesmo que para isso tenham que dialogar com os contra discursos das comunidades, tanto tradicionais, como por aquelas formadas dos diversos núcleos migratórios.

Com efeito, visivelmente transparecia o anseio e a franca defesa da linhagem desenvolvimentista presentes nas mídias e na coletividade local que, como clamor social, bradava-se em slogan: “Usinas Já”. Assim, o Projeto do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antonio (AHE SAE), fora posto em movimento e com isso tomou forma e força de política pública. A partir daí, implementou-se um dinamismo

transformador, carregado por um discurso de desenvolvimento sustentável para Rondônia em termos sociais, ambientais e econômicos.

E, num dinâmico debate entre pregadores e opositores, esta temática passou a ocupar o centro das discussões, fosse ao âmbito político, nas mídias, nas escolas, nas empresas ou nas rodas de conversas. A força mobilizadora desta prenúnciação “econômico-desenvolvimentista” espalhou-se no seio da sociedade que por medos e expectativas exprimiam anseios e restrições.

Destacadamente, os pontos máximos deste debate se situava na arena das disputas para aprovação (as audiências públicas e legislativo) e de embargos (fóruns jurídicos) que transcorreram até a obtenção da Licença Provisória, condição legal que autorizaria a implantação da obra, o que veio a ocorrer em 2008.²¹ Não diferentemente, dos processos históricos de desenvolvimento empreendidos na Amazônia nos períodos anteriores, essas mudanças se articulam e pressionam as relações entre sociedade e espaço no seu processo de organização e transformação.

Essa pressão pode ser visualizadas nas transformações espaciais e se materializam nas delimitações na base territorial²² que as autorizam. Pelas palavras de Cavalcante (2008):

o discurso sobre as dinâmicas territoriais na Amazônia e o debate sobre o território como central à existência social se renova a partir desses novos entes que, sobretudo, o Estado e as empresas impõem à sociedade, no nível do imaginário e no plano das transformações do conteúdo técnico do território.

Assim, esta pensadora, apresenta-nos a implantação das “hidrelétricas na Amazônia como a terceira maior obra de infraestrutura” que, por sua vez imprime, inegavelmente, transformações no tempo e no espaço local.

A expectativa da construção de uma hidrelétrica, do nível tecnológico utilizado atualmente, representa uma importante âncora de desenvolvimento para um sem número de setores da sociedade moderna que, de tempos em tempos cria, recria e atualiza suas relações com os recursos naturais e produtivos.

²¹ De acordo com dados do Relatório Socioambiental Santo Antônio Energia (2010, p.9).

²² Ao tratar sobre este assunto a autora amparou-se nos primados conceituais de Milton Santos, para quem território usado é sinônimo de espaço geográfico.

Os últimos anos, ao menos no Brasil, os desdobramentos dos processos de construção de usinas foi, inegavelmente, marcados por enfrentamentos entre a população atingida²³ de um lado e, do outro, o rol de interesses especulativos que se agregam em torno do empreendimento como um todo. Historicamente, ocorreram situações que não foram resolvidas até hoje, como: problemas ambientais e socioeconômicos, dentre outros.

Muito se tem falado a respeito dos impactos causados pelas políticas de infraestrutura adotadas para a Amazônia. No geral, os temários tocados tratam a) da desestruturação radical e duradoura dos modos de vida das pessoas que viviam do rio, na região alagada pelo lago da represa, e acima e abaixo dele pelas alterações que surgem no regime de cheias; b) o lugar especial que as barragens exercem nas ideologias desenvolvimentistas de todas as inclinações, além dos conflitos políticos e econômicos que as mesmas geram c) nos processos de deslocamento humano e redefinições dos novos espaços para os grupos atingidos.

Inegavelmente a crescente intervenção dos poderes econômico e governamental no cenário desenvolvimentista das sociedades contemporâneas, focada em obras de infraestrutura para satisfazer as demandas energéticas da sociedade originou fenômenos sociais que apresentam características muito peculiares. Dentre eles, os deslocamentos populacionais causados pela construção de empreendimentos hidrelétricos.

Segundo Magalhães (2007), esta temática encontra-se em efetivo processo de teorização no seio de duas correntes. Uma de origem anglo americana, que objetiva cunhar a expressão: “reassentamento involuntário” (*involuntary resettlement*), ou seja, designa os processos de deslocamento compulsório decorrentes de intervenções propugnadas em razão de estratégias de desenvolvimento, sobretudo, no que diz respeito às grandes obras de infraestrutura.

²³ Segundo Movimento dos Expropriados de Tucuruí, em setembro de 1982, no processo de negociação em construções de barragens definir/aceitar quem é/será atingido, significa legalmente, reconhecer números e custos do deslocamento compulsório.

Outra francófônica argumenta em favor das expressões “refugiados do meio-ambiente” (*réfugiés d’environnement*) ou “eco-refugiados” (*eco-réfugiés*)²⁴. Esta última preocupa-se, centralmente, com os deslocamentos provocados por grandes transformações ambientais, sejam elas, originárias de causas naturais ou da ação humana, independentemente do argumento desenvolvimentista.

Segundo Garcia e Gonçalves (2009): no “Direito Internacional de Refugiados”, não existe uma figura que contemple o refugiado ambiental, que se desloca devido a catástrofes da natureza”. Entretanto, considerando que as legitimações jurídicas emanam das bases de movimentação, organização e pressão das esferas sociais envolvidas, a trajetória política desse processo já se encontra em debate.

Nos limites desse estudo, de um lado, o inovador dessa discussão se dá pelo fato de que “as mudanças ambientais globais”, portanto, são notáveis e têm afetado a mobilidade espacial da população; de outro, estas discussões abrem precedentes para que se abrigue a questão do processo social de deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens, cujos desdobramentos geraram desagregação social, perda de autonomia e prejuízos econômicos e imateriais.

É, pois, sob o conhecimento destes constructos teóricos que, me proponho a analisar o deslocamento compulsório vivido pelos ribeirinhos do antigo Engenho Velho, com base na linhagem angloamericana, que dialoga mais aproximadamente com a temática abordada por este estudo.

Com base nessa linha teórica, adotei a definição de Magalhães (2007, p 15) para quem:

Deslocamento compulsório é o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social.

²⁴ Segundo (Garcia e Gonçalves, 2009), a expressão, “refugiados ambientais” foi popularizada com a publicação, em 1985 de um *paper* com este nome, escrito por Essam El- Hinnawi “[1], que também podem ser denominados de “eco-refugiados” ou “refugiados climáticos”.

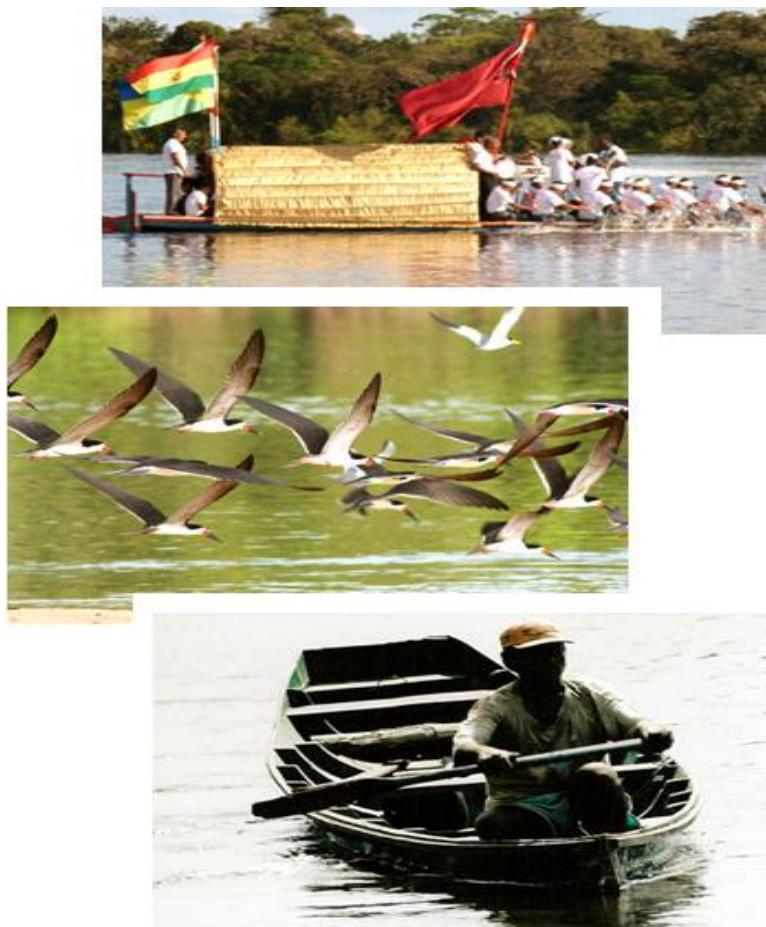
As dinâmicas oriundas do processo de deslocamento compulsório interferiram diretamente nos mecanismos de estruturação organizacional, espacial e cultural vivenciada pelos membros do antigo Engenho Velho, atingidos pela hidrelétrica de Santo Antonio, obrigando-os a tomada de novas posturas no processo de reconstrução da coletividade da Agrovila Novo Engenha Velho.

CAPÍTULO 4

Fios narrativos:

Projetos de vidas sob as margens de um rio energizado

Figura 07 - Natureza Homens e Memórias



Fonte: Acervo Santo Antonio Energia Sociedade anônima SAESA (2010). Composição fotográfica do cotidiano ribeirinho.

“... não buscar o que se perdeu. As raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão”.

(Ecléia Bosi, 2003)

4.1 - Narrativa e instrumental técnico: uma explicação

Segundo Meihy (2002): “As Narrativas são os textos construídos em colaboração”. Elas nascem das construções culturais acumuladas pelos colaboradores e expressam significações e percepções que nos propiciam uma multiplicidade interpretativa, na tentativa de apreender os valores e significados do lugar, das pessoas entre si e das suas relações com o lugar.

Entretanto, na execução técnica desta etapa da pesquisa alia-se outra ferramenta que é o diário de campo – um instrumental de diálogos e reflexões do pesquisador com os estudos e as experiências de pesquisa, fato que contribuiu para que este capítulo fosse dividido em dois blocos; o primeiro trata-se das definições do diário de campo, sua utilização, importância e registros; o segundo, as narrativas propriamente ditas.

4.1.1 - Diário de campo: registros perceptivos

O diário de campo foi um dos instrumentos utilizado nos domínios metodológicos adotados por esta pesquisa. Ele se constitui como um espaço no qual se podem exprimir as dúvidas, estabelecer comparações teóricas e fazer associações analíticas em geral. É, sobretudo, o espaço resguardado para dissecar sobre as experiências de campo.

Nele pode-se falar das dimensões espaciais estudadas; falar dos fluxos das impressões, observações, percepções e interpretação do pesquisador no exercício elaborativo do fazer acadêmico; falar especialmente dos relatos do vivido, das memórias, significações e sentidos elencados pelos colaboradores.

Entretanto, por se tratar, fundamentalmente, do olhar do próprio pesquisador, é necessário que se faça um recorte epistemológico desse olhar, ou seja, não é um olhar neutro (sem perder o aspecto de cientificidade); não é o real, trata-se de uma determinada realidade; não é o vivido, o acontecido, mas sim, percepções do acontecimento.

Logo, as elaborações nele contidas, é uma perspectiva de leitura ou um discurso que parte de um lugar inconfundível: o do pesquisador. E atravessa uma base empírica: os discursos dos colaboradores. Colide-se com as impressões e teorizações, sem nunca ser o vivido propriamente dito. Configura-se, finalmente, como projeção, elucubração. Conexão com os múltiplos significados que foram vivenciados na trajetória da pesquisa.

Por assim ser, deixo registrados aqui alguns recortes pertinentes aos momentos de campo e de reflexões teóricas como de contribuições outras que se somaram nesta leitura geográfica.

O procedimento da pesquisa oral prevê três etapas para a efetivação das entrevistas, quais sejam: pré-entrevista, entrevista e pós entrevista. Hoje irei para a primeira delas na comunidade da Agrovila Novo Engenho Velho. O povoado selecionado como foco de estudo desta pesquisa faz parte da zona rural de Porto Velho, possui aproximadamente 40 famílias e originou-se do processo de expropriação dos moradores ribeirinhos que residiam no espaço denominado antigamente de Engenho Velho.

Como previsto pelo método, parti para pesquisa de campo em junho de 2010, com o intuito de realizar meus contatos com os futuros colaboradores. Para tanto, fui ao atual assentamento da comunidade atingida pela construção da UHE Santo Antonio. Ao chegar lá, revi algumas famílias daquele lugar, cujas pessoas eu havia conhecido anteriormente no processo de mudanças dos mesmos para os assentamentos provisórios.

Agora, ao me apresentar como pesquisadora, percebi um certo receio quanto a minha presença naquela localidade por dois motivos: primeiro, pelo fato de me virem como funcionária do consórcio construtor – situação que inicialmente me colocou numa posição de distanciamento e desconfiança por parte de alguns membros da comunidade –; segundo, por lhes propor um espaço de expressão de suas historicidades, permitindo - lhes falar dos acontecimentos de suas vidas, do lugar que os criou e fora recriado por eles. Falar de suas condições de produção, de seus espaços, deslocamentos. Registrar suas vivências e experiências. Falar por fim de suas culturas por meio das suas próprias memórias.

Quanto ao primeiro caso, esclareci, imediatamente, que meu papel naquele momento era, essencialmente, acadêmico e de forma muito sincera, colocava-me como mediadora entre os conhecimentos socioculturais da comunidade e a ciência geográfica.

No que diz respeito ao segundo caso (já na etapa da entrevista), após exposição dos objetivos do método e de esclarecer como se processaria a entrevista, escutei os seguintes depoimentos:

“Nossa! Eu não sabia que eu era importante assim”
(colaborador 1);

“Isso nunca tinha acontecido comigo. Ninguém nunca tinha me pedido para dar minha opinião sobre como funciona minha comunidade”
(colaborador 2)

“A senhora tem certeza de que minha vida é importante para o país? Isso não é coisa só dos políticos não?”
(colaborador 3)

Após os devidos esclarecimentos oriundos do método e das curiosidades que o contato provocava, percebia que havia selado um elo de confiança com os narradores, pois os mesmos se colocavam a falar imediatamente.

Desta forma, visualizei o que está posto por Ecléia Bossi (1995, p. 37):

... a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa (...) é preciso que se forme uma comunidade de destino para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana.

Com efeito, vi-me no enfrentamento da tênue linha que separa o mero processamento técnico-científico de uma ideologia teórico-metodológico guiada por valores e motivações, capazes de redimensionar a relação pesquisador-narrativas

(Pesquisador – objeto), num sentido Benjaminiano, ou seja, em sujeito-sujeitos vivos.

Como o foco fundamental desta pesquisa sedimenta-se no aspecto qualitativo, priorizou-se a preservação da individualidade e da singularidade de narrativa obtida em consonância com os primados das técnicas e da concepção metodológica adotada.

A utilização desta técnica, justifica-se, sobretudo, pelo fato de que oralistas e colaboradores constroem juntos o que Geertz (1989), vai chamar de “interpretação cultural”, ou seja, a força de surgimento do trabalho reside num conjunto de impressões que serão capturadas de segunda ou terceira mão, pois a primeira é eminentemente vivenciada pelo instante dos acontecimentos.

Amparando-se nas idéias expressas na fala de Caldas (1998, p. 40) de que: “nossa grande busca é pelo sentido do outro, pelo seu significado social, por sua integralidade vital, pelo significado de seu fluxo de interioridade, não somente por pretensas palavras fiéis”, é imprescindível o zelo epistemológico por parte do pesquisador com a execução e condução de todas as fases do processo metodológico.

Desta forma, por meio de conversa com as famílias, fui orientada a procurar Dona Amazonina para ser a minha primeira colaboradora. Estabelecidos os importantes ajustes de local e horário que melhor conviesse aos colaboradores, começávamos a realização das entrevistas. Nesta fase, foram se desvelando e delineando, as relações homem e natureza, sociedade e espaço social, produção e circulação de bens econômicos e imateriais. Ao término de cada entrevista era agendado o próximo contato, tendo em vista que ao recorrer à técnica de entrevistas múltiplas, permitiu-se uma maior flexibilidade com as subjetividades dos colaboradores.

Hoje conheci dona Amazonina, cujo encontro ficou agendado para eu voltar após dois dias, momento em que a mesma estaria mais “desocupada” para dar a entrevista.

Na espera pelo encontro observei muita movimentação na família e todas as informações passavam por dona Amazonina, desde saúde dos netos, localização de

objetos de utilidade doméstica e do ordenamento do espaço vivido por eles. Demonstrou ser muito prestativa.

Dona Amazonina

Naquele momento, recebeu-me dizendo: “pronto minha filha, hoje podemos conversar. O que é mesmo que a senhora quer saber?”

Expus-lhe, então, os objetivos daquele contato e a mesma começou a falar. Ela é viúva, aposentada, mãe de dez filhos, todos adultos. Mulher do campo, muito identificada com as riquezas da natureza. Ela demonstra ter forte liderança na família e no grupo social da comunidade. Minha expectativa em relação a ela é de compreender as tradições e conhecimentos sobre as atividades desempenhadas no cotidiano do antigo local de moradia.

Após a entrevista tivemos uma conversa mais informal e a mesma me disse-me que atualmente moravam com ela dois filhos maiores. Acrescentou ainda que no caso dela, quando houve o remanejamento provisório, ficou dois meses mais ou menos numa casa antiga que existia lá na própria agrovila, aguardando que entregassem a que seria sua nova moradia. Na sequência, ela me indicou o senhor Francisco, filho dela, nascido e criado naquela localidade, que vivenciou tanto as atividades agrícolas, como os desafios da pesca. Ficando assim agendada a entrevista com o mesmo às cinco horas do mesmo dia.

Sr. Francisco

No meu contato com o Sr. Francisco pude identificar dois pontos fundamentais: primeiro, a sua familiaridade para falar das transformações ocorridas no espaço vivido do Engenho Velho; a segunda, a nítida confrontação comparativa entre as benesses e os malefícios que o deslocamento lhe causou. Sua contribuição foi no sentido descritivo sobre os dois lugares, ao tempo que falava do processo de deslocamento, remanejamento e readaptação ao novo lugar. Ao término do seu depoimento Francisco indicou-me o senhor Josias Galvão, dizendo: “ele é um dos

moradores mais antigos e bom orador, alguém que tinha muita facilidade de falar mais da comunidade”.

Sr. Josias

Segui então para a residência do Sr. Josias, local onde fui bem recebida e me senti muito a vontade, pois percebi que o Senhor Josias se encaixava direitinho no modelo de “narrador pleno” expresso por Caldas (S/D, p. 70-71) que por sua vez inspirou-se nas seguintes elaborações de Benjamim (1987, p. 198):

O narrador pleno está desaparecendo por que as ações não eram mais consideradas. O narrador pleno, normalmente, é um pouco o „camponês sedentário” e também o „marinheiro comerciante”. Carrega consigo as duas experiências: a do viajante e a do homem do lugar. São aqueles que mantiveram intacta sua „faculdade de Intercambiar experiências”

Ou ainda como diria Benjamim (1987, p. 200): “o narrador é um homem que sabe dar conselhos (...) aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”. Após ouvi-lo, senti mais fortemente a vontade de conhecer e interpretar a relação do homem com o seu espaço, o seu lugar, as combinações e representações ali existentes, ampliando assim, a minha motivação pessoal sobre a pesquisa. Assim, a partir dos elementos presentes na narrativa do Senhor Josias, pode-se correlacionar com o que preceitua o Frémont (1980, p. 17):

(...) A região se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é, pois procurar e captá-la onde ela existe, vista pelos homens.

Ao encerrar a entrevista ele indicou-me o Senhor Arnaldo, seu filho, dizendo que ele tinha feito parte do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e das negociações da comunidade com a Santo Antônio. Ao procurá-lo fui informada pelo seu filho que o mesmo estava para o campo na ocasião, pediu-me que voltasse às três horas, pois o pai estaria lá.

Ao sair da minha entrevista com o senhor Josias pus-me a refletir sobre a escolha metodológica que adotei para esta pesquisa e suas correlações com a ciência geográfica:

A história Oral de Meyhi caracteriza-se por ser interdisciplinar, fato que me propiciou uma interlocução com a ciência geográfica. Desse encontro passei a trabalhar com uma intersecção de duas propostas metodológicas como fundamentação da pesquisa de campo: quais sejam método do Espaço Vivido e o de História oral. Com a utilização dos dois métodos, comecei a visualizar as conexões e combinações transcorridas no espaço daquela comunidade e em especial, nas dos meus colaboradores.

A escolha da História Oral como metodologia para se realizar uma pesquisa geográfica, é um diferencial por romper com a visão tradicional que se pratica noutras propostas à medida que se coloca em ênfase o que cada um pensa, deseja, sonha, do que se tem medo, ou qualquer outro sentimento inerente ao homem, ou seja, valoriza o humano na sua singularidade e olha para ele visualizando-se suas subjetividades.

Sr. Arnaldo

Hoje conheci o Sr. Arnaldo. No nosso encontro, disse-lhe que seu pai o havia indicado e, ele, prontamente recebeu-me. Depois lhe expus os objetivos da entrevista e tirei as dúvidas que foram surgindo: sobre o porquê e para quê eu queria entrevistá-lo e em que ele poderia ajudar-me. Logo depois de esclarecidas essas questões, o mesmo se colocou a falar.

Ele tem 53 anos, ex-membro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e carpinteiro. Sua fala enfoca uma visão de mundo ordenado por uma compreensão política, econômica e social, comparando os modos de vivência e as condições socioprodutivas do seu povo antes e depois da interferência das obras de construções das usinas, alimentando a cadeia do que Caldas (2000) denominou de “máquina tribal”²⁵:

²⁵ Teoria que o Professor Alberto Lins Caldas está desenvolvendo na qual o capitalismo é uma máquina tribal que envolve a todos num processo de consumo e auto-destruição.

As pessoas dizem:

- Ah sua vida melhorou.

Melhorou nada não. Recebi sim uma indenização. Dinheiro hoje tem que ser muito por que se for pouco acaba logo. (...) Tem muitos que achou que 30, 40, 50 mil era riqueza. É dinheiro, mas acaba.(...)Então quem tem algum dinheirinho da indenização, tudo bem...., o meu eu acabei logo, porque você vive no mato não vai..., eu que mexo com madeira eu não vou comprar um móvel e botar lá dentro do mato, não é? Eu mesmo fabricava e ficava usando. aí fui para a cidade. Fiquei quatro meses na cidade, alugaram uma casa para mim e fui morar na cidade. Os móveis que eu fabricava larguei tudo pra trás. Aí, para morar na cidade, tive que comprar tudo. (Arnaldo)

Desta forma, nossos sensores sociais perderam a capacidade de perceber o que a vida representa para si e para o outro.

Agricultor

Hoje me encontrei com Sr. Agricultor. Inicialmente apresentei-me e ele prestativamente falou-me: “entre, meu irmão já falou da senhora. Pode entrar”. Em seguida, me perguntou: “o que a senhora quer saber mesmo? Como funciona esse negócio aí da gente dar entrevista e depois pra que é mesmo?”

Achei interessante o início da nossa conversa porque, mais enfaticamente que os outros colaboradores, ele demonstrava um certo receio e ao mesmo tempo interesse pelo assunto. Ao expor-lhe os objetivos da proposta de trabalho e dos fins a que se destinavam as contribuições dadas pelos colaboradores ele sugeriu-me duas coisas: a primeira que o nome dele não fosse identificado e a segunda, que “primeiramente tomasse um cafezinho antes da entrevista”. Quanto ao primeiro pedido, expliquei-lhe que o direito de sigilo e a identidade estavam mais do que assegurados, tanto pelos preceitos do método, quanto pelos valores e laços de confiança que estávamos construindo ali.

Durante o “cafezinho” – momento de socialização e construção de confiança mútua falou-me que era agricultor, pescador e extrativista, mas apesar das diferentes ocupações, sua atividade principal era a agricultura. Disse-me ainda que, após 17 de outubro de 2008, passou a residir com a família na cidade durante sessenta e um dias. Mudou-se para a moradia definitiva na agrovila em 18 de dezembro de 2008, e que passou a fazer parte do assentamento coletivo. Após

falarmos de outras histórias ligadas às questões da política nacional e local (temas ligados ao empreendimento da usina), o mesmo solicitou-me que iniciássemos a gravação.

Pescador

A entrevista dada pelo Pescador despertou-me para a seguinte reflexão: a importância e diferença da pesquisa em ciências humanas é poder entrar na condição do outro, visando entender sua riqueza cultural e social.

Declarando seu olhar sobre o vivido, o pescador propiciou uma profunda reflexão quando me disse:

Vão é nos repor o que eles não sei por que acharam que podiam mexer. Tirar de nós. E isso, dinheiro nenhum paga. O que eles tiraram da gente, foi isso tudo que não é visto pelas pessoas, nem pela empresa, nem pelo pessoal da imprensa que vem nos entrevistar. Acho que nem pela senhora com essa entrevista. Sabe por quê? por que o que eles tiraram de nós foi feito no dia-a-dia, no suor de cada um de nós daqui. Não foi só uma terra, não foi só casa de madeira ou “barraco”, como alguns que vieram demolir falaram, foi tudo que nós passamos lá. Cada semente que plantamos. Os medos, a aprendizagem, o sossego daquele lugar. E vocês não vão ver porque para conseguir ver tem que vir morar aqui. Viver tudo isso aqui.

O depoimento acima, na essência, é uma provocação ao pensar a ciência, ao pensar as dinâmicas da vida. É um chamamento para exercitar os valores teóricos e metodológicos escolhidos pelo pesquisador. É provocação reflexiva, uma vez que, na simplicidade de um pescador – socialmente identificado, valorado como tal –, abre-se uma senda de significados que colocam em cheque as formas de olhar para a existência humana. É provocação, também, quando me propõe uma vigília sobre minha ação na interferência da cultura do outro. É um alerta para que com meus valores não me feche nas próprias potencialidades desse olhar.

Se perder a dimensão do humano, perde-se a dignidade de pensar a vida. Esbarra-se no limite do saber sobre o outro; é, sobretudo, no trato desse outro, perder-se na capacidade de olhar para dentro de si mesmo e colocar em fluxo os sentimentos e valores que aportam e dão identidades possíveis de explicar as humanidades.

Rumos para a transcrição

Na sequência, passou-se para a fase da transcrição, cujo momento buscou-se capturar, graficamente, as experiências e acúmulos culturais expressos nas narrativas dos colaboradores. Desta feita, partindo-se da íntegra dos ditos, trilhou-se por um processo de transcrição que visava à compreensão das vivências amazônicas e o ciclo de estabilidade e mudanças do espaço social daquela comunidade.

Na corrente da produção científica, propõe-se contra a funcionalidade exigida nos processos de construção de cientificidade das ciências naturais. É reconhecer-se no deslumbramento das riquezas do dizer-se do outro; não é aprisionamentos e engesamentos dos ditos. Se faz eco e se lança por entre fronteiras do dizer-se. É um expor-se em falas, sentimentos, afetividades, percepções, outras verdades...

Fazê-lo deixou-me as marcas/lentes das leituras e na sua construção encontrei o espelhamento da formação do conhecimento geográfico, humanístico, social, cultural acadêmico. Sobretudo, segui as provocações de Morin (1997): “fazer metacognição: pensar o que faço. Mergulhar na minha práxis” e, a partir daí, conhecer e aplicar um processo fundante e constitutivo no meu caminhar como pesquisadora: Visualizar o que dizia meus enganos e entender a riqueza da cultura do outro.

4.2 – Fios narrativos

4.2.1 - Maria Amazonina Gomes de Freitas

Dona Maria, eu não tenho mais nada para falar. O que eu tinha de falar, eu já falei. Já veio três repórteres aqui também para a gente falar e eu digo: “aqui não é ruim, aqui é bom”. O pessoal da mesa também. Nós temos nos dado até hoje. São muito bons graças a Deus. Não é por que o pessoal é ruim, são todos bons. Tem gente que acham eles ruins, mas para mim são todos bons.

Aqui só tem uma coisa que é ruim, é por que a gente não tem uma fruta ainda dando, não tem nada aí, e era o que mais a gente tinha lá em casa, muita fruta. De tudo que a gente planta a terra não ajuda. Mas quando a gente compra as coisas, vêm deixar aqui na porta de casa. (...) Mas as outras coisas tem sido muito bom, graças a Deus! Agora tem muito é carapanã. Só é ruim assim que os parentes da gente moram pra cá, outros pra lá, outros lá em Porto Velho.

Lá nós tínhamos peixe, carne, macacheira, frutas. Tínhamos de tudo... ainda tem roça lá..., nós deixamos tudo lá e viemos para cá. Eles avisaram, primeiro foram tirando um a um, depois, de dois em dois, depois quando resolveram tirar, tiraram foi tudo de uma vez... é tanto que não deu para pegar tudo, ainda ficou galinha, cama. Mas até hoje eles têm sido muito legal com a gente, não tenho o que dizer deles não. Pra mim é isso.

Eles deram..., deram não..., que essa casa não foi dada. Todo lugar o pessoal fala que foi dada, mas não foi dada. Ficou a nossa que era maior do que a daqui. Ganhamos uma pequena assim. Tudo ficou no lugar daqui nós tínhamos lá. Não foi nada dado aqui. Não deram não. Esse trabalho foi porque eles tiraram a gente do nosso trabalho lá para trabalhar aqui. Tudo ficou no lugar do que a gente tinha lá e as casas ficaram no lugar das outras.

Agora, o que tá faltando pra nós, sabe o que é? É o documento; é mais por isso que estou aperrada. Nós não recebemos nada. Eles falam que vão dar... vão dar, mas até hoje ainda não chegou esse ponto. Porque sem esse documento nós não podemos dizer que essas casas são nossas. Não pode de jeito nenhum, que nós não temos como provar que essa casa é nossa, não tem documento. Outra

coisa que estava nos aperiando também era a falta de escola, mas eles prometeram que ia botar e nós vamos cobrar.

Minha vida no Engenho Velho começou tudo bem. Lá nós trabalhávamos, nós tínhamos nossa verdura, peixe, carne, galinha. Nós tínhamos roça e lá nós trabalhávamos. Aqui a gente não tem como trabalhar, fruta de todo jeito nós tínhamos lá. Não vou mentir o feijão quase não dava muito. Nós tínhamos o peixe, nós podíamos pescar no Guapó, nós podíamos pescar no rio..., mas agora a gente não pode mais pescar nem no rio nem no Guapó por que eles não deixam. Mas foi muito bom.

Morei lá 51 anos. Meu filho tem 40 anos e o outro já está com 56 anos, morei já fazia muito tempo e nós ganhamos uma mixaria. O lote tinha dois mil metros de fundo e para frente era cem, mas recebemos muito pouco, pouco mesmo e ainda não ganhar o documento da terra, aí é ruim demais, mas nós vamos botar para receber. Sem o documento nós não temos prova, nós não podemos vender quando quiser, não pode alugar, não pode nada.

Trabalhamos muito e conseguimos essas terras trabalhando para comprar dona Maria. Compramos um terreno no Engenho Velho e ficamos até outubro do ano passado Foi muito bom

Meu marido morreu, a senhora acha que se o terreno fosse ruim eu tinha criado meus dez filhos?... o mais novo tinha nove meses. Que lá o terreno era outro. Lá a gente pescava só para comer. Pesca para vender só quando meu marido ainda era vivo. Ele era pescador, mas quando ele morreu não pescava mais; só para comer. Depois que meu marido morreu, eu só quis trabalhar, para criar meus filhos, muitos vieram para eu dar, dou nada. Vou é trabalhar para criar e criei todos. Eu trabalhava graças a Deus! Não estou arrependida não. Hoje meus filhos só um ainda está solteiro.

Era bom. Lá nós vendíamos verdura, peixe, farinha. Lá nós passávamos bem. Não passava como rico, porque até o rico um dia falta, não é? Mas não passava fome nem andava nu e eu criei meus dez filhos todinhos, graças a Deus. Só com minha ajuda e a ajuda do irmão que tá para a rua. Eu trabalhava na roça, trabalhava em horta, fazia farinha, tudo isso..

E lá tinha Festejo dos grandes, de dois, três dias, que era o festejo de São Sebastião. Depois que passamos pra cá para a vila não teve mais não. Da escola eu fiz até a terceira série, mas eles me batiam e eu batia também aí meu pai me tirou da escola. Eu tenho até um corte aqui. Eles me batiam e eu batia também, por isso saí.

Nós viemos para cá os meninos plantaram roça, mas ainda não tá dando. Lá nós vivíamos no dia-a-dia, nós éramos tudo vizinho, agora os amigos não querem conversar. Esse pessoal aí todinho morava lá, só não o engenheiro e o dentista; fora eles, o resto é tudo parente. Uns é primo, irmão filho, mas é tudo parente.

4.2.2 - Francisco Gomes de Freitas

Minha mãe já achou mais diferente por causa do lugar, por que lá era mais calmo. Aqui não. Aqui já é um pouco movimentado. Teve mudança até mesmo pela casa. Lá tinha mais árvores e era mais frio, mas para mim não.... Mudou por que lá eu podia pescar quando não estava trabalhando. Com a proibição da pesca minha atividade pesqueira acabou-se diminuindo rendimentos. Outro impacto negativo foi o fim da atividade de bandeirinha serviço originado pelo atrativo turístico que as cachoeiras estimulavam. Dessa forma, ficaram comprometidas duas fontes de renda complementares de sua família que servia de suporte econômico no período de desenvolvimento da produção agrícola.

Meu salário é só do meu trabalho. Lá fazia mais bico por fora e aqui não, o que faço é só do meu salário mesmo. Na atualidade, teve que largar o vínculo empregatício para poder dedicar-se as atividades agrícola de onde almeja encontrar sustentabilidade necessária para se manter. E disse: pois lá eu plantava roça e quando cheguei aqui já plantei, já está no jeito.

Mudou também para a minha filha, que o colégio ficou mais longe. Aqui, para estudar eu tenho que está pagando, eu tenho que pagar bandeirinha²⁶ para levar ela para o colégio, porque eu trabalho em outro lugar e por isso pago meu irmão para levar. Para mim, pouca coisa mudou. Eu acho que não mudou quase nada não.

Eu gostava muito de futebol, mas parei um pouco, aqui mandaram até fazer um campo de futebol melhor ali em baixo, mas eu parei de jogar. A senhora acredita que eu nunca peguei malária, nem aqui nem lá. Aqui tem bastante mosquito, bastante mesmo. Já tem alguém que tem pegado malária aqui. O que estamos precisando é de alguém vir soltar fumaça aqui para melhorar.

O Sr. Francisco acrescentou que até a presente data ainda não receberam o título definitivo de suas propriedades o que dificulta suas relações de financiamento por falta de amparo documental ficando sem acesso a linha crédito agrícola.

4.2.3 - Josias Galvão de Lima

Hum... já estou tão esquecido, o quê a senhora queria ouvir de mim? Hoje eu já estou muito esquecido por que não é brincadeira, eu tenho 89 anos. Eu nasci no Rio Grande do Norte, meu pai chamava-se Antonio Galvão de lima, minha mãe Safira Galvão de Lima. Então eu vim pra cá que no tempo da segunda guerra mundial aquele Adolf Hittler da Alemanha queria se apoderar do mundo, não é? Então foi criada uma comissão da Amazônia para vim cortar seringa, trabalhar e produzir a seringa para os aliados continuarem na segunda guerra. Aí eu vim pra cá. Eu cheguei aqui foi que eu conheci a minha esposa. Com ela me casei. E ela me deu 10 filhos. E aqui eu fiquei. Então fiquei amando aqui. Por esse motivo. E aqui fiz muitos poemas, viu? Sobre as usinas Santo Antonio também, e uma delas vou lhe falar:

Companheiro ribeirinho me presta bem atenção
Pois eu só falo aos senhores na oportuna ocasião
Para evitar controvérsia chegamos a uma conclusão
Com a construção da barragem na cachoeira de

²⁶ Denominação atribuída aos pilotos de voadeira responsáveis pelo traslado da população ribeirinha para as demais localidades.

Santo Antonio a água do rio Madeira vai cobrir o Teotonio
Quem vivia de uma verdade
Passa a viver de um sonho
Quem vivia daquela verdade, daquela beleza, todo tempo pescando, comendo peixe,
assando peixe, passa a viver de um sonho
Desaparece do rio madeira a graça de quem faz turismo
As pedras que estão em cima vão mergulhar no abismo
Quem tinha cem, vai ficar com dez quem tinha dez vai ficar com um litro...
É cruel ter que se vê a triste situação
A água do rio subindo, invadindo a vegetação,
expulsando os animais e o homem da sua própria habitação
Uma coisa que me entristece é saber que
quem já era pobre vai viver com mais pobreza
E quem já era rico vai viver com mais riqueza

Declamando ele continua:

Sobre uma picle de terra me sento às margens do rio madeira
Ouvindo os murmúrios das águas que desce na cachoeira
Donde se vê tanta beleza descendo pau na correnteza
E ajeitando a procela
Não há coisa mais bela do que seja a natureza
E assim com a alma ferida vou gravar na memória
É que ou morre o homem na lida, feliz coberto de glória
Ou surge o homem com a vida
Mostrando em cada ferida o hino da vitória
Com meu português ruim sustentei a peteca foi com uma postura ética
Pois no campo da poesia existe a decência poética agora
Vou ficar por aqui com a minha narração
Se não escrevi mais poema não me faltou inspiração
e o resto vou deixar para outra ocasião

E lá deixei, até minha noiva me pediu chorando para eu não viesse para Amazônia e eu queria. Eu digo, eu vou. Papai tinha andado por aqui e ele tinha me falado da grandeza desse lugar. Eu disse: papai eu vou conhecer um dia esse lugar. Ele disse: vai, meu filho. Meus irmãos foram para o Rio de Janeiro e se deram bem e eu vim para a Amazonia. E aqui eu me casei, Hoje eu sou mais rondoniano do que nordestino. Minha esposa, eu sou mais velho que ela 18 anos. Ela faleceu e eu ainda to vivo. To com 89 anos de idade. Acho que amo mais essa terra é só por isso.

Bem, meu terreno mesmo era Porto de Veneza, agora São Domingos era a comunidade. Eu tive derrame e fiquei com a mente muito curta, muitas coisas eu esqueci. Eu já morri uma vez. Morei no São Domingos há muito tempo, cheguei aqui tinha 24 anos de idade. Trabalhei na agricultura. Plantava maxixe, verdura, cheiro verde, quiabo, todas essas coisas plantava e levava para a cidade para vender. Foi assim que vivi.

Agora aqui a coisa de mais desgosto é que eu tive um filho chamado José, que morreu nesse rio Madeira mesmo, não gosto nem de lembrar que começo a chorar. Era um menino que bebia muito e gostava muito de dançar, farrear por aí cruzando sempre esse rio Madeira. Morreu afogado aí enfrente. aí mesmo (apontando para o rio). Morreu afogado aí. Morreu afogado (lágrimas).

E lá eu tive muitas namoradas. Tive noiva também, mas deixei-as lá. Elas ficaram chorando e eu disse: “mas eu vou para o Amazonas vou vê esse lugar” e vim. Hoje eu sou mais rondoniano do que nordestino, porque eu sou do Rio Grande do Norte. Natal era uma cidade pequena, mas muito limpinha. Eu andei muito, eu conheci muitos lugares: Alagoas, Sergipe, Bahia e depois eu vim para essa terra. Aqui me casei, e fiquei viúvo. Não quero me casar mais não..., uma nova não me quer que eu não tenho dinheiro e uma velha também..., o que é que faz dois velhos? Olhando um pro outro... quero mais não.

Tenho uma história com o PT. Eu tinha até fotografia com o Lula, Luis Inácio Lula da Silva, hoje, não tenho mais não, o tempo acabou. Tinha um homem chamado Odair Cordeiro que me convidou para fundar o Partido dos Trabalhadores aqui e aí eu fundei. Aí ele me convidou para candidato ao senado, me candidatei para o senado e tive uma votação bastante expressiva, mas não ganhei. Aí eu fiquei triste. E disse: nunca mais quero me meter com política, não queria mais saber de política. Mas sou do PT, eu simpatizei com o Partido dos trabalhadores, e sou “Lula até os ossos e não sou mais porque não posso”.

De festa, eu gostava muito de festa, mas nunca aprendi a dançar. Eu gostava muito era de apreciar os outros brincar e dançar a noite toda às vezes as moças estavam na minha mesa e os rapazes diziam:

_ o que você veio fazer aqui brincar, dançar ou conversar?

Aí, arrastava ela, e eu ficava sentado olhando.

Como soldado da borracha eu vivia na seringa de um homem chamado Manuel Candido, mas me deu uma malária tão grande que eu voltei. Nessa época tinha uma guarda territorial, fundada pelo coronel Jorge Teixeira e passei três anos trabalhando na guarda territorial. Após isso, saí para trabalhar na agricultura e ia para a cidade vender. Numa dessas idas conheci minha esposa e fui ficando por

aqui. Chamava-se Zuleide da Silva de Lima. Ela faleceu com 57 anos de idade e eu ainda estou vivo.

Minha religião era evangélica. Tinha um templo que o pessoal da comunidade ia para fazer as orações. Meu pai era evangélico, meu avô era, minha mãe era também. Os católicos insultavam os evangélicos; chamavam de bode e a gente tinha que ficar calado. Não dizia nada. Deixava eles falando mal da gente. O crente, o evangélico não podia sair brigando com ninguém não. Era um pessoal da parte de Deus, não é? Se brigasse deixava de ser. Era um pessoal passivo. Os católicos insultavam a gente, mas a gente não ligava não. O evangélico não pode brigar.

O índio, ele bota aquelas penas de arara. Botava a pena assim: (gesticulando as mãos até a cabeça para demonstrar o uso do acessório). E eles brigam uns com os outros. Eles só viviam de guerra. Eles não tinham armas; a arma deles era só a flecha. E foram se extinguindo..., se extinguindo. E hoje a população deles é muito pouco porque os portugueses mataram muitos deles.

Os índios, se não mexesse com a tapagem deles, tudo bem. Era só a gente não bulir com eles, eles também não bulia com a gente. Se agente visse fechado a gente tinha que desviar. Se mexesse, eles atacavam. Eles tapavam com vara e a gente arrudiava, porque se mexesse, já sabe, ia morrer. Eles, para se casarem com as índias, eles tinham que passar por uma prova da formiga muita brava chamada tucandeira, aquele que resistisse se casava com a moça o que não resistisse; não se casava, era bandido. O índio era assim... cheio de mistério.

Aí, eu quando fui me alistar para vim com soldado da borracha, tinha o Doutor Carnon, delegado regional do trabalho. Eu era forte nesse tempo e ele bateu nas minhas costas e disse:

- “você vai para Amazônia matar onça a bufete?”

Eu disse:

- Doutor tem muita onça é?

ele disse:

- “tem onça demais, tem muita onça brava”

E eu disse:

- doutor a onça que tem lá eu não vou matar de bufete não, eu vou matar é só de tapa na cara dela.

E ele disse:

- “êta caba bom!”

Eu vim direto para cá. Porto velho era pequenininho naquela época. Hoje tá grande. Mas naquela época era pequenina. Tinha muitos políticos. Partido da Aliança Libertadora, PSB, a Frente liberal, mas eu não votei em nenhum desses. Eu votei muito, mais deixei de votar. Hoje eu deixei de votar. Eu não voto mais porque não quero, porque sou facultativo, mas se quisesse votar ainda votava, mas não quero mais votar. Tenho o direito de votar, mas não tenho mais obrigação. Por isso eu deixei de votar.

Meu filho foi que me trouxe pra cá. Hélio, Áurea são meus filhos e o Edicarlos é meu caçula. Eu gosto mais daqui. Daqui não tem mais para onde ir não, só tem para onde ir quando eu morrer, é ir lá para o céu que é melhor lugar. Por que eu não fiz mal a ninguém só posso ir para algum lugar bom.

Só me lembro que meu pai era muito violento para mim, demais. Minha mãe também. Eu falei para minha esposa: Zuleide não bate nas crianças não. Eu sabia o que era violência, meu pai me batia demais. A violência só gera violência. Eu não admitia que a mulher vivesse apanhando do marido não. Não aceito a violência não. Existem mulheres em alto posto; na polícia existem mulheres em alto posto; no exército existem mulheres de alto posto. A mulher é igual como nós. Ela pensa, ela fala, tem mulheres com tremenda capacidade.

4.2.4 - Arnaldo da Silva Lima

Tem gente que fala assim: “ah sua vida mudou”. Em certas coisas mudou sim, mas em outras continua até pior do que era lá. Por exemplo: a luz eu pago o triplo do que pagava lá. Ficou cara. E sobre o meu custo de vida, esse eu sobrevivo com 740 reais, que é o plano de compensação que eles pagam e isso não dá para nada. Desde que cheguei aqui que eu nunca parei. Eu trabalho, eu sou carpinteiro e eu invento qualquer coisa e ganho meus trocados, senão eu estaria vivendo uma vida difícil.

Têm muitos aí que não têm profissão, que o que tinha era pescador e agora não pode mais pescar, e eles estão vivendo do plano. Até hoje a sobrevivência vem da minha profissão por que a da minha esposa, a profissão dela acabou-se. Aí chega gente aqui dizendo: “ah vocês estão muito bem ganharam casa, ganharam terra”. Nada disso. Casa eu tinha lá, essa casa aqui ficou no lugar da que eu tinha lá. Lá eu tinha oito hectares, eles me indenizaram cinco e tenho três aqui e por isso estou aqui.

Lá os impostos era a luz que todo mundo paga – menos a água por que vinha do rio – e o TR imposto da terra; já o trânsito da mercadoria era isento de imposto porque era considerado como pequena produção O transporte lá era fluvial aqui é terrestre. Ficou... não vou dizer que nem ficou ruim por um lado nem melhorou pelo outro, por que onde você vai de carro tem de pagar: gasto com gasolina, com reposição de peças, manutenção mecânica entre outros; a balsa que é caríssimo – você pagou agorinha e você sabe que é caro não é? – Escola ficou longe. E isso tudo foi prometido que teria aqui..

Lá era melhor, porque a gente já estava acomodado lá. Lá era melhor. Eu nasci lá. Sai de lá com 52 anos, quase 53 anos. Perdi minha mãe lá, meus irmãos eu perdi lá também. Eu preferia que tivesse lá ainda, mas infelizmente não foi possível, nem é possível mais não é mesmo?

As pessoas dizem:

– “Ah sua vida melhorou”.

Melhorou nada não. Recebi sim uma indenização. Dinheiro hoje tem que ser muito, porque se for pouco acaba logo.

Eu sou uma das pessoas que menos reclama aqui. Porque aqui, se acontece alguma coisa com uma casa dessas, eles já ligam para lá e já querem que alguém venha arrumar. Eu sou diferente, o que eu puder fazer eu faço por que esse negócio de: “ah! liga pra lá que eles têm o direito de fazer pra nós. Isso até certo ponto vai ter e pra frente? O pessoal vai ficar aqui pouco tempo? Uns cinco, seis, dez anos, vão embora e nós temos que tocar nossa vida, nós não tocávamos lá?

Então... eu sou diferente, só se for uma coisa muito grave que eu não possa resolver, mas se eu puder fazer, eu resolvo meus problemas. Eu não vou ficar correndo atrás da empresa não. Que eles têm o direito de fazer, faça. Mas eu não

estou esperando o melhor, nem o pior não, eu não quero que aconteça o pior, mas a melhora é isso que você tá vendo.

Meu dia-a-dia lá era bom. Vivia perto da minha família. Era um lote de 48 hectares nossa área, era bem dizer uma vila. Só tinha uma irmã minha que não morava lá, o resto todos moravam. Tinha nossa criação. Gado nós tínhamos. Hoje nada disso tem mais. Só tem galinha, que quando cheguei aqui, eu cuidei logo de criar, porque é uma produção que chega mais rápido não é? Para consumir também a gente muito necessita disso.

E gado, quem é que vai criar gado aqui? Não dá. Não tem condições. Então eu me sentia mais a vontade lá. Pescava. Eu saí de lá dia 11 de setembro, dia 11 de setembro agora vai fazer um ano e eu nunca mais pesquei. Se eu quiser comer um peixe, tenho que comprar. Ainda ontem minha esposa foi na vizinha e tive que comprar. O que não compro por aqui, tenho que ir à cidade comprar, e era coisa que eu não comprava.

Verdura, tenho que comprar, e era coisa que eu não comprava por que produzia verdura; farinha eu não comprava, eu vivia de farinha. Lá eu produzia duas toneladas de farinha. De quinze em quinze dias eu tava produzindo duas toneladas de farinha e, aqui, tenho que comprar. Você acha que melhorou isso aí? Não Melhorou.

Aqui eles plantaram uma área de roça aí para nós, fora de época. Mandioca é um ano; um ano e pouco para começar a produzir e, não tem um ano que estamos aqui. Uma vez chegou gente da própria empresa e perguntou:

- “como que está a produção?”
- Que produção? Aqui não tem produção nenhuma.

Nas terras que eles deram tem esse pedaço aqui e a outra que eles plantaram... aliás, deram não, ficou no lugar da outra. Muitos pensam que aqui todo mundo ganhou casa, que foi a empresa que deu. Nada disso, ela fez as casas, mas ficou no lugar da que a gente tinha lá. Melhorzinha. Minha casa era de madeira, mas era maior. Mas no lugar da que ficou lá: fui enganado, porque minha casa era de 60 metros e me deram uma de 45, então fui enganado. A um quilômetro e pouco daqui, tem uma área plantada de mandioca e é assim nossa realidade hoje.

Nossa forma de trabalhar lá era assim: para trazer a mercadoria da casa de farinha até aqui usava a caminhonete que não era minha, era do meu sobrinho... e da beira do rio até o cai n"água era na voadeira. Aqui mudou um pouco, por que tem a facilidade do transporte. Lá se tornava mais difícil era uma viagem mais longa e agora ficou mais perto. Foi uma exigência da comunidade não irmos para longe e ficar mais perto da cidade.

Então quem tem algum dinheirinho da indenização tudo bem.... o meu eu acabei logo. Por que você vive no mato não vai... eu que mexo com madeira eu não vou comprar um móvel e botar lá dentro do mato, não é? Eu mesmo fabricava e ficava usando. Mas fui para a cidade. Fiquei quatro meses na cidade, alugaram uma casa para mim e fui morar na cidade. Os móveis que eu fabricava, larguei tudo pra trás. Aí para morar na cidade, tive que comprar tudo.

Eu tinha meu motorzinho que eu andava lá na vila, esse eu abandonei também. Comprei esse carro e comprei uma camionete e acabou-se o dinheiro. Hoje eu tenho que trabalhar para sobreviver. Eu sempre trabalhei isso não é estranho para mim, mas aqui ficar três, quatro meses parado, tem muitos que não quer mais voltar a trabalhar. Tem muitos que achou que 30, 40, 50 mil era riqueza. É dinheiro, mas acaba.

Nossos festejos aconteciam mais por agora, dia 29, dia de São Pedro. Eu acompanhava a procissão, mas agora eu não sei se vai acontecer pois era na cachoeira e, na cachoeira lá não pode mais ir. Eu gostava quando era novo, mas agora que eu fiquei mais velho, não gosto mais.

Eu tinha muita vontade de conhecer Brasília. Eu tive oportunidade de conhecê-la em 2004 quando fazia parte do MAB e em 2005 fiz uma viagem até a Guatemala. E isso conta um pouco. Tive também em São Paulo duas vezes, pra mim foi muito bom esse tempo e essas viagens, mas vamos continuar a vida não é mesmo? Esperar o que vai acontecer mais pela frente. E aqui onde a gente está vivendo a família está tudo perto, da quarta, quinta casa para cá são tudo meus parentes. E minha família aqui em Rondônia é essa.

4.2.5 – Sr. Agricultor

O empreendimento avaliou igual nossa moradia, variou só o tamanho das propriedades, mas o valor pago foi igual. Foi igual também o plano de compensação, e a idéia de crescimento para todos, só que nem todos que estão lá trabalha igual, nem todo mundo dar para a terra de cá esse mesmo valor... Só que a avaliação que Furnas e a Santo Antonio fez foi de mesma medida, e isso é um problema, por que o dinheiro vai acabar. Alguns aqui só vivem de pesca. Só sabe pescar. Outros se preocupam mais com criação (é galinha, é porco, é pato...). Quem dera nós pudéssemos ter gado - é pouca terra, pouca condição. Dá não.

Mas, por exemplo: minha vizinha ali ó, ela faz das criações dela o meio de ganhar a vida. Ela cria, cuida, alimenta, come e vende. Vendia viva e cozida. E, assim, ela criou os filhos e agora cuida dos netos. Ela esperava os visitantes nos finais de semana que iam para lá (os parentes e amigos do pessoal daqui que vinha banhar, andar de barco e jogar futebol), na hora do almoço comiam as galinhas preparadas por ela. Agora, na Agrovila, eu nem sei como ela vai fazer. Não sei se vai continuar a criar e cozinhar. Mas é disso que ela vivia, é isso que ela sabe fazer. Não sei como vai ficar.

O forte do Engenho Velho é que a maioria tinha seus pés de frutas, sua horta e a mandioca. Essa produção a gente se juntava e negociava a travessia do rio para o Cai n'água. A gente dividia as despesas do frete até a venda final.

Quando a gente vende nas feiras, o lucro é maior, mas como a gente não tem muito tempo para ficar vendendo, a gente negocia com o atravessador. Sai mais barato, mas a gente vende logo tudo. É mais certo e volta para casa. Às vezes para descansar, às vezes para produzir mais. Assim a gente criou os filhos. Tinha dias de pesca. Tinha horas que a gente fazia redes de malhadas, aí a gente conversava, contava histórias, trocava idéias. Às vezes a gente falava dos filhos, da produção ou de algum acidente com os barcos.

Aqui a maioria é família. Morava tudo junto: pais, filhos, noras, genros e netos. Por um lado, o vim para cá ajudou a resolver isso; cada um no seu canto. Mas lá não. Lá morava tudo junto. Família grande. Espaço tinha muito, os lotes eram grandes, mas morar mesmo, morava todo mundo junto. Era muita gente, mas um

cuidava do outro nas doenças e nos afazeres do dia-a-dia. Às vezes tinha briga, mas logo se entendia.

Eu fui morar lá há uns trinta e cinco anos atrás. E aquilo lá ó tinha muita beleza. Era um paraíso. Um lugar comum. Eu gosto dessa vida perto do rio, da mata, da natureza. A Santo Antonio nos trouxe para cá. A gente pediu para continuar perto do Engenho Velho. Viemos para cá. Agora espero que goste daqui. Vai ser mais difícil porque tudo aqui vai ter que recomeçar. É replantar. Recriar, refazer. É trabalhar dobrado. Tem muitos aí que não vai aguentar.

Meus filhos cresceram e alguns foram para Porto Velho, em busca de melhores condições. Eu vou visitá-los às vezes. Eles me chamam para morar lá com eles. Mas quero não. Eu gosto mesmo é daqui. Dessa vida tranquila, das noites frias, do barulho das águas, dessas corredeiras. De pegar o barco rio a fora. Sentir o ventinho batendo no rosto. De sair com os vizinhos para pescaria. De ajudar os companheiros na farinheira. Aqui é o meu lugar. Aqui eu confio. No Engenho Velho Tinha tudo que precisava para viver: o peixe, a mandioca, a farinha, a fruta e o rio. Lá a gente podia até dormir de janela aberta que não tinha perigo. Pegava o barco e passeava para as ilhas, visitar os amigos. Era muito bom. Final de semana ficava mais agitado. O pessoal da cidade ia passear, mas tudo gente conhecida. Era muito bom.

O ruim de lá era a malária, mas em todo lugar tem, não é mesmo? Mas o que era ruim é porque a prefeitura não se preocupava muito de manter a aplicação da fumaça que combate a malária, mas fora isso era maravilhoso. Meu filho mais velho disse para eu ir morar com ele por que eu já tive cinco malárias. Mas a gente toma o remédio que eles dão que é bom para combater o sofrimento da doença. Agora, o que faz a gente curar mesmo é está próximo da terra, do rio e da família.

Olha, lá eu tinha de tudo. Todas as árvores que dão fruta que eu plantei lá pegaram. É uma fartura. Em Porto Velho não. Tudo tem que comprar... Vem pouco e é caro viu? Lá o único preço que se pagava era cuidar. Hoje que todas já davam frutos era só esperar a safra e colher. Comia eu, minha mulher, os meninos, os vizinhos ou visitantes, mas também comia os pássaros que se alimentavam e cantavam. Todos os dias cedinho eles vinham. É muito bonito. É por isso que gosto daqui. É isso aí... Nosso mundo aqui é essa tranquilidade que a senhora tá vendo.

Agora estamos aqui, temos a nova terra, a nova casa, um novo lugar para viver. Vamos ter que lutar tudo de novo e isso não tem preço e nem a empresa pode nos dá. Somente com muito esforço, cuidado e produção para esperar o tempo de desfrutar o que a natureza pode nos dar.

4.2.6 – Sr. Pescador

Minha senhora, nossa vida lá no Engenho Velho era uma fartura, lá eu não tinha medo da vida, viu? Eu criei meus filhos todos lá. Nós pescávamos, saíamos em quatro, dois em cada barco. Agente ia quatro, cinco horas da manhã e ficava ali na espreita. A gente sempre pegava. Quando a pescaria era fraca a gente voltava mais cedo; Mas a gente separava a pesca da venda e a do lazer. A do lazer nós íamos era a família toda. Aí a gente banhava no rio... andava de barco. Os meninos ficavam tudo afoitos. Nós ficávamos preocupados só com a correnteza, quando o banho era no madeirão. O que agente gostava mesmo era ir para os guapos e igarapés que cruzava nossas terras, porque lá a gente já conhecia tudo, não é?.

Às vezes, final de semana, os vizinhos das outras ilhas vinham pra cá. Às vezes a gente que ia pra lá. Às vezes nem dava para sair por que quando o banzeiro fica muito forte é perigoso. A gente não saia não. Uma vez eu quase perdi meu filho mais velho no Madeira. Ele teimou em pegar o barco e estava tudo nublado, tempo ruim. Muito vento, o rio parecia até querer engolir tudo de tanto que estava agitado. Ele teimou e foi. Quando ia para casa do tio dele que morava ali na Ilha do Presídio, aconteceu um acidente. O barco virou. O Banzeiro estava muito forte. A sorte é que ele conseguiu sobreviver, mas a muito custo e esforço. Ficou todo machucado, adoeceu, teve um febrão pelo o esforço que teve que fazer para não morrer afogado. Graças a Deus ele sobreviveu! Depois disso ele passou a ter juízo e passou a respeitar a natureza e serviu de lição pros outros irmãos não fazer mais isso. Por que o rio é assim. Tem dias que ele parece que quer ficar sozinho. Fica bravo. Fica perigoso.

Mas não é sempre assim. Ele parece nos chamar. Esta lá. Oferece fartura de peixes. Nos traz seu frescor, nos traz calma. Sabe, a gente via Porto Velho assim, na beira do Rio e como nosso meio de transporte era só o barco, aquele mundão de

água nos dava uma grande tranquilidade. Já diminuía em muito os perigos da bandidagem. Aqui a gente tudo se conhece. Conhece os que bebem, conhece os que brigam, conhece os que trabalham. Sabe, aqui tem que trabalhar. Porque a única maneira que a gente tem de ganhar dinheiro é se trabalhar. Para viver não, que a gente tem a pesca, tem a farinha, tem as criações, tem as frutas, a horta, tem de tudo. Mas a senhora sabe, tem as coisas que para ter só com dinheiro, não é?

Olha, a gente levou muito tempo aqui sem luz. Era tudo muito difícil. A Gente dormia cedo. Mas depois que chegou energia aqui, tudo mudou. Veio a vontade de comprar televisão, geladeira. Aí a família passou a se reunir na sala para assistir os programas, as novelas..., os mais jovens começaram a querer as coisas que passava nas propagandas. Mas essas coisas da cidade só com dinheiro.

Minha família eu cuidei assim: com a fartura que a natureza nos oferecia para comer e viver, e, do rio, os peixes que nós pescávamos para vender. A gente que é pescador profissional negociava com a associação lá no Cai n"água. Nós pegávamos um bom dinheiro antes da usina. Não se tinha tanta proibição assim. Só no tempo da piracema que nós mesmos já sabíamos que tinha que preservar, se não a gente não ia ter nada depois.

Um momento muito bom também era quando a gente ia talhar as redes de pesca. Nós comprávamos as linhas e se reunia para fazer as redes. Às vezes era só para arrumar as malhadeiras. Hoje, depois que nos trouxeram pra cá, tudo ficou mais difícil. O pior mesmo foi que quando foram tirar a gente foi tudo às pressas. A agrovila nem estava pronta.

Tá certo, eles pagaram tudo. Alugaram casas na cidade, pagaram luz, nos emprestaram móveis, tudo bem. Mas foi muito ruim por um lado, porque ali a gente não era dono de nada. Não podia levar quase nada. Depois era provisória nossa primeira mudança, a gente ainda tinha que se mudar para a agrovila e mudar tudo de novo. Outra coisa muito ruim foi à proibição da pesca. A usina proibiu a gente de pescar. E para nós, que somos pescador, você já imaginou? Minha mulher estranhou muito também. Ela ficou sem a horta dela. Lá na cidade é muito errado. Tudo tem que comprar. Tudo. Os quintais são de cimento. O espaço é muito pequeno. Tudo apertado. Tem sim umas casas boas, bonitas.

Eles alugaram boas casas para nós. Mas era tudo muito apertado, diferente do nosso espaço no Engenho Velho, que nos dava a impressão de ser tudo infinito. Tudo muito vasto. Lá sim era o nosso lugar. Lá a gente tinha a fruta a hora que queria e o ano todo, era só esperar as safras. Era manga, banana, laranja, abacaxi, acerola, cupuaçu, nós tinha de tudo.

Olha os meninos achava ruim uma coisa: era os estudos. Eles só tinham aqui até a quarta série e era tudo muito difícil. Faltava muito professor. Tinha que ir tudo embora pra cidade se quisesse continuar a estudar. Para quem tinha casa ou parentes na cidade tudo bem, até que não era tão ruim assim. Mas para quem não tinha era tudo mais difícil. Por isso que a maioria acabava fazendo só até a quarta mesmo.

Os meninos assim que cresciam logo se envolviam com as meninas daqui. E aí ou se firmava na pesca ou na agricultura para dar conta das responsabilidades que vinha pela frente. Olha, a gente tinha muito espaço lá; muita terra mesmo, mas a gente gostava de morar era na beira do rio. Ficava ali, recebendo a friagem que vinha das águas, ficava ouvindo o barulho dos banzeiros, ficava vendo a cidade tudo da beira do rio. Podia dormir com as portas abertas que não dava calor. Quando não estava chovendo, armava as redes nas árvores, repouzava, conversava ou dormia mesmo. Era muito bom.

Sabe, os problemas de casal que a gente tinha... que todo casal tem, não é? Eram poucos, mas quando tinha, eu pegava o barco rio adentro, pegava minhas varas e ia pescar. Lá as horas passavam e aquela aflição também, aí eu voltava. Às vezes era a mulher que ficava perturbada com os aperreios dos meninos e ela se juntava com as vizinhas e iam só elas pescar, passear, trocar idéias, desabafar.

Mas isso não era sempre não viu? Porque aqui nosso tempo ele sempre tem o que fazer. E nós fazemos: a gente planta e colhe; cria menino, leva para médico, para escola; pesca, vende, arruma malhadeira, arruma motor de barco, arruma barco, tira lenha, cuida da criação, faz compras na cidade, faz tudo. Mas assim do nosso jeito.

A gente dorme cedo, mesmo com a televisão, sabe por quê? Porque aqui no nosso lugar, a gente e o nosso tempo é governado pela natureza. Tem o tempo certo de plantar. Tem o tempo certo de colher. Tem muita fartura na terra e na água,

mas a gente que tem que ir lá colher e pescar, senão, não vem. Aqui, minha senhora, a gente sabe quem passa miudinho, porque se não se dedicar as coisas que a natureza exige, ela por mais generosa que seja, não pode fazer por você.

Teve uns vizinhos meus que se envolveram muito com bebida, se destruíram e as famílias deles sofreram muito. Teve um que só não foi pior por que primeiro, a gente aqui é muito solidário e nós ajudamos a mulher dele e ela também foi muito forte, foi trabalhar junto com a gente. Aprendeu a pescar e a cuidar da horta para poder criar os filhos. Hoje taí, o marido dela envelheceu, tá doente e ela que resolve tudo lá. Colocou os filhos para trabalhar, ela e os filhos.

Sabe o que mais está mais me fazendo sofrer? É que as pessoas dizem:

- “ah! Mais vocês vão ganhar casa, terras, auxílio e compensação”.

Sim, mas isso não é verdade. Não vão nos dar nada. Vão é nos repor o que eles não sei por que acharam que podiam mexer; tirar de nós. E isso, dinheiro nenhum paga. O que eles tiraram da gente, foi isso tudo que não é visto pelas pessoas, nem pela empresa, nem pelo pessoal da imprensa que vem nos entrevistar. Acho que nem pela senhora com essa entrevista. Sabe por quê? Porque o que eles tiraram de nós foi feito no dia-a-dia, no suor de cada um de nós daqui. Não foi só uma terra, não foi só casa de madeira ou barraco como alguns que vieram demolir falaram, foi tudo que nós passamos lá. Cada semente que plantamos. Os medos, a aprendizagem, o sossego daquele lugar. E vocês não vão ver por que para conseguir ver tem que vir morar aqui. Viver tudo isso aqui.

A agrovila é bonita. Tem muitas casas bonitas, tem a área da produção, mas vai ter que ser feito tudo de novo. Vai ter que preparar solo, plantar até colher. Até começar a dar frutos. Só que agora tem outros problemas: eu fiquei mais velho, meus vizinhos ficaram mais velhos, a pesca tá proibida pela Santo Antonio e o auxílio, esse um dia acaba, não é? Se não tiver ajuda dos meus filhos vai ser muito difícil a vida aqui. Depois que vim pra cá, até a farinha estou tendo que comprar. Veja só, eu pescador estou tendo que comprar peixe. Isso é o que mais me dói. (lágrimas)

Quando eu fui para o Engenho Velho há quarenta e cinco anos atrás, eu consegui comprar essas terras com muito sacrifício. Tive que fazer derrubadas, (mas não era para vender não, para destruir não, era só o espaço que precisava

para plantio), tive que tratar o solo, plantar as frutíferas, mas essas coisas também não acontecem da noite para o dia. Por isso que enquanto não tinha o que colher, parti para pescar. Foram anos dedicados ao sustento da minha família, dedicados às lidas com a natureza, aprendendo a viver aqui. Aprendendo a sobreviver das matas e das águas. Aprendendo os segredos da natureza.

Só para você ter uma idéia, lá no Engenho Velho, eu já subi minha casa três vezes de lugar. A gente faz com certa distancia do rio e certa altura do chão. Quando vê vem a enchente, vem a cheia e disso tudo o desbarrancamento. Aí a gente afasta de novo. Olha, do Engenho Velho eu conhecia tudo. As horas pelo sol, o tempo bom para a pesca, o dia-a-dia.

Hoje, eu e meus vizinhos já criamos nossos filhos, já temos até netos e me lembro que a liberdade que as crianças tinham lá era muito grande, porque se não tava nas minhas terras, estava nas terras do meu vizinho que também é parente meu. Aqui, as famílias todas se entrelaçam e vai juntando os sangues. Fico feliz de ver meus meninos com os filhos deles. Hoje, na agrovila tem até escola e professores; só falta um posto de saúde, mas dizem que vão colocar. Eu só voltei a ficar mais tranquilo mesmo quando eles nos tiraram da cidade e nos colocaram aqui, no que é meu, no meu lugar. Voltei a ver o rio, as matas, os vizinhos. Nós tudo junto outra vez, juntando forças para recomeçar.

CAPÍTULO 5

Nos fios da Interpretação: Desdobramentos Possíveis

Fig 08 – Foto da antiga moradia do Sr. Josias



Fonte: FURNAS Centrais Elétricas S.A./2008. Imagem da espacialidade ribeirinha que fora destruída pelo empreendimento

“O quadro só se torna um gênero geográfico interessante quando cessa de ser ingênuo e revela, através de um quadro teórico, a especificidade dos lugares, a originalidade das pessoas que ali vivem e de suas experiências. O que revela de novo não é o mundo tal qual aparece ao olhar, mas tal qual um espírito cientificamente formado permite explorar, explicar e compreender”

(Paul Claval, 2011)

5.1 – O em si fazendo do humano na trajetória da experiência e do lugar

Este capítulo, segundo a perspectiva metodológica adotada, é o momento em que assumimos o papel de intérprete da realidade estudada. Numa linguagem mais tuaniana: “é uma pausa”, para que a reflexão desenvolvida se desvele em texto, em elaborações, em articulações e reelaborações do pensar. É, sobretudo, o espaço no qual se revelam as visões e percepções de mundo, cujos resultados caracterizam-se mais como provocação do que como “verdades”, engessadas, instauradas, legitimadas.

O desafio deste capítulo é trilhar sobre as proposituras de Claval (2011, p.237) que orienta:

Fazer da geografia uma análise da experiência humana é voltar-se para a maneira como o indivíduo toma consciência daquilo que é através dos lugares onde vive, das paisagens que lhe são familiares e daquelas onde se sente à vontade, das ruínas que lembram o passado e dos equipamentos que convidam a olhar o futuro.

Ou seja, é se organizar sob a égide de um olhar que se abre para outros dizeres, outros valores, outros sentimentos, outras atitudes, outras identidades, outros “outros”.

É um propósito de olhar geograficamente para as significações e as experiências vivenciadas intimamente por cada narrador e chamar ao diálogo que em fluxo possa, por meio das narrativas, encontrar um sentido mais humano em cada colaborador e diferenciá-lo das compreensões conceituais que delas possam inferir. Tempo de olhar para sua existência sociotemporal e visualizá-lo em singularidades.

É, por fim (sem concluir), diante desta adversidade que buscamos uma unidade (não homogenizada), de compreender os jogos existentes entre ser-estando amazônico: ribeirinho, atingido por barragem, refugiado ambiental, pescador, agricultor, narrador, colaborador, dimensões menores do que se projeta como cultural no humano que há em nossos seis colaboradores.

Citando a teoria do instante de Bachelard, Nilson Santos (2009)²⁷ afirmou: “o que decide os rumos da humanidade é o instante”. Partindo do pressuposto de que o instante é o exato momento no qual se dá o fluxo dos acontecimentos, teoricamente pode-se dizer que entre o acontecido e o registrado existe um fosso de interferências que vai desde o modo de ver as condições de produção do registrado até os interesses na circulação do visto ou vivido.

Ao debruçarmos sobre a dimensão dos acontecimentos passados, a produção final desta reconstrução não poderá dar a compreensão da complexidade e da pluralidade contidos no instante do ocorrido, se no resgate histórico desse fenômeno não forem consideradas suas singularidades e particularidades.

Destarte, este estudo considera a visão paradigmática de dialogicidade de Paulo Freire (1987), que diz: “dialógico é se perder na condição do outro, falar com o outro, se colocar na condição do outro”. Como itinerário de compreensão, dialogar com o outro e adentrar na sua condição, mas não ser o outro.

Como primado interpretativo do processo analítico acima, as leituras aqui desenvolvidas amparam-se nas conceituações de individuação e individualismo²⁸, defendidas por Edgar Moran (1997) para quem o individualismo, por estar ancorado na idéia do cada um por si, exprime um “juízo que não agrega valor social”. Contrapondo-se a esta ideia, ele propõe: “os processos de individuação vão incorporando e tecendo os personagens sociais” e por meio de suas marcas vão nos dando respostas de como os colaboradores enxergam ou entendem a realidade do mundo.

Nosso modo de conceber o mundo orienta o que nós fazemos e fazemos por conta das vozes sociais da infância, da juventude e de nosso meio contemporâneo. O indivíduo ao traçar respostas vivendo em sociedade, assume posições dentro do leque de opções culturais e ideológicas em que está inserido. É o processo de individuação que vai mostrar como o eu se diferencia no coletivo cultural.

Analisar vidas, histórias, trajetórias, é uma das tarefas da leitura geográficacultural aqui desenvolvida. Por isso, antes que se iniciem as interpretações é necessário que se esclareça: esta etapa do capítulo em andamento

²⁷ Santos, Nilson. Comentário oral realizado na disciplina Cultura e Populações Amazônicas do Curso de Mestrado em Geografia da UNIR. 2009

²⁸ Sobre isso ver obra Meus Demônios de Edgar Moran (1997).

baseia-se nas elaborações teórico-metodológicas defendidas por Meihy ao longo das cinco versões do Manual de História Oral (1996, 1998, 2000, 2002, 2005), ratificado por Caldas (2000) e Holanda (2006). Juntos, propõem que se tomem as narrativas como textos referentes de si mesmo e aberto a “múltiplos significados”.

À luz do *corpus* teórico adotado, tomamos o narrar como materialidade viva que abre os caminhos para que se possa trabalhar com o indivíduo e sua experiência e, a partir daí, captar os lugares que não pode ser desvelado somente pelo descritivo.

No processo de diálogo com as narrativas abaixo trabalhado, destaco alguns trechos para indicar as sendas interpretativas visualizadas nesta análise. A partir delas, entrecruzam-se as similaridades e singularidades das diferentes trajetórias vividas pelos colaboradores. Ressaltamos ainda que os seis colaboradores iniciaram suas narrativas por onde quiseram, obedecendo ao que Meihy chama de “origem voluntária da narrativa” – que demonstra ao colaborador a sua importância em todo o processo de execução da pesquisa.

Diante dessa premissa, meus interlocutores, com o arbítrio sobre o quê e por onde começar a falar expuseram suas experiências num ritmo que pode ser pontuado em três nítidos recortes temporais. No primeiro momento, se colocam como existência coletiva, cujas condições sociais encontram-se expostas aos ditames do poder constituído. Suas falas estão marcadas pela interferência socioespacial a eles impostas;

No segundo, denota-se a fluidez do narrar-se, do permitir-se, do dispor-se, do rever-se. Nesse ponto, desvelam-se em afetividades, em laços de pertencimento, de identificações com as condições de produção e de sobrevivência, suas redes de relações sociais, culturais, seu modo de agir no espaço vivido; elementos que constituem as singularidades do seu existir.

No terceiro, como resultantes dialéticos de seres que ao sobreviverem aos impactos sociais, patrimoniais, culturais e geográficos atravessam uma dinâmica de deslocamento compulsório, seguido de estranhamentos e novos desafios que orientarão seu recomeçar/continuar na nova espacialidade.

Na geografia, as categorias tempo e espaço, condicionam a compreensão da realidade. Sobretudo, no momento atual, quando os avanços científicos e

tecnológicos ditam a chamada sociedade da informação, que permite grande velocidade da circulação das comunicações e deflagra novos paradigmas para a compreensão das escalas que afetam o espaço e o tempo. Consequentemente, impacta a vida cotidiana das pessoas nos mais distantes territórios do planeta.

5.2 – Lugar e experiência: uma espacialidade compartilhada

Ao longo das narrativas dos colaboradores o lugar de onde falavam eram marcados pelas expressões lá, cá e aqui. Assim, a tônica deste estudo foi debruçar sobre as populações envolvidas na região estudada para saber como elas percebem o meio que vivem como procuram preservar seus recursos para as gerações futuras e de que maneira se ligam, se aproximam ou se distanciam dos lugares onde viviam e o de onde foram instalados atualmente.

Esta preocupação sinalizou para necessidade de entender sobre os referenciais geográficos de localização cujas utilizações nas sociedades tradicionais mediavam o processo de convívio entre os espaços de relações dos seres entre si e com a natureza. Segundo Claval (2011, p.61), os referenciais acima são denominados de grades de localização vernaculares, ou seja, “Nos geógrafos vernaculares a orientação e a localização estão intimamente ligadas aos saberes e aos saberes-fazeres relativos ao ambiente e a sociedade”.

A trajetória deste estudo encontrou abrigo na idéia desenvolvida por claval (2011, p.62) de que “a geografia é uma ciência da diversidade de experiências espaciais, uma ciência das geograficidades das sociedades”. Nesse tipo de situação, as preocupações do pesquisador são sempre interpretar o observável, mas ao mesmo tempo compreender como ela é vivida pelos habitantes que contribuíram ou contribuem, para modela-la. Ele se volta às representações do espaço, a territorialidade e as identidades das populações que analisam, tanto quanto ao meio no qual evoluem. mas a ênfase é colocada na imagem que eles fazem do mundo e na maneira como se apropriam do espaço, como o investem de valores.

Sistematizamos, no quadro abaixo, as temporalidades expressas pelos narradores como referentes do histórico cultural desta comunidade e que foi acumulado ao longo de mais de meio século (1950 a 2008).

Quadro 03: Marco do tempo

Marco do tempo	
Amazonina	Morei lá 51 anos
Francisco	Nasceu e foi criado no Engenho Velho
Josias	Cheguei aqui tinha 24 anos de idade.
Arnaldo	Eu nasci lá. Sai de lá com 52 anos, quase 53 anos.
Pescador	Quando eu fui para o Engenho Velho há quarenta e cinco anos
Agricultor	Eu fui morar lá há uns trinta e cinco anos

Fonte: Elaborado por essa pesquisadora, 2012.

À medida que nossos colaboradores foram mapeando suas temporalidades do antigo Engenho Velho, foram simultaneamente delimitando sua territorialidade e suas formas de organização espacial. Consequentemente, moldaram estruturas de relações sociais, patrimoniais, ambientais e culturais. Pode-se inferir ainda que, suas elaborações e construções ramificaram-se por entre subjetividades, intuições, sentimentos e simbolismos cujo dinamismo sinaliza para uma compreensão do vivido.

No desenrolar das entrevistas aproximamo-nos das suas vivências e das experiências existentes naquele espaço vivido, aspectos que permitiram destacar: a tônica de unificação que os mesmos demonstraram, residia na concepção que o grupo tinha sobre o lugar e sobre as redes sociais, base que os mantinha ligados ao antigo Engenho Velho, cujos elementos encontravam-se presentes no imaginário local e, em particular, nas falas dos colaboradores, como as citadas abaixo:

Eu gosto mesmo é daqui. Dessa vida tranquila, das noites frias, do barulho das águas, dessas corredeiras. De pegar o barco rio a fora. Sentir o ventinho batendo no rosto. De sair com os vizinhos para pescaria. De ajudar os companheiros na farinheira. Aqui é o meu lugar. Aqui eu confio. (...) Um lugar comum. Eu gosto dessa vida perto do rio, da mata, da natureza. A Santo Antônio nos trouxe para cá. A gente pediu para continuar perto do Engenho Velho. (agricultor)

Foi uma exigência da comunidade não irmos para longe (Arnaldo)

Só voltei a ficar mais tranquilo mesmo quando eles nos tiraram da cidade e nos colocaram aqui, no que é meu, no meu lugar. Voltei a ver o rio, as

matas, os vizinhos. Nós tudo junto outra vez, juntando forças para recomeçar. (pescador)

O viés de subjetividade presente nas narrativas acima exemplifica a ligação das pessoas aos lugares. Assim, o espaço concebido é vivenciado, uma vez que está imbuído de sentimentos de identificação e nele cada grupo social atribui ao lugar representações várias que acarretam valores e sentimentos primordiais para a construção da identidade, pois, como diz Tuan (1980): “o espaço é organizado por uma projeção de afetividade humana, de tal forma que é possível um reconhecimento recíproco”.

Doravante serão feitos três destaques no processo analítico:

Primeiro, serão enfocados, de forma particularizada, três colaboradores que são Dona Amazonina, Sr. Francisco e Sr. Josias. Estes colaboradores representam os eixos centrais da discussão dessa dissertação. Dona Amazonina, pela valorização da mulher no espaço ribeirinho. O Sr. Josias, por trazer na sua história as marcas da origem e formação do povo ribeirinho (contextualização histórica). O Sr. Francisco, por representar a geração receptora de uma tradição (descendência cultural) e de uma transformação (deslocamento compulsório).

Segundo, será feita uma abordagem geral de questões similares que falam das experiências do grupo e das particularidades concernentes aos demais colaboradores, reportando-me às percepções dos mesmos sobre o Engenho Velho (lugar-abrigo), carro-chefe de todo o trabalho.

Terceiro, será centrado foco na análise dos impactos e as consequentes estratégias do grupo para enfrentar os desafios da atualidade.

Descendente de nordestinos, Dona Amazonina é uma mulher de coragem. Mãe de dez filhos, logo que ficou viúva e, vendo-se frente à necessidade de criar seus filhos sozinha, partiu para luta, conforme expressa nesta passagem:

Meu marido morreu, a senhora acha que se o terreno fosse ruim eu tinha criado meus dez filhos? (...) depois que meu marido morreu eu só quis trabalhar, para criar meus filhos. Muitos vieram para eu dar. Dou nada. Vou é trabalhar para criar e criei todos. Eu trabalhava, graças a Deus! Não estou arrependida não.

E trabalhou. E com seu esforço, ocupou um espaço local, superando não somente as dificuldades econômicas, mas, sobretudo, impondo-se sobre o que ditam os papéis sociais destinados ao homem e à mulher.

Numa concepção feminista, Dona Amazonina assumiu o papel de Matriarca de sua família, mesmo não tendo consciência da concepção de gênero²⁹. E foi assim, sem se render aos caminhos do “fácil” nem às concepções do determinismo biológico³⁰, que ela transformou sua espacialidade. Ao imprimir em si e no lugar, sua existência, sua resistência, sua coragem, colocou-se como agente social e culturalmente forte.

Estimulados pela estratégia de sedução de uma melhoria de vida, muitos nordestinos embalaram seus anseios na ilusória crença de dias melhores, conforme veiculado pelo Estado brasileiro. Numa dessas levas encontram-se a origem e a formação do núcleo populacional oriundos do declínio da borracha, formados por muitos seringueiros e seus descendentes que, por força de estagnação de um certo modelo produtivo (o extrativo de seringa), se assentaram nas áreas ribeirinhas e compuseram panoramicamente seus modos de se ver e sobreviver no habitat amazônico.

Uma dessas pessoas foi o senhor Galvão que, assumidamente, disse: **“como soldado da borracha, eu vivia na seringa de um homem chamado Manuel Cândido. Mas me deu uma malária tão grande que eu voltei”**. Essa exposição às insalubridades da região era uma circunstância que só se descobria quando já se encontrava vitimado pelo sistema de captação de mão de obra daquela época. E ele reforça:

Então eu vim pra cá que no tempo da segunda guerra mundial aquele Adolf Hittler da Alemanha queria se apoderar do mundo não é?...Então foi criado uma comissão da Amazônia para vim cortar seringa, trabalhar e produzir a seringa para os aliados continuar na segunda guerra.

²⁹ O termo “gênero” foi introduzido pelo psicanalista americano Robert Stoller, na década de 60, ao tratar da identidade de gênero, com o objetivo de definir e distinguir aspectos da natureza e da cultura.

³⁰ Sobre isso ver Heleieth safiotti (1987) e Simone de Beauvoir (1983).

Por isso sua fala é também um referente geográfico, pois no seu aporte memorial, registra e contextualiza os balizamentos históricos da década de 40 do século passado, que estimularam e promoveram sua mobilidade. Outra leitura da condicionante social a que os nordestinos estiveram presos está implícita na fala do senhor Josias:

E lá deixei até minha noiva me pediu chorando para eu não viesse para Amazônia e eu queria. Eu digo eu vou. Papai tinha andado por aqui e ele tinha me falado da grandeza desse lugar. Eu disse papai eu vou conhecer um dia esse lugar. Ele disse: “vai meu filho”. Meus irmãos foram para o Rio de Janeiro e se deram bem e eu vim para o Amazonas.

Da fala acima, depreendo dois blocos contextuais. O primeiro, que os atores sociais presentes no seu depoimento encontravam-se, juntamente com outros tantos nordestinos, enredados numa trama coletiva de dinâmicas de mobilização humana, ao tempo que mascaram os reais interesses do ente federativo e dos agentes econômicos nacionais e internacionais, sob um discurso oficial que prometia a melhoria de vida, despertando e presentificando o secular ideal de acesso à “terra prometida”.

Ainda numa análise discursiva, pode-se ousar dizer que implicitamente transcorre um paralelo comparativo entre os que optaram pelo desafio-orgulho de socialmente vir a ser um soldado da borracha, e o comentário valorativo atribuído ao sucesso socioeconômico dos outros atores sociais que decidiram seguir outro rumo.

Na tentativa de compreender os modos de vida dos povos da floresta em relação ao avanço capitalista na Amazônia, encontrei na fala do senhor Josias Galvão, uma memória onírica, que expresa rica e poeticamente as mudanças de hábitos, de espaços e de cenários no seio amazônico, conforme grafada abaixo:

Companheiro ribeirinho, me presta bem atenção,
pois eu só falo aos senhores na oportuna ocasião.
Para evitar controvérsia chegamos a uma conclusão:
com a construção da barragem na cachoeira de Santo Antonio
a água do rio madeira vai cobrir o Teotonio.
Quem vivia de uma verdade
Passa a viver de um sonho
Quem vivia daquela verdade, daquela beleza, todo tempo pescando,
comendo peixe, assando peixe, passa a viver de um sonho

Com efeito, observa-se a força do capital, mascarado nos moldes da modernidade, promovendo o descolamento daquela gente simples, os seus modos

de produzir, de criar e se recriar, relegando tradições, valores e costumes ao conjunto do descartável no âmbito da modernidade³¹.

O Sr. Francisco, filho de dona Amazonina, tem sua origem fincada no Engenho Velho. Membro da comunidade, em relação ao seu núcleo familiar, compõe a segunda geração, o que o torna descendente direto do modo ribeirinho de viver. Homem acostumado aos padrões culturais do seu cotidiano, demonstra em sua fala que o lugar por ele enxergado, sentido, vivido encontra-se desestruturado. Encontra-se numa transição entre o “de lá” (Engenho Velho) e o atual (Agrovila), o de “cá”.

O atual é o novo, novos espaços, novos desafios, outras dificuldades outras, possibilidades. O atual é bom, mas é o distante, o que tem que ser trabalhado, moldado, reelaborado. Tem que se fazer identidade, identificação. Por outros termos, tem que firmar a sua presença, a sua existência, sobretudo, espelhar suas experiências.

O atual existe materialmente, mas por referência ao “lá”. E ele diz: **“Para mim pouca coisa mudou. Eu acho que não mudou quase nada não”**. E não mudou mesmo. Mas o que não mudou foi o “lá” (lugar). Este que não deixou de ser, não deixou de existir, porque se encontra enraizado nas estruturas que contituiram o nosso colaborador.

Entretanto, tem um “lá” que foi descolado de sua elasticidade e mobilidades, e que está evidenciado na seguinte passagem: **“Mudou porque lá eu podia pescar quando não estava trabalhando. Hoje meu salário é só do meu trabalho”. “Lá eu fazia mais bico por fora e aqui não”**. Esse “lá” modificado, tocado, é o “lá” que fundamentava as materialidades e as dinâmicas de produção e de aquisição das mesmas, dentro de um sistema econômico.

Mas é do “lá-lugar” que lhe dá existência de que melhor ele fala. Do “lá” de sua intimidade, de sua segurança: **“Minha mãe já achou mais diferente por causa do lugar, porque lá era mais calmo. Aqui não. Aqui já é um pouco movimentado”**. Calma-movimento, forças binárias que representam sua temporalidade. O calmo-lugar, intocado, fortificado. Movimento-lugares que serão

³¹ Para Jose de Souza Martins (2000), a modernidade é realidade social e cultural produzida pela consciencia do novo e do atual está profundamente comprometido com o progresso na perspectiva das elites.

(re)organizados, (re)estruturados. O calmo-lugar que lhe foi arrancado, interrompido. O Movimento-lugar que lhe foi imposto, forjado por outros sentidos.

E continua ele: **“Minha mãe já achou mais diferente por causa do lugar”**. Nesse momento, visualiza-se a mãe-lugar, a mãe que lhe deu a vida e lhe preparou para ver o mundo, os outros e a si mesmo. A mãe que lhe ofertou laços de intimidade, de pertencimento, vínculos relacionais com o espaço vivido. E novamente ele a toma como referencial.

Calma-movimento-mãe-lugar, de um lado forças relacionais, elementos que compõem e ordenam seu agir no mundo, mas também referentes geográficos que corporificam as mudanças espaciais e lhes dão suporte para concluir: **“Lá eu plantava roça e quando chequei aqui já plantei, já está no jeito”**. Está do seu jeito. Jeito dos seus saberes e de suas realizações.

Tratando da vida social do homem simples e cotidiano, Martins (2000) faz um recorte reflexivo sobre as interferências das formas socialmente dominantes do capitalismo sobre o humano. Em especial, daqueles e daquelas que se situam sociologicamente na tênue linha da modernização e da exclusão, ou seja, do homem e mulher comuns que se encontram:

fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar de vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida.

Os enfrentamentos que o capitalismo impõe à maioria da população, exige um efetivo esforço de resistência para descobrir no quadro de incertezas e adversidades, as possibilidades de sustentação.

O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica³², que o transforma sem cessar e o define, por assim dizer, a cada etapa da evolução. Num determinado momento há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e à organização. Esta equação pode ser visualizada na narrativa do pescador, que diz:

Foram anos dedicados ao sustento da minha família, dedicados as lidas com a natureza, aprendendo a viver aqui. Aprendendo a sobreviver das matas e das águas. Aprendendo os segredos da natureza.

³² Sobre isso ver Milton Santos em A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção (1996).

Neste sentido, os vínculos culturais daí advindos, podem significar uma solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio. Assim os meios de subsistência de um grupo estão indissociavelmente ligados às reações do grupo com o meio.

Olha, lá eu tinha de tudo. Todas as árvores que dão fruta que eu plantei lá, pegaram. É uma fartura. Em Porto Velho não. Tudo tem que comprar... Vem pouco e é caro viu? Lá o único preço que se pagava era cuidar. Hoje que todas já davam frutos era só esperar a safra e colher. Comia eu, minha mulher, os meninos, os vizinhos ou visitantes, mas também comia os pássaros que se alimentavam e cantavam. (PESCADOR)

Nas palavras de Frémont (1980, p.126), “a realidade sensível do espaço e a prática social, são, com efeito, indissociáveis”. E é exatamente este caráter de indissociabilidade que contribui para que o mundo seja concebido como atividade sensível total e viva dos indivíduos.

O homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida. A alimentação, neste caso, ilustra o caráter de sequência ininterrupta que há nas relações do grupo com o meio e cuja dinâmica materializa-se na expressão abaixo:

A gente dorme cedo. Mesmo com a televisão. Sabe por quê? Por que aqui no nosso lugar, a gente e o nosso tempo é governado pela natureza. Tem o tempo certo de plantar. Tem o tempo certo de colher. Tem muita fartura na terra e na água, mas a gente que tem que ir lá colher e pescar, se não, não vem. (PESCADOR)

Vida, meio e grupo se integram e se unificam por diversos fatores. Particularmente, em função das condições de produção e de escoamento da mesma, o grupo se organiza, cria redes sociais de intercâmbio e de cooperação e essas ações aparecem no mundo ribeirinho da seguinte forma:

Nossa forma de trabalhar lá era assim: para trazer a mercadoria da casa de farinha até aqui usava a caminhonete que não era minha, era do meu sobrinho... e da beira do rio até o cai n'água era na voadeira. (ARNALDO)

Essa produção, a gente se juntava e negociava a travessia do rio para o Cai n'água. A gente dividia as despesas do frete até a venda final. Quando a gente vende nas feiras, o lucro é maior, mas como a gente não tem muito tempo para ficar vendendo, a gente negocia com o atravessador. (AGRICULTOR)

Outra característica encontrada no processo de unificação e solidarização do grupo, foi o tema vizinhança e parentesco³³. Esta temática reporta à discussão traçada por Silva (2003, p. 100), que diz: “a morada em terras de parentes é um fato comum entre os ribeirinhos. Originados de casamento de filhos, os espaços são ocupados e vão se formando grupos familiares” e reforçados pelos seguintes depoimentos:

Lá nós vivíamos no dia-a-dia, nós era tudo vizinho, (...). Esse pessoal aí tudinho morava lá só não o engenheiro e o dentista, fora eles o resto é tudo parente. Uns é primo, irmão filho, mas é tudo parente. (AMAZONINA)

Aqui a gente tudo se conhece... Aqui as famílias todas se entrelaçam e vai juntando os sangues. (PESCADOR)

Aqui a maioria é família. Morava tudo junto. Pais, filhos, noras, genros e netos. Lá morava tudo junto. Família grande. Espaço tinha muito, os lotes eram grandes, mas morar mesmo morava todo mundo junto. Era muita gente, mas um cuidava do outro, nas doenças e nos afazeres do dia-a-dia (AGRICULTOR)

Os ribeirinhos e ribeirinhas têm diversos níveis de relação com o rio, mas um entre todos contribui diretamente com seus sentidos de organização espacial que é o desbarrancamento³⁴. A convivência tácita com este fenômeno está presente na fala do pescador da seguinte forma:

Só para você ter uma idéia, lá no Engenho Velho, eu já subi minha casa três vezes de lugar. A gente faz com certa distancia do rio e certa altura do chão. Quando vê vem a enchente, vem a cheia e disso tudo o desbarrancamento. Aí a gente afasta de novo.

Sobre esse movimento, Silva (2003), comenta: “os moradores aceitam pacificamente o rio levar todos os anos parte de suas terras, pois está levando o que é „dele””. Essa leitura traçada por ela torna-se pertinente, principalmente, por causa das formas diferenciadas que os ribeirinhos têm para se relacionar com a natureza e com o espaço.

³³ Sobre isso ver “o espaço ribeirinho” de Maria das Graças S. N. Silva (2003).

³⁴ Fenômeno oriundo de erosão natural, provocado pelos ciclos de enchente e vazante dos rios amazônicos conhecidos também pela terminologia Terra Caída.

O Engenho Velho como estrutura geográfica e material não existe mais, foi excluído compulsoriamente. Sucumbiu frente aos reordenamentos políticos, advindos da escala federal em nome dos interesses que atendem a velhos projetos. Suas dimensões físicas e humanas foram violadas, transformadas.

Considerando que a significância do lugar é justamente o complexo elemento subjetivo que dá vida a ele. “Lá” (Engenho Velho) era o lugar em que estavam inseridos. Era naquele espaço que os colaboradores criavam e recriavam seu cotidiano, o seu lugar de vida, a sua geografização: **“O que a gente gostava mesmo era ir para os iguapós e igarapés que cruzava nossas terras, porque lá a gente já conhecia tudo não é?”**.

“Lá” é o *corpus* significativo de toda aquela existencialidade, conforme se pode visualizar no que disse o pescador:

Eu só voltei a ficar mais tranqüilo mesmo quando eles nos tiraram da cidade e nos colocaram aqui. No que é meu. No meu lugar. Voltei a ver o rio, as matas, os vizinhos. Nós tudo junto outra vez, juntando forças para recomeçar.

“Lá” é uma das possíveis respostas³⁵. É, essencialmente, o que consubstancia toda minha procura. Nas premissas da geografia cultural, pode-se falar que lugar é um determinado ponto no espaço que possui significado e, neste sentido, o Engenho Velho ainda existe, como lugar do aconchego, da segurança e de identificação, conforme as falas abaixo:

Olha, a gente tinha muito espaço lá, muita terra mesmo, mas a gente gostava de morar era na beira do rio. Ficava ali, recebendo a friagem que vinha das águas, ficava ouvindo o barulho dos banheiros, ficava vendo a cidade tudo da beira do rio. Podia dormir com as portas abertas quando dava calor. Quando não estava chovendo, armava as redes nas árvores, repousava, conversava ou dormia mesmo. Era muito bom. (PESCADOR)

Eu gosto mesmo é daqui. Dessa vida tranqüila, das noites frias, do barulho das águas, dessas corredeiras. De pegar o barco rio a fora. Sentir o ventinho batendo no rosto. De sair com os vizinhos para pescaria. De ajudar os companheiros na farinheira. Aqui é o meu lugar. Aqui eu confio. (AGRICULTOR)

³⁵ Em alusão a questão de pergunta de corte do método da História Oral.

Ao discutir sobre a temática da criação e cultura, Claval (2007, p. 82) diz: “a natureza das culturas faz com que os homens não sejam jamais imóveis”. Essa modalidade cultural presente nos seres humanos possibilita-os a portarem-se como agentes criadores e transformadores de suas espacialidades e essas práticas moveram o Sr. Pescador:

Tive que fazer derrubadas, (mas não era para vender não, para destruir não, era só o espaço que precisava para plantio) tive que tratar o solo, plantar as frutíferas, mas essas coisas também não acontecem da noite para o dia. Por isso que enquanto não tinha o que colher partir para pescar. Foram anos dedicados ao sustento da minha família, dedicados as lidas com a natureza, aprendendo a viver aqui. Aprendendo a sobreviver das matas e das águas. Aprendendo os segredos da natureza.

As atitudes acima, reforçam a idéia de que o indivíduo não é objeto neutro no espaço³⁶, pois o mesmo o apreende, desenvolve vínculos, elabora intervenções e manifesta sentimentos. Esse agir humano no espaço é o que possibilita manter-se nele em contínua experiência.

O desafio aqui posto era entender as transformações sócio-espaciais no espaço denominado Engenho Velho, não somente em suas dimensões geográficas, históricas, econômicas, sociais, humanas, mas, fundamentalmente, culturais. Amparada na perspectiva teórica que balizou estas leituras. Ao fazer este percurso, encontrei toda uma pluralidade de experiências e, a partir daí, pude visualizar a inter-relação entre os processos sociais e a cultura.

Se a cultura influencia na maneira das pessoas perceberem os lugares, precisamos, por fim, saber como essas transformações foram percebidas por elas. A primeira visão que nos remonta a esta problemática está expressa na seguinte fala do agricultor: “Eu gosto dessa vida perto do rio, da mata, da natureza. A Santo Antonio nos trouxe para cá. A gente pediu para continuar perto do Engenho Velho. Viemos para cá. Agora espero que goste daqui”.

Cabe aprofundar os valores culturais, presentes na fala acima:

“Eu gosto dessa vida perto do rio, da mata, da natureza”. Sim, porque eles são a própria natureza, em continuidade, em confluência, em existência. Homens e ambiente formando um só ser. **“A Santo Antonio nos trouxe para cá”.**

³⁶ Temática tratada por Armand Frémont (1980).

A migração não foi um ato voluntário, foi uma imposição; fruto de uma invasão, uma agressão. Foi um “outro” gestando sobre o seu lugar. Foi outra força que se contrapôs aos seus quereres, vontades. **“Nos trouxe para cá”**. O “cá” é o longe, é o que não se reconhece. Mas foi também embate. Velado, mas embate: **“a gente pediu para continuar perto do Engenho Velho”**. Perto é também lugar - “o lugar”. O Engenho Velho, é experiência, tradição e cultura.

“Viemos para cá. Agora espero que goste daqui”. Na elaboração da teoria do Lugar, Tuan (1980:1983;) trabalha com a idéia de que, a construção do lugar é feita gradativamente, por meio da percepção e da experiência. Ele explica que o espaço “transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (1983: 151).

O que eles tiraram da gente, foi isso tudo que não é visto pelas pessoas, nem pela empresa, nem pelo pessoal da imprensa que vem nos entrevistar. Acho que nem pela senhora com essa entrevista. Sabe por quê? por que o que eles tiraram de nós foi feito no dia-a-dia, no suor de cada um de nós daqui. Não foi só uma terra, não foi só casa de madeira ou barraco como alguns que vieram demolir falaram, foi tudo que nós passamos lá. Cada semente que plantamos. Os medos, a aprendizagem, o sossego daquele lugar.

Ora, o “lá”, “cá” e “aqui”, dão ideia de aproximações e distanciamentos, e permitem compreender as espacialidades experienciadas.

Como referente de intimidade tem-se um “lá”, que, por definição, leva o observar a ver um longe. Um longe que, materialmente falando, já foi. Mas, por acepção, é exatamente o que presentifica (cultura imaterial), o que instaura. É o espaço vivido.

E, de acordo com Claval (2001, p. 55)., “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam.”

O “Cá” se coloca como um real, uma circunstância, por assim ser. É, também, movimento. E, se é movimento, é Espaço. Mas espaço que precisa ser trabalhado, recriado. Espaço que precisa ser pausa (lugar), mediado pela cultura, que se firma em cada indivíduo - que ao recebê-la, a reelabora, a enriquece e a difunde.

O “aqui” é a transição. É o processo. É a intersecção entre o antigo Engenho Velho (o lá-lugar) e (re) significação do “cá” (Agrovila Novo Engenho Velho). O “aqui” significa os novos enfrentamentos, as novas experiências. O espaço a ser

vivenciado como base territorial das ações e transformações que formaram as novas tradições daquelas pessoas.

É, sobretudo, a “pausa no movimento”. Na ótica tuaniana, é o mínimo de tempo necessário para que um lugar possa ser percebido, para que possa adquirir significado e transformar-se em lugar e em espaço vivido.

Esse “aqui” é o agora. É o recomeço que vai ser reconstruído com a perspectiva de um “lá” futuro. Construção que alicerçará uma (re)significação do lugar. Entretanto, esta resignificação é permeada por uma luta tirânica pela sobrevivência, e passa por um conjunto de impactos: econômicos, sociais, culturais, geográficos e patrimoniais, conforme trataremos a seguir.

5.3 – considerações analíticas dos impactos da usina na comunidade do antigo Engenho Velho

Toda a história da humanidade é marcada por impactos na natureza. Ao longo dos projetos de desenvolvimento, os impactos ambientais sempre foram objetos de discussões, em geral, com polêmicas e até mesmo violências. Assim se deu em processos de colonização. Assim se dá em processo de desenvolvimento e de modernização.

No processo de implantação e construção do Complexo Hidrelétrico Rio Madeira, não tem sido diferente: impactos, confrontos e resistências. Mas neste caso, algo se registra: um processo de diálogo, negociações e acertos tem marcado o histórico momento de implantação das hidrelétricas no Estado de Rondônia.

Os impactos causados por usinas hidrelétricas são sempre motivos de acirrados debates e difícil consenso. Como as demais atividades econômicas de grande porte, as hidrelétricas causam impactos negativos, principalmente, ao meio ambiente.

Visões reducionistas e radicais são incapazes de analisar novos projetos hidrelétricos, principalmente, quando se deve levar em conta a melhoria da qualidade de vida das maiorias. Quanto às minorias prejudicadas, faz-se necessário, dentro do possível, lhes dar todas as possibilidades de reconstituição de suas condições de vida originais.

Numa visão de minimização de impactos a Agrovila Novo Engenho Velho foi formada pela população que vivia às margens do rio Madeira, em um território que abrangia as comunidades de São Domingos, Ilha do Presídio, Ilha do Piquenique e a margem direita da vila de Santo Antonio, no perímetro do município de Porto Velho. Juntas, estas comunidades desembocaram no reassentamento demonstrado abaixo:

Fig. 09 – Foto Aérea do Reassentamento Agrovila Novo Engenho Velho



Fonte: Acervo da Santo Antonio Energia Sociedade Anônima. (2010). Atual disposição das moradias destinadas aos ribeirinhos deslocados do antigo Engenho Velho.

Localizada ainda à margem do rio Madeira, a agrovila compreende uma extensão territorial de 232 hectares, recebeu toda uma roupagem de urbanização³⁷ e atualmente apresenta uma distribuição territorial da seguinte forma: 40 casas de alvenaria, que seque o modelo arquitetônico de conjuntos populacionais da área urbana.

As casas foram construídas em terrenos que variam entre 400 e 600 m², de acordo com as dimensões dos lotes de cada morador existente anteriormente na área a ser utilizada pelo consórcio construtor. Além disso, é composta por uma área destinada à produção agrícola daquele povoado.

³⁷ Como o reassentamento foi uma projeção do olhar do empreendedor oriundo do cumprimento compensatório, o modelo estrutural, físico e espacial adotado reflete a visão de construção praticados nas áreas urbanas, ou seja, casas padronizadas em alvenaria, distantes do rio sem palafitas dentre outras peculiaridades.

Numa visão de minimização de impactos a Agrovila Novo Engenho Velho foi formada pela população que vivia às margens do rio Madeira, em um território que abrangia as comunidades de São Domingos, Ilha do Presídio, Ilha do Piquenique e a margem direita da vila de Santo Antonio, no perímetro do município de Porto Velho. Juntas, estas comunidades desembocaram no reassentamento demonstrado abaixo:

Fig. 09 – Foto Aérea do Reassentamento Agrovila Novo Engenho Velho



Fonte: Acervo da Santo Antonio Energia Sociedade Anônima. (2010). Atual disposição das moradias destinadas aos ribeirinhos deslocados do antigo Engenho Velho.

Localizada ainda à margem do rio Madeira, a agrovila compreende uma extensão territorial de 232 hectares, recebeu toda uma roupagem de urbanização³⁷ e atualmente apresenta uma distribuição territorial da seguinte forma: 40 casas de alvenaria, que seque o modelo arquitetônico de conjuntos populacionais da área urbana.

As casas foram construídas em terrenos que variam entre 400 e 600 m², de acordo com as dimensões dos lotes de cada morador existente anteriormente na área a ser utilizada pelo consórcio construtor. Além disso, é composta por uma área destinada à produção agrícola daquele povoado.

³⁷ Como o reassentamento foi uma projeção do olhar do empreendedor oriundo do cumprimento compensatório, o modelo estrutural, físico e espacial adotado reflete a visão de construção praticados nas áreas urbanas, ou seja, casas padronizadas em alvenaria, distantes do rio sem palafitas dentre outras peculiaridades.

Retomando o que diz Beck (2004), “a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para a sociedade”. Esta assertiva realça os processos sociais que se desenvolvem dentro no novo assentamento em estudo e que será detalhado ao longo das próximas disposições analíticas.

A partir do deslanchar do processo de construção da Usina de Santo Antonio, a Agrovila Engenho Velho passou a vivenciar um fluxo humano de aproximadamente 300 pessoas ao dia. Este fluxo passou a tecer uma rede social de grupos populacionais que vão desde os ribeirinhos realojados, até os trabalhadores recrutados para a obra, passando pelos profissionais da rede pública de saúde e educação, os grupos de cidadãos e a rede comercial da cidade de Porto Velho - que fornece os bens de consumo à comunidade.

É sobre este cenário de nova espacialidade, novos costumes, novos valores, novas atitudes, que passaremos a desenvolver as análises sobre os impactos negativos e positivos, identificados neste estudo, no processo de construção da Usina de Santo Antonio.

As atividades econômicas, sociais, culturais e emocionais desenvolvidas pelos moradores do antigo Engenho Velho sofreram mudanças significativas, que seguem organizadas no quadro abaixo.

Quadro 04: Impactos do Deslocamento Compulsório

No	<i>Impactos negativos</i>	<i>Impactos positivos</i>
1	<i>Deslocamento compulsório</i>	-
2	<i>Perdas de identidades</i>	<i>Renegociação das identidades</i>
3	Redução do espaço territorial	<i>Negociação pela nova espacialidade</i>
4	<i>Reordenamento geográfico, comercial, social e cultural</i>	Surgimento de outras atividades econômicas, sociais e culturais
5	Mudança na produção econômica com redução da capacidade produtiva (agrícola, pecuária, e proibição e posterior limitação da	Mobilização social para o desenvolvimento de outras formas de sobrevivência

	pesca)	
6	Aumento de taxas tributárias	Melhoria na infraestrutura em geral
7	Mudança nas vias de locomoção	Ampliação de rede de circulação
8	Aumento de fluxo humano	Aumento demográfico - urbanização
9	Taxa de traslado pela balsa	Ampliação das alternativas de transporte para locomoção da comunidade ribeirinha
10	Processo de proletarização e subemprego	-
11	A intimidade exposta	-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2011.

Do universo social, econômico, patrimonial e humano, acima descrito, registramos, pelos números e dados do deslocamento compulsório, que, no âmbito do espaço do antigo Engenho Velho, 58 famílias foram deslocadas de seu habitat e seguiram 1,5 quilômetro acima, na mesma margem do rio Madeira, em direção à recém-criada Agrovila de Novo Engenho Velho. Este universo humano é formado por meeiros, artesãos, pescadores, diaristas, agricultores, pequenos pecuaristas e professores rurais. Portanto, pessoas que, para sobreviver dependiam dos recursos naturais oferecidos pela beira do rio, e que, de uma hora para outra, se viram desabrigadas e arrancadas das relações que mantinham com a natureza.

A análise de um processo que envolve inúmeros interesses requer sempre o ceticismo, a imparcialidade, o distanciamento do pesquisador, durante a coleta de dados, de forma que garanta uma leitura mais aproximada da realidade estudada, privilegiando os prós e os contras que mobilizam e consolidam os eventos geográficos de uma determinada sociedade.

Ao tratar do modo de ver e dos interesses a que atendem a interpretação da conta social, econômica e ambiental das questões hidrelétricas, Vecchia (2012), salienta que:

Dependendo de quem e em que perspectiva se analisa os impactos provocados por hidrelétricas, pode-se contabilizá-los como positivos ou negativos. Dessa forma, a hidreletricidade é um dos mais importantes paradigmas ou paradoxos da economia ambiental.

Assim, ao tocar nas questões pertinentes aos impactos que a construção da UHE Santo Antonio promoveu, esta análise toma por definição que impactos negativos são aqueles que causaram danos estruturais, financeiros, sociais, ambientais, patrimoniais e culturais. No que diz respeito aos impactos positivos, compreendo aqueles que, em meio às perdas, promoveram mudanças na vida e na espacialidade dos colaboradores desta pesquisa.

Impactos positivos - Com base nas premissas acima, visualizo as questões positivas que podem ser pontuadas. Porém, ressalto que, os aspectos positivos levantados foram frutos de processos de negociação, ocorridos entre os empreendedores da obra e os ribeirinhos que, organizados ou em vias de organização, se fortaleceram por meio de uma consciência de direitos³⁸.

Um desses impactos, visibilizado positivamente, diz respeito ao fato de que, ao se colocarem no processo de negociação pela nova espacialidade, os ribeirinhos estão, em essência, se reconstruindo e reconstruindo suas identidades, ao mesmo tempo em que estão criando identificações com o novo espaço vivido com o espaço de “cá”.

Historicamente, em situações de risco, o espírito humano recorre à criatividade e coloca os recursos extra-corpóreos a serviço do atendimento de suas necessidades. Nesta análise, as formas de produção do espaço e das espacialidades dos ribeirinhos, assim como seus esforços de mobilização social, foram canalizadas positivamente para o desenvolvimento de outras formas de sobrevivência³⁹. São exemplos desta mobilidade, o desenvolvimento de atividades urbanizadas como a instalação de bares, restaurantes, panificadoras e outras economias informais. Avaliamos que o surgimento destas outras atividades econômicas, sociais e culturais, foi fruto da mobilização social dos ribeirinhos, que viram neste processo uma nova forma de buscar sua sobrevivência. Evidentemente, que estas atividades são tão somente uma estratégia de sobrevivência, diante do

³⁸ Termo criado a partir das falas dos colaboradores, que mais expressam os anseios de justiça, de cidadania e de exercício de vontade política dos atores sociais emanados pelos movimentos de organização política dos regimes democráticos da contemporaneidade.

³⁹ Ainda que do ponto de vista cultural daquela comunidade destoem das atividades por eles comumente realizadas.

sofrimento de desagregação socioeconômica a que foram submetidos os ribeirinhos atingidos pela obra. Claro está que tal forma de sobrevivência não se traduz em direito de cidadania.

No tocante à ampliação de rede de circulação, destaco que o novo reordenamento geográfico que os ribeirinhos experienciaram, veio envolto de novas formas de moradia e de ampliação das vias de mobilização da comunidade ribeirinha, fato que permite um aumento demográfico na rede de circulação e nas formas de comunicação. Neste contexto, cabe mais um aspecto positivo que foi a ampliação das alternativas de transporte para a locomoção da comunidade ribeirinha.

A bem da análise, vale pontuar como positivo, no processo de deslocamento compulsório, a melhoria infraestrutural na espacialidade dos ribeirinhos, com a eletricidade ampliada, o que figura como símbolo de desenvolvimento, bem como as sinalizações de urbanidade. Mas, faz-se necessário destacar que o empreendimento negligenciou com o saneamento básico adequado – o que é histórico no Norte, cujos índices oficiais⁴⁰ retratam que esta região ocupa o último lugar entre as cinco do país.

Impactos Negativos - Este estudo levantou que o deslocamento compulsório provocou uma série de impactos negativos na nova espacialidade, e que se evidenciaram com perdas que refletiram diretamente na vida das pessoas afetadas. Os impactos negativos que apontamos são: *perdas de identidades*, redução do espaço territorial, *reordenamento geográfico, comercial, social e cultural*; mudança na produção econômica com redução da capacidade produtiva (agrícola, pecuária, e proibição e posterior limitação da pesca); aumento de taxas tributárias; mudança nas vias de locomoção; aumento de fluxo humano, taxa de traslado pela balsa; proletarianização e subemprego dos ribeirinhos e a maior exposição da intimidade .

A título de exemplo da desorganização econômica, visualizamos que o grupo que desenvolvia a atividade pecuária, teve seus limites territoriais destinados a cada morador reduzidos, o que comprometeu sua espacialidade, tornando impraticável a continuação da mesma..

⁴⁰ Sobre isso ver censo 2010 IBGE.

No caso da atividade agrícola (mais precisamente da produção de farinha) foi alterado em função da construção das usinas, isto porque, o processo produtivo de base primária conta, essencialmente, com os quesitos: tempo (ciclo de vida) e condições de produção (periodização); no caso daquelas pessoas foram modificadas durante um tempo de aproximadamente um ano e meio (espaço entre plantio e a colheita) para poder retomar a potencialidade produtiva daquele grupo.

No que diz respeito à pesca, ocorreram duas situações: desvio das águas do rio, proibição da pesca seguido de reordenamento dos espaços pesqueiros, maior fonte de identidade dos homens e mulheres amazônicos.

O agravante destas interferências na espacialidade dos ribeirinhos é que estes pontos desestruturam as formas de organização produtiva que subsidiava as relações técnicas e culturais daquele grupo e que por força de ações impositivas ficaram expostos a privações que refletiram nas suas condições sociais atuais.

Outra importante mudança sentida por aquela comunidade, diz respeito ao meio de transporte que elas utilizavam. Antigamente a principal forma de contato com a cidade se dava via barco, entretanto, com o novo assentamento a conexão com os demais serviços do município ocorre via terrestre até a balsa e a utilização da balsa propriamente dita.

Por um lado, este processo pode ser assimilado como um grande desenvolvimento, pois permite um fluxo de veículos (automóveis, motos e bicicletas), mas por outro, traz consequências, pois as condições de tráfego do local até a balsa comprometem economicamente a locomoção daquelas pessoas, como por exemplo: manutenção mecânica dos veículos, aumento do consumo de gasolina, taxa de traslado na ida e na volta da própria balsa, entre outros.

No geral, pode-se entender que as análises acima compõem um quadro de interpretação das mudanças materiais inerentes àquela sociedade. Entretanto, seguindo os preceitos da geografia cultural, ao olhar para esta desestruturação econômico-social da população residente no antigo Engenho Velho, essencialmente, foca-se na compreensão da desestruturação dos elementos que constituem o ser ribeirinho - que foram agredidos nas suas individualidades e existencialidades.

Retomando Claval (2007), quando diz que: “O indivíduo é formado pela cultura”, base da qual adquirem atitudes para agir e se mobilizar diante das

adversidades, encontrando respostas na construção de suas resistências e de outras possibilidades. Diria, neste contexto, que os ribeirinhos deslocados compulsoriamente, perderam suas identidades, tiveram sua intimidade exposta e estão a procurar novas formas de se identificar no “cá”, espaço que ainda lhes causa estranhamento.

Inseridos em meio a uma gama de lutas políticas e de sobrevivência ao exigirem que ficassem perto do antigo Engenho Velho (o “lá”- lugar) estão em busca de continuar perto do rio, das águas e das matas que por toda a sua vida lhes deram a sustentação, emocional, social e cultural. Sobretudo, formaram aqueles indivíduos por meio de suas experimentações e reelaborações. E essa identidade parece não existir mais, particularmente, para o pescador, cujo local de trabalho é, essencialmente, o rio.

Ao fim desta análise sobre os impactos positivos e negativos causados com o processo de deslocamento compulsório dos ribeirinhos do antigo Engenho Velho, considero importante reafirmar que o estímulo à negociação entre as partes, parece sinalizar para o encontro de um projeto desenvolvimentista, com o sonho da inclusão social e da preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de seu processo histórico, a sociedade brasileira registrou acontecimentos que marcaram política e socialmente as estruturas de poder e de produção, que podem ser mapeadas em um cenário conceitual de mudanças e permanências nas estruturas sociais. Neste processo, o repertório herdado permite que se faça um recorte cultural no espaço amazônico. Foi este o empenho do presente trabalho, que refletiu sobre os impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio Energia, no Rio Madeira, nas mediações do antigo Engenho Velho, em Porto Velho, capital de Rondônia.

Conjunturalmente, a região amazônica, que viveu os processos de investimentos em infraestrutura seja em estradas, demografias, hidrovias, comunicações e trânsito comercial, mais uma vez, passa por grandes mudanças, oriundas de uma política pública que se articula a partir do velho-novo discurso de reduzir as desigualdades regionais existentes no país. Daí o investimento de um montante considerável em infraestrutura.

Na geografia da região, Rondônia se insere no cenário por se constituir como sede de duas importantes bases do que se encontra proposto no PAC, que são as Usinas de Jirau e Santo Antônio. É neste espaço que se intensifica o embate, de um lado, entre as demandas sociais, humanas, patrimoniais e ambientais, e do outro, entre o capital, que busca renovar suas potencialidades produtivas por meio da utilização dos recursos naturais da região.

No cenário descrito, insere-se Porto Velho, município nascido há 97 anos, a partir da beira do Rio Madeira, que oferece as condições de implantação dos propalados projetos de desenvolvimento. O mais recente deles, compõe o complexo do rio Madeira (construção das usinas de Santo Antonio e Jirau), gerando impactos ambientais, patrimoniais e culturais nas comunidades diretamente atingidas, especialmente, a do antigo Engenho Velho.

Por força de um deslocamento compulsório, esta comunidade foi atingida pela dinâmica da mobilização deste novo projeto; sendo, desta feita, varrida de seu

lugar de origem, ficando desacolhida, descolada do lugar-abrigo, do lugar da segurança e da intimidade. E, a partir de então, exposta a novos e mais difíceis recomeços, em outro momento do ciclo de suas vidas.

O entendimento que entrelaçou as análises aqui desenvolvidas é o de que todo processo de mudança a que está exposta a população ribeirinha diretamente atingida pela barragem da UHE Santo Antônio, em essência, advém de uma força estrutural das elites governamentais (nacional e internacional). Por meio de políticas públicas alinhavadas nos últimos 30 anos, essa força estrutural interveio direta e indiretamente no espaço amazônico, numa dinâmica que foi do esquecimento ao brilho dos holofotes; dos desmandos aos propalados eldorados; da periferia ao centro continental.

Assim, as políticas públicas, marcadas por tensões e contradições, advindas no rastro dos acontecimentos, agravaram os problemas sociais, ambientais, patrimoniais e culturais. No campo da geografia, que é focada na compreensão de como se apresentam os problemas socialmente tecidos, o desafio posto é o de enfrentarmos esse impasse por meio da reflexão. No contexto da geografia cultural este trabalho traçou uma análise espacial relacionada com o vivido e visualizou as transformações nele ocorridas, oriundas da desestruturação compulsória.

Na arquitetura da ciência geográfica temos a possibilidade de pensar a espacialidade ribeirinha, como parte dessa luta social vivenciada nos cotidianos da contemporaneidade. Neste cenário, a ciência geográfica dialoga com as necessidades que o capital cria no mundo e envolve os homens, gerando, a partir daí, as lutas e resistências, protagonizadas pelos indivíduos diretamente atingidos pela apropriação dos recursos da natureza.

No tempo atual, atentos às transformações por que passam nossa sociedade, necessário se faz que compreendamos o espaço como um todo, sem desconsiderar, todavia, as singularidades de cada acontecer. Este é o caminho trilhado pelo presente estudo, que buscou novos conhecimentos sobre as inter-relações entre homem e meio e as modalidades que condicionam social e espacialmente a própria vida.

Para Maurice Hawbachs (1990), memória “é sim um trabalho sobre o tempo, sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Com base neste

conceito, aplicamos as entrevistas, buscando avivar o passado de algumas pessoas por meio de suas memórias.

Centrada também no conceito de Bosi(2003), segundo o qual “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e atua interferindo no processo atual das representações”, percebi que, por meio da memória, o passado dos meus colaboradores se refletiu no tempo presente, misturando-se às percepções imediatas.

Essa intervenção, propiciada pelas metodologias adotadas, de olhar os colaboradores em sua espacialidade vivida e de ouvir suas memórias sem inter rompimentos, possibilitou uma leitura cultural das experiências acumuladas por eles para se movimentarem.

Desta forma, depreende-se que a memória dos meus interlocutores, apareceu em movimento: ora subjetiva, ora ativa; às vezes penetrante; outras, ocultas. E, em outros momentos, como uma ação-força inovadora do referente geográfico das espacialidades.

Ao longo do tempo, as sociedades vivenciaram experiências culturais e tecnológicas de distintos modos. E, na história da humanidade, a espacialidade foi alterada, gerando impactos de toda ordem. Todos eles, sobrepujados de um recorte ideológico, que evidenciaram as contraposições e intempéries dos grupos organizados ou não, mas que estão em contínua atuação nas dinâmicas políticas dos grupos sociais e econômicos.

Com o processo de construção da usina de Santo Antonio, no Engenho Velho, não foi diferente. Os impactos estão presentes em todas as atividades desenvolvidas pelos colaboradores pesquisados, relatados neste estudo.

De uma forma geral, com a obra, as dimensões espaciais de vivência da população sofreram um processo de desestruturação, que se revela nos âmbitos do humano, na estrutura fundiária, nas relações comerciais, no sistema de cultura agrícola e pecuária, no escoamento da produção, nas formas de transporte nos percursos campo-cidade, nas comunicações, e na sobrevivência dos afetados, com a proletarização de sua mão de obra.

No campo econômico, por exemplo, as atividades comerciais sofreram mudanças significativas. Com o desvio das águas do rio, a pesca, uma das

principais atividades, que forma a identidade dos ribeirinhos, foi proibida, repercutindo na vida deles. Na atividade pecuária, com os limites territoriais reduzidos, a prática comercial tornou-se impraticável, assim como no campo agrícola, a produção de farinha foi alterada, por um ano e meio. Mas houve, também, fatores positivos, como a melhoria na infraestrutura local, com a ampliação da eletricidade, dos transportes e das redes de circulação, - e que foram analisados no presente estudo.

À luz do material colhido pelas falas dos colaboradores deste estudo, mais perdas e menos ganhos, pode ser a conclusão a que se chega. Porém, torna-se, possível visibilizar que o processo vivenciado, imprimiu uma nova dinâmica na relação entre poder instituído e povos afetados: a de negociação, para a conquista de mitigação de impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

As vozes sociais e polifônicas que sedimentaram o pensamento geográfico, balizaram nosso olhar sobre as experiências dos indivíduos localizados às margens do rio Madeira, hoje, residentes na Agrovila Novo Engenho Velho e seguiu os ensinamentos de Claval (2011), quando diz “os geógrafos não trabalham mais sobre um mundo que lhes é dado objetivamente: interessam-se às representações daqueles que o habitam – e daqueles que o estudam - é a virada cultural da geografia”.

Percebemos ainda que este trabalho fez os colaboradores se reverem na temporalidade, na espacialidade e na contemporaneidade. Conclui, pois, que eles não querem impedir o desenvolvimento, mas querem, sim, ganhar no processo. Dito de outro modo, conclui que eles não querem acumular só perdas. Há uma consciência, ainda que não organizada, de que é preciso resistir de alguma forma. Resistir, não para obter lucros. Mas sim, balizado por uma consciência de direitos e que, como tal, precisa ser reconhecida – o que, aliás, na sociedade atual é possível.

Foi assim, em posição negociável, que os colaboradores se colocaram frente aos representantes dos projetos desenvolvimentistas, que ora chamam a atenção de todo o mundo. E sustentados por uma força que se traduz em uma consciência de direitos, eles foram em busca de possibilidades. Cientes de que não tinham mais um “lá”, e sim um “cá”, eles se movimentam. Nesta dinâmica, é no “cá” que eles

negociam para ter menos impactos sociais, econômicos, patrimoniais, emocionais e culturais.

Reafirmamos, por fim, a crença na possibilidade de as negociações entre os empreendedores da UHE Santo Antônio e os ribeirinhos deslocados compulsoriamente, garantirem um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente preservado na Agrovila Novo Engenho Velho.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Fabíola Holanda. **Experiência e Memória: A Palavra Cantada e a Palavra Contada de um Nordestino na Amazônia**. Tese. Universidade de São Paulo – USP, Departamento de História Social. 2006.
- BAULIG, Henri. A geografia é uma ciência? In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da Geografia**. DIFEL: São Paulo, 1982.
- BECKER, Bertha K. Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazônica . In: **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia** (Brasília: 2004). Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Dossiê da Amazônia Brasileira I. Estudos Avançados. Cielo. 2004.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador. Magia e técnica, Arte e Política**: 197-221. Obras Escolhidas. Vol 1. Brasiliense. São Paulo. 1987.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. **Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo. 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRANCO, Samuel Murgel. **O desafio amazônico**. 6 ed. Col. polêmica. Editora Moderna: São Paulo. 1989.
- BRASIL. **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia** (Brasília: 2004). Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. Encontros de Sustentabilidade. Grupo Santander. 22/10/2007.
- CALDAS, Alberto Lins Caldas. **Experiência e Narrativa**. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, S/D.
- CAPEL, Horácio. **Filosofia y Ciencia em la Geografia Contemporánea: una introducción a la Geografia**. Barcanova, 1981.

CASTRO, Edna. Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **In: Ciclo de Estudos sobre a Amazônia** (Brasília: 2004). Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar et ali. **Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira/ Rondônia/ Brasil.**2008.

_____, **Transformações Territoriais no Alto Rio Madeira: Hidrelétricas, tecnificação e (Re) Organização.** Porto Velho. UNIR, 2006. (Dissertação de Mestrado).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. **Epistemologia da Geografia.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil.** Programa de governo 2002, coligação Lula Presidente, Belém, multigr, set. 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Os pescadores Artesanais e a Questão Ambiental.** Propostas Alternativas, V.53, p.31-35, 1992.

EWALD, François. **Foucault, a Norma e o Direito.** Lisboa: Vega, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Vozes, Petropolis. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

FRÉMONT, Armand. A região, espaço vivido. Trad. Antonio G. Mendes. Coimbra, Livraria Almeida.1980

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO ET alli. **Cadernos do Professor: Tom da Amazônia. História da Amazônia. Vol 4.** Rio de Janeiro. 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** São Paulo, Coprgiht, 1989.

GRANADO. Eliana M. Interligando Sistemas Elétricos com Tensões Sociais. **In: VERDUM, Ricardo. Integração, Usinas Hidrelétricas e impactos socioambientais.** Ricardo Verdum (org) Alejandro O. Balazote (et al) Brasília. INESC.2007.

GUSMÃO, Deyvesson Israel. **Entre Mundos: História Oral com Soldados da Borracha**. Unir. 2008. (Dissertação de Mestrado).

HOUAISS Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C LTDA. Objetiva: Rio de Janeiro. 2001

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Orientada por Jean Hebette do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais; Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et sociétés. Belém: UFPA. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Atlas. 2000

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o Diálogo Possível**. Ática, São Paulo, 1990.

Mello Thiago. **Amazônia a menina dos olhos do mundo**. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro. 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida**. Loyola, São Paulo, 1991.

_____. **Manual de História Oral**. 3 ed. Loyola, São Paulo, 2000.

_____. **Manual de História Oral**. 4 ed. Loyola, São Paulo, 2002.

MORIN, Edgar - **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar participação de Marcos Terena** – Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **A Construção do Espaço Social em Porto Velho na Primeira Metade do Século XX: um Olhar Através da Fotografia**. UNIR. 2008. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Zairo Carlos da Silva e SANTOS, Nilson. **Sachs, Cultura, Populações Amazônicas e Sustentabilidade**. S/D.

RIBEIRO, Marcela Arantes. **No espelho das Águas: um lugar ribeirinho no rio madeira**. Unir 2010.

ROSENDO, Edilania Arruda – **Geografia que Espaço é Esse?** Unir. 2009.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: moderna, 1987.

SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. **Relatório socioambiental**. 2010.

SANTOS, Milton – **Pensando o Espaço do Homem**. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. Por uma Geografia Nova. 1986. São Paulo. Hucitec. 1986.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP.2006.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura.** Tese. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo:2002.

SANTOS, Sandra Regina Nunes dos e SILVA, Josué Costa da. Mulheres que Vivem a Margem do rio Madeira e das Políticas Públicas. *In: Desemprego Urbano e Sua Face Rural.* Editora CRV:Curitiba.2012.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Hidrelétricas e suas conseqüências socioambientais *In: VERDUM, Ricardo. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais.* Ricardo Verдум, organizador; Alejandro O, Balazote [et AL] Brasília: INESC. 2007.

SERPA, Ângelo. Culturas Transversais: um novo referencial teórico-metodológico para a geografia humanista e cultural *In: KOZEL, Salete et alli. (Org) Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstituições Teóricas da Geografia Cultural e Humanista.* São Paulo. Terceira Margem. Curitiba:NEER. 2007.

SILVA, Josué da Costa (Coord). PAES, Mariluce Souza Et alli. **Nos Banheiros do Rio: Ação Interdisciplinar em busca da sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia.** Porto Velho/RO: Edufro. 2002.

_____. **Cuniã: Mito e Lugar.** UNIR. 1994. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Juremir Machado da. **As Tecnologias do Imaginário.** Sulina. Porto Alegre. 2003.

SILVA, Maria das Graças S. N. **O Espaço Ribeirinho.** São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. **Dos Mundos Passados e suas Geografias aos Horizontes Contemporâneos: Algumas Reflexões.** Revista Formação, n15. V1 – p. 06-18.2006.

SPÓSITO, Elizeu Silvério. **Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico**. Editora UNESP: São Paulo.2004.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. 2 ed. Editora Rondoniana: Porto Velho. 2001.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra. 1992.

TUAN, Yu – Fu. Geografias Humanísticas *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo.1982.

_____. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel.1980.

_____. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel. 1983.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 2005.

VERDUM, Ricardo.**Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**.Ricardo Verdum, organizador; Alejandro O, Balazote [et al] Brasília: INESC. 2007.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da Geografia. SD
VECCHIA, Rodinei. Impactos provocados Por Usinas Hidrelétricas, SD.

Fontes Eletrônicas:

<http://www.pwrb.ac.gov.br/v4/index.php?Itemid=70&catid=3:pronunciamento&id=89:amazonia-o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel> – acessado em 2011.

<http://www.introduzonia.xpg.com.br/> acessado:2011